



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

GABRIEL PANCERA AVER

**O QUE DIZEM OS QUE SE DIZEM SULISTAS?  
UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA ADESÃO E  
LEGITIMIDADE DO DISCURSO DO MOVIMENTO O SUL É O  
MEU PAÍS**

---

Londrina  
2021

GABRIEL PANCERA AVER

**O QUE DIZEM OS QUE SE DIZEM SULISTAS?**  
**UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA ADESÃO E**  
**LEGITIMIDADE DO DISCURSO DO MOVIMENTO O SUL É O**  
**MEU PAÍS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Kulaitis

Londrina  
2021

Aver, Gabriel Pancera.

O que dizem os que se dizem sulistas? : Uma análise da construção da adesão e legitimidade do discurso do movimento O Sul é o Meu País / Gabriel Pancera Aver. - Londrina, 2021.  
119 f.

Orientador: Fernando Kulaitis.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Separatismo - Tese. 2. O Sul é o Meu País - Tese. 3. Legitimidade - Tese. 4. Adesão - Tese. I. Kulaitis, Fernando. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

GABRIEL PANCERA AVER

**O QUE DIZEM OS QUE SE DIZEM SULISTAS?  
UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA ADESÃO E  
LEGITIMIDADE DO DISCURSO DO MOVIMENTO O SUL É O  
MEU PAÍS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Fernando Kulaitis  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de  
Oliveira  
Universidade Federal do Paraná – UFPR

---

Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Londrina, 01 de setembro de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL. Em especial, ao meu orientador, Fernando Kulaitis, pelo primoroso trabalho de orientar e ensinar. Às docentes Ângela Maria de Souza Lima e Ileizi Luciana Fiorelli Silva, pela condução das disciplinas de metodologia e seminário de pesquisa, que colaboraram para o aprimoramento da pesquisa. À docente Raquel Kritsch, por todo o aprendizado em Mediações.

Agradeço aos amigos e colegas que, ao longo dos últimos dois anos, leram versões preliminares da pesquisa. Em especial à Luana Almeida e Herbert Bachett, pelos comentários, sugestões, críticas e pelo auxílio na estruturação metodológica da pesquisa.

Agradeço aos Dotti Chioquetta, Muller Colpani e Aver, pelo apoio incondicional. São ânimo, força e alívio.

Agradeço aos membros da banca de qualificação e defesa, pelas críticas, sugestões e comentários e a CAPES pelo financiamento da pesquisa.

A todas as mãos e mentes que construíram esse trabalho, muito obrigado.

Na realidade não há fenômenos simples; o fenômeno é um tecido de relações. Não há natureza simples, nem substância simples, porque a substância é uma contextura de atributos. Não há ideia simples, porque uma ideia simples, como viu Dupréel, deve ser inserida, para ser compreendida, num sistema complexo de pensamentos e experiências. A aplicação é complicação. As ideias simples não são a base definitiva do conhecimento; aparecerão, por conseguinte, com um outro aspecto quando forem dispostas numa perspectiva de simplificação a partir das ideias completas (BACHELARD, 2000, p. 130).

AVER, Gabriel Pancera. **O que dizem os que se dizem sulistas?** Uma análise da construção da adesão e legitimidade do discurso separatista do movimento o Sul é o Meu País. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMO

Tendo o movimento o Sul é o Meu País (OSMP) como um caso de movimento separatista, a presente pesquisa analisa os discursos mobilizados na construção da adesão à sua pauta e a busca de reconhecimento da sua legitimidade. Objetiva-se sistematizar a forma como esses discursos produzem esquemas de oposição étnica entre o ser sulista e o não ser sulista. Para tanto, realizou-se pesquisa documental que resultou na coleta e catalogação de 91 artigos de opinião publicados no site oficial do movimento entre 2015 e 2020. Com base em análise de discurso, identificou-se naqueles artigos a operacionalização de cinco dimensões simbólicas da etnicidade. Por conseguinte, analisou-se as implicações da dimensão simbólica do discurso nas práticas estratégicas do movimento. Revela-se que os fundamentos da legitimidade separatista residem na construção de uma essência sulista, apoiada em insatisfações políticas, econômicas e sociais circunstanciais.

**Palavras-chave:** separatismo; o Sul é o meu país; etnicidade; legitimidade; adesão.

AVER, Gabriel Pancera. **What do those who claim to be southerners say?** An analysis about the Adherence and legitimacy of the separatist discourse of the movement O Sul é o Meu País. 2021. 120 p. Dissertation (Master's degree in Sociology) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

### **ABSTRACT**

Considering O Sul é o Meu País (OSMP) as a case of separatist movement, this research analyzes the discourses mobilized in the construction of adherence to its agenda and the search for recognition of its legitimacy. The aim is to systematize the way in which these discourses produce ethnic opposition schemes between being southern and not being southern. Therefore, a documentary research was carried out, which resulted in the collection and cataloging of 91 opinion articles published on the movement's official website between 2015 and 2020. Based on discourse analysis, the operationalization of five symbolic dimensions of ethnicity was identified in those opinion articles. Therefore, the implications of the symbolic dimension of the discourse in the strategic practices of the movement were analyzed. It is revealed that the foundations of separatist legitimacy lie in the construction of a southern essence, supported by circumstantial political, economic and social dissatisfactions.

**Key words:** separatism; o Sul é o meu país; ethnicity; legitimacy; adherence.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	–	Categorias do discurso separatista .....	42
<b>Quadro 2</b>	–	Exemplos típicos das categorias que compõem os blocos de discursos de legitimação e integração e cooperação .....	46
<b>Quadro 3</b>	–	Síntese da literatura existente sobre o movimento O Sul é o Meu País.....	54
<b>Quadro 4</b>	–	As dimensões simbólicas da etnicidade .....	87
<b>Quadro 5</b>	–	Multidimensionalidade dos esquemas de oposição étnica no interior das dimensões simbólicas.....	104

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 SOBRE O OBJETO E A ANÁLISE PROPOSTA</b> .....	16
1.1 SOBRE O SUL É O MEU PAÍS .....	16
1.1 SOBRE A REGIÃO SUL .....	26
1.1 ELEMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE.....	32
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	39
2.1 CONSTRUINDO CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	39
2.2 MATERIAIS .....	43
2.3 MÉTODOS .....	50
<b>3 “PENETRANDO NO NEVOEIRO DAS APARÊNCIAS”</b> .....	54
3.1 O DESCONTENTAMENTO E A FRUSTRAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO SULISTA .....	58
3.2 MARCADORES HISTÓRICOS E ÉTNICOS DE UNIFICAÇÃO NACIONAL .....	68
3.3 O QUE DIZEM OS QUE SE DIZEM SULISTAS: DIMENSÕES SIMBÓLICAS DA ETNICIDADE .....	85
3.4 O QUE FAZEM OS QUE SE DIZEM SULISTAS .....	89
<b>4 AS FRONTEIRAS DO SER SULISTA E A PRÁTICA DISCURSIVA DO MOVIMENTO.....</b>	98
4.1 AS FRONTEIRAS DO NÓS NO INTERIOR DAS DIMENSÕES SIMBÓLICAS DA ETNICIDADE .....	99
4.2 O ELO ENTRE O SIMBÓLICO E A PRÁTICA DISCURSIVA .....	104
<b>CONCLUSÃO</b> .....	109
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	113
<b>ANEXO</b> .....	117

## INTRODUÇÃO

Do período colonial até meados da proclamação da República, a historiografia da nação brasileira foi marcada por diversos movimentos regionalistas que pleiteavam maior autonomia em relação ao governo central. Nesse marco, a ocupação e colonização da região Sul do Brasil demandam singular atenção. Múltiplas foram as tentativas de construir novas nações no território meridional brasileiro, todas suprimidas, com maior ou menor grau de violência, pelo Governo Federal que, até o presente, tem mantido a coesão entre os entes federativos, sendo a Cisplatina exceção à regra.

A marcha do separatismo, como denominou Andrade (1998), não foi interrompida em sua totalidade. A década de 1990, em particular, foi marcada pelo emergir de novas organizações separatistas na Região Sul do Brasil. Nesse ano, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) recebeu a solicitação de registro do Partido da República Farroupilha (PRF) e, ainda em 1990, fundou-se o movimento Pampa Livre (MPL). Um ano depois, em Curitiba- PR<sup>1</sup>, fundou-se o Sul é o Meu País (OSMP), sendo este o movimento selecionado para análise.

Duas razões nos levaram a optar pelo estudo do OSMP, desconsiderando o PRF e o MPL. O primeiro teve seu registro negado pelo TRE-RS, encerrando sua atividade<sup>2</sup>. O segundo, por possuir uma proposta secessionista focada, fundamentalmente, no estado do Rio Grande do Sul, enfrentou obstáculos para construir pontes de diálogo com os demais movimentos separatistas sulistas, perdendo força e adesão. Assim, identifica-se que o Sul é o Meu País é o movimento com maior abrangência<sup>3</sup> e organização regional.

Em sua primeira formulação, a presente pesquisa tinha como objetivo compreender como os discursos separatistas do OSMP são subjetivados por seus integrantes e adeptos. Para isso, pensava-se em utilizar a noção de *habitus*, traçando alguns paralelos teórico-analíticos entre Pierre Bourdieu e Norbert Elias. Contudo, identificamos duas questões que alteraram a nossa proposição teórico-metodológica. Em primeiro lugar, o esboço preliminar da pesquisa demandava um recorte teórico que pudesse ser mobilizado com maior eficiência no manejo e análise dos dados. Em segundo

---

<sup>1</sup> Foi fundado no dia 20 de outubro de 1991, em Curitiba (PR), e juridicamente homologado em 17 de maio de 1992, em Santa Cruz do Sul (RS).

<sup>2</sup> Como será detalhado na seção 1.1, os requisitantes do registro do partido, por sua vez, integraram a Frente de Libertação do Sul, fundada em 1992, a qual possui um papel central nos primeiros anos de atividade do OSMP. Ver: OGLIARI, 2019.

<sup>3</sup> Os dados referentes a organização interna e abrangência regional serão detalhados na seção 1.1.

lugar, ao revisitar a literatura científica especializada sobre os movimentos separatistas sulistas contemporâneos, observou-se a existência de diversas pesquisas que trabalham categorias de discursos separatistas isoladamente. Em outras palavras, hora trabalham-se questões históricas do separatismo, hora o enfoque da pesquisa era direcionado aos aspectos étnicos-separatistas ou a questões jurídicas que envolvem a temática. Entretanto, a não correlação das diversas categorias discursivas deixava em aberto uma questão: a compreensão das interfaces e articulações internas do discurso separatista, ou seja, como essas categorias se interrelacionam no processo de legitimação da identidade étnica sulista e, por conseguinte, na proposição e legitimação da própria pauta separatista do movimento.

Desta maneira, observou-se que não seria possível compreender como os discursos separatistas eram subjetivados pelos integrantes e ativistas do OSMP sem antes compreender de forma pormenorizada a complexidade das interfaces e das articulações internas das diversas categorias discursivas enunciadas pelo movimento. Em outras palavras, não seria possível compreender adequadamente como uma prática discursiva é subjetivada sem antes compreender com clareza as complexidades inerentes à própria lógica interna do discurso.

Portanto, a presente busca compreender o processo de construção da adesão e da legitimidade do discurso do OSMP, tendo como perguntas orientadoras:

- 1) Quais discursos são mobilizados e de que forma são utilizados com o objetivo de adquirir legitimidade à pauta separatista do movimento o Sul é Meu País?
- 2) De que forma esses discursos produzem esquemas de oposição entre o ser sulista e o não ser sulista?

Como já mencionado, a proposição de analisar os discursos do movimento o Sul é o Meu País não é uma proposta completamente inovadora. Existem diversas pesquisas, oriundas de múltiplos campos do conhecimento, com enfoques variados, que buscaram analisar de algum modo esses discursos. Esses trabalhos já realizados são fundamentais para a proposição da presente pesquisa. Autoras como Barros (2007), Luvizotto (2009), Lima (2017), Melo (2019), Rech (2017), de Paula (2001), Ogliari (2019) e Tormena (2018) foram de extrema importância para a primeira aproximação com o objeto. Ao resgatá-las ainda na introdução desta pesquisa, objetiva-se enunciar que partimos dos avanços que outras pesquisadoras já realizaram para, a partir delas, formular as hipóteses da pesquisa, sendo elas:

- A) Os discursos mobilizados pelo movimento correlacionam questões políticas, econômicas e étnicas a fim de construir uma identidade minoritária, a sulista, por meio da qual sustenta, articula e legitima a pauta separatista;
- B) A correlação entre crise política e econômica e a ascensão e potencialização do movimento indicam a relação entre a construção da ideia de minoria étnica e a característica diferencialista do movimento, fundamentada na ideia de superioridade econômica e cultural do “ser sulista” em relação ao “ser brasileiro”.

Para responder as perguntas propostas, realizou-se pesquisa documental que resultou na coleta e catalogação de 91 artigos de opinião publicados no site oficial do movimento entre 2015 e 2020<sup>4</sup>, sendo todos de acesso público (ver anexo 1). Tais opções metodológicas justificam-se tendo em vista que a pluralidade temática dos artigos publicados colabora na proposição de compreender e analisar as várias categorias discursivas presentes no discurso do movimento, bem como suas interfaces e articulações internas. Como técnica de análise dos dados, foram mobilizados aportes de Fairclough (2001), realizando-se uma análise do discurso dos documentos catalogados.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a história do OSMP, apontando sua abrangência regional, organização interna, membros fundadores e principais estratégias. De mesmo modo, discorreu-se sobre aspectos históricos da ocupação e colonização da Região Sul, tendo como fio condutor e relação entre a conformação das especificidades regionais e a identidade nacional brasileira. Por fim, foram resgatadas e sistematizadas as categorias teóricas utilizadas na análise empírica.

O segundo capítulo foi destinado para a construção metodológica da pesquisa, sendo dividido em três seções. Na primeira, as categorias de análise de Smith (1979) e Barros (2007) foram descritas e correlacionadas, a fim de criar categorias próprias a serem utilizadas na análise dos documentos. A segunda seção foi destinada ao detalhamento do material coletado, indicando seus autores, fluxo e período de publicação. Também foi realizada a catalogação do material de acordo com as categorias criadas na seção 2.1. Por fim, na terceira seção, discorreu-se sobre as categorias teórico-metodológicas mobilizadas na análise empírica do material.

---

<sup>4</sup> Os dados da pesquisa foram capturados e compilados desde a aprovação do projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL, até outubro do ano subseqüente. Definiu-se outubro como data limite para a captura de dados tendo em vista a necessidade de tempo hábil para processá-los e analisá-los. Sendo assim, a data limite de captura de dados foi definida pela necessidade de iniciar a etapa de análise qualitativa do corpus da pesquisa.

O terceiro capítulo foi destinado a análise dos documentos, sendo, portanto, destinado para a testagem da hipótese 1. Dividida em 4 seções, a análise do material possibilitou identificar como a multidimensionalidade da etnicidade opera por meio de cinco dimensões simbólicas no interior do discurso separatista. Também foi possível identificar como as dimensões simbólicas da etnicidade inferem nas estratégias de mobilização do movimento, assumindo um papel central na orientação da organização estratégica do OSMP.

O quarto capítulo foi destinado a testagem da hipótese 2. Contudo, ao longo da construção da pesquisa, verificou-se que a hipótese precisaria ser reescrita. A noção de “crise”, que marcava a diferença entre a hipótese 1 e 2, foi se perdendo no horizonte da análise. Descobriu-se, ainda no capítulo 3, que a então chamada “crise”, caracteriza-se como a escolha, por parte do OSMP, de determinadas circunstâncias que recrudescem a noção de ameaça, isto é, que fortalecem a noção de que o povo sulista tem sido historicamente prejudicado, humilhado e ameaçado pelo pacto federativo brasileiro.

Entretanto, optou-se por manter a versão inicial da hipótese, na medida em que as ponderações que podem ser feitas sobre sua versão original são resultado do processo de análise do material empírico da pesquisa. De mesmo modo, a hipótese nos permite discorrer sobre a relação entre as circunstâncias de agudização da adesão ao movimento e a construção da legitimidade do discurso e estratégias do OSMP. Nesse sentido, a estrutura do capítulo foi organizada a fim de responder a segunda pergunta da pesquisa: De que forma esses discursos produzem esquemas de oposição entre o ser sulista e o não ser sulista? Para tanto, a primeira seção tem como objetivo sistematizar os esquemas e marcadores de oposição étnica balizados no interior das dimensões simbólicas do discurso separatista, a fim de identificar como os esquemas de oposição étnica estão implicados no processo de construção da adesão e legitimação do discurso e das estratégias do movimento o Sul é o Meu País, sendo este o objetivo da seção 4.2.

Como resultado da pesquisa, verificou-se que é por meio dos elementos que constituem a identidade minoritária sulista que o movimento sustenta e legitima a pauta separatista. Contudo, a hipótese 1 não é verificada, tampouco negada, mas sim ressignificada. A distinção entre discursos políticos, econômicos e étnicos só pode ser traçada para fins analíticos-descritivos, que permitem uma maior compreensão das articulações internas do discurso separatista sulista. Contudo, no interior dessas articulações, identifica-se que a essência legitimadora do discurso reside, exclusivamente, em elementos étnicos simbólicos. A descrição destes elementos foi realizada a partir da

sistematização de cinco categorias simbólicas da etnicidade, segundo as quais, concluiu-se que o processo de adesão à pauta separatista só acontece por meio da vinculação entre as dimensões práticas e simbólicas do discurso mobilizado pelo OSMP. Deste modo, o caráter circunstancial da adesão vincula-se a essência do discurso, que legitima o discurso, as estratégias e a própria existência do movimento analisado.

## 1. SOBRE O OBJETO E A ANÁLISE PROPOSTA

Este capítulo tem como propósito apresentar e contextualizar o surgimento, a organização interna, as estratégias de atuação e os objetivos, gerais e específicos, do movimento o Sul é o Meu País. Além disso, tem como finalidade resgatar elementos históricos e teóricos pertinentes à análise proposta. Sendo assim, o capítulo foi dividido em três seções. Na primeira, apresentam-se as características gerais do OSMP, visando fornecer os subsídios necessários para a compreensão do objeto de análise da pesquisa. Na segunda seção, foram resgatados elementos históricos relevantes para a compreensão da relação entre a História e o separatismo. Pesquisar um movimento que reivindica o separatismo da Região Sul do Brasil sem resgatar a história da colonização regional tornaria a análise incompleta. Contudo, o exercício de resgatar eventos históricos não tem como fundamento estabelecer uma relação substancial, de ancestralidade ou hereditariedade, entre a História e o movimento, mas sim de fornecer os elementos necessários para analisar a dimensão simbólica desta relação. Para a compreensão da mobilização da História no discurso separatista do movimento, a noção de etnicidade faz-se pertinente, sendo o objetivo da terceira seção do capítulo revisar as teorias que versam sobre assimilação e etnicidade, com o propósito de elencar recursos teóricos que colaborem com a proposta metodológica da pesquisa.

### 1.1. SOBRE O SUL É O MEU PAÍS

Na Região Sul do Brasil, a década de 1990 foi marcada pelo surgimento de três grupos autointitulados separatistas. O primeiro deles organizou-se em forma de partido político - Partido da República Farroupilha - solicitando registro legal frente ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). A breve existência do partido se deu em dois momentos. Primeiro, publicou-se “um manifesto, direcionado aos habitantes do Sul, onde os ideais separatistas foram apresentados em apelo por apoio ao povo rio-grandense” (OGLIARI, 2019, p. 20) e, posteriormente, houve o indeferimento da solicitação de registro, no qual o TRE-RS<sup>5</sup> alegou: “Não é possível autorizar o registro de uma entidade partidária que ofende abertamente a Constituição Federal, porque pretende

---

<sup>5</sup> Os votos da relatoria do processo de registro do Partido da República Farroupilha podem ser consultados em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5332635/apelacao-civel-ac-590082970-rs-tjrs> e <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5426304/embargos-infringentes-ei-591030341-rs-tjrs> <Acessado em 05 de abril de 2021>.

violar o princípio da soberania e da integridade nacional, constituindo motivo de intervenção Federal no estado”. Com o registro negado, o projeto do Partido da República Farroupilha esmoreceu.

Ainda em 1990, com o lançamento do livro “Vai nascer um novo país: República do Pampa Gaúcho”, no qual constava um “Manifesto ao povo Gaúcho”, Irton Marx, autor do mencionado livro, fundou o movimento separatista Pampa Livre. Segundo De Paula (2001, p. 58), Marx planejava declarar a independência da República do Pampa entre os dias 22 e 23 de maio de 1993, o que não aconteceu por falta de quórum. Marx enfrentou múltiplas acusações de autoritarismo e racismo, tendo em vista que:

Se definia como defensor do social evolucionismo (...) segundo ele, o povo do Pampa deveria ser visto como ordeiro, trabalhador, honesto e inteligente e, para tanto, deveria se espelhar nas zonas de colonização alemãs, italianas e polonesas. Além disso, esse mesmo povo deveria se conduzir dentro de uma harmonia, vivendo sem brigas ou discussões, abandonando alguns costumes como a mentira, o beber em demasia, o rir e o fofocar (...)

Marx afirmava ainda que:

O negro deve partir para a busca de novos conhecimentos e abandonar costumes e hábitos puramente medievais: o negro deve assumir compromisso para com a vida, procurando andar de forma reta, tendo bons modos, aprender cada vez mais a assegurar seu futuro. O negro deve aprender a ser mais caprichoso e não jogar o seu salário fora em muitas ocasiões. O negro deve orgulhar-se de sua própria raça e buscar na sua própria gente o seu companheiro ou a sua companheira de vida (MARX, 1990, p. 188-189).

O terceiro grupo, o movimento – o Sul é o Meu País-, objeto de estudo desta pesquisa, foi fundado no dia 20 de outubro de 1991, em Curitiba (PR), e juridicamente homologado em 17 de maio de 1992 na cidade de Santa Cruz do Sul (RS). De Paula (2001) destaca que, apesar de ter sido criado no Paraná e homologado no Rio Grande do Sul, as atividades do OSMP em seus primeiros anos de existência foram concentradas em Laguna (SC), onde promulgou-se o estatuto do movimento. Foi a partir de Santa Catarina que as primeiras lideranças do Sul é o Meu País buscaram estimular a criação de Comissões Municipais no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Segundo Deucher (2016), os membros fundadores do OSMP foram: Adílzio Cadorin, Paulo Roberto Lopes, Hilário Pereira, Neire Maria Brum Stupp, Ivete Scopel, José Augusto Alles, Silas Pacheco, Zenon Faísca, Carlos Alberto Izidoro, Natanael Coelho e Celso Deucher. De Paula (2001) afirma que o movimento prezava pela afirmação de um caráter interclassista, a fim de não se vincular a nenhuma classe social.

Nesse sentido, tanto Falcão (2000), quanto De Paula (2001), empenharam-se em realizar um levantamento dos dados das lideranças do movimento, a fim de identificar as profissões predominantes, segundo os quais observou-se que:

Apesar de as lideranças separatistas alegarem a efetiva participação de operários entre as suas lideranças, diante dessas informações percebemos que o movimento em análise era liderado essencialmente por segmentos da classe média, reunindo profissionais liberais, pequenos e grandes proprietários de terra e/ou estabelecimentos comerciais e industriais, representantes eclesiásticos e pessoas da burocracia estatal (DE PAULA, 2001, p. 33).

A partir de um congresso separatista realizado em Santa Cruz do Sul (RS), o movimento o OSMP passou a assumir uma posição de maior destaque em relação ao movimento Pampa Livre e ao Partido da República Farroupilha. O referido encontro foi organizado por Irton Marx no dia 27 de maio de 1992, e tinha como objetivo reunir todos as organizações separatistas do Sul do Brasil. Ogliari (2019) destaca a importância deste congresso para o OSMP, tendo em vista que foi por meio deste que o movimento conseguiu introduzir-se com maior força no Rio Grande do Sul. Como resultado do I Encontro Separatista, criou-se a Frente de Libertação do Sul, inicialmente presidida por Irton Marx.

Nos dias 28 e 29 de julho de 1992, realizou-se o II Encontro Separatista, no qual Marx foi retirado da presidência da Frente de Libertação do Sul, devido ao ser perfil autoritário e radical, que desagradava aos líderes do OSMP. O afastamento de Marx enfraqueceu o movimento Pampa Livre e, a partir de então, o Sul é o Meu País assumiu preeminência nas articulações políticas e sociais da organização do separatismo sulista. Andrade (1998, p. 168), afirma que Marx foi “o líder mais conhecido” do separatismo sulista. Em certa medida, a afirmação não está equivocada, se considerarmos a data de publicação do livro de Andrade e o perfil de Marx, expoente do recrudescimento de um sentimento de superioridade racial dos ex-colonos germânicos do Sul. Contudo, após três décadas da emergência de separatismos na Região Sul, vemos que a afirmação de Andrade tampouco é assertiva. Marx e o Pampa Livre perderam força e espaço entre os separatistas, sendo atualmente o Sul é o Meu País o movimento com maior número de adeptos e com maior abrangência regional.

Entre 1993 e 2002 realizaram-se múltiplos seminários que objetivavam formar lideranças separatistas, a fim de ampliar o quadro de membros do movimento em distintas localidades da Região Sul. Além dos seminários de lideranças, Ogliari (2019) destaca dois eventos importantes para as estratégias do OSMP: em 1998 buscou-se articular

candidaturas para as eleições estaduais, e em 2000 fundou-se o Grupo de Estudos Sul Livre (GESUL), que tem como objetivo aprofundar os estudos sobre o direito de autodeterminação do povo sulista.

A primeira década de organização do movimento (1992-2002) foi, portanto, marcada por atividades de expansão da abrangência territorial, além da definição estatutária da organização interna e dos objetivos do OSMP. Para tanto, em 1993, o movimento foi juridicamente registrado como uma associação privada sem fins lucrativos, possuindo orientação jurídica frente a Receita Federal sob a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, vinculada às associações de defesa de direitos humanos. Como apontou Lima (2017, p. 6), essa classificação legal é destinada às associações que prestam serviço de assistência social, que atuam na defesa de direitos humanos, ambientais e de minorias. Nesse sentido, indaga-se: qual é a minoria defendida pelo movimento? Por meio da noção de direito à autodeterminação, “o OSMP pode ser entendido como libertador, a associação que advoga o Sul – vítima – diante a prisão injusta [a Federação Brasileira] que lhe foi imposta e que, portanto, afeta de modo impiedoso o sucesso da sociedade sulista”.

A natureza jurídica do movimento é justificada pelas razões às quais o movimento se remete para pleitear a separação da Região. Falcão (2000, p. 327), sistematiza três matrizes principais de fatores que motivam o separatismo. A primeira delas faz referência ao descontentamento fiscal e político oriundos da imposição do sistema federativo brasileiro que, na visão dos adeptos ao separatismo, ameaça o direito de autodeterminação e o desenvolvimento do povo sulista. A segunda matriz está ligada ao “preconceito regional e social”, ou seja, aos valores simbólicos de origem, de identidade comum e de desenvolvimento. Por fim, a terceira matriz remete-se ao enfraquecimento do Estado-Nação frente ao processo de globalização, sendo esta uma temática marcante da virada do século XXI, que fortaleceu a pauta secessionista do Sul é o Meu País na sua primeira década de existência.

Atualmente, a fim de lograr seus objetivos, o movimento organiza-se internamente em quatro setores, a saber, a Assembleia Geral, a Diretoria Nacional, o setor de Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo. Cada setor organizacional possui uma série de incumbências e responsabilidades estipuladas e descritas no estatuto<sup>6</sup> do movimento. A Assembleia Geral é o órgão soberano de deliberação, além de possuir dez funções pré-

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.sullivre.org/estatuto/>> Acessado em 11 de abril de 2021.

estabelecidas pelo estatuto. A Diretoria Nacional é composta por doze membros eleitos na assembleia geral que assumem funções de gestão interna por meio dos cargos de presidência, tesouraria, conselho jurídico, Secretaria Geral e Secretarias Específicas, como, por exemplo, Secretaria de Relações Internacionais, de Mobilização Estratégica, de Comunicação Social e de Estatística. O Conselho Fiscal tem como responsabilidade emitir o balanço financeiro anual e, por fim, o Conselho Consultivo, via estatuto, assume a função de avaliar fatos e assuntos inerentes aos associados, emitindo pareceres referentes às questões éticas e de disciplina interna.

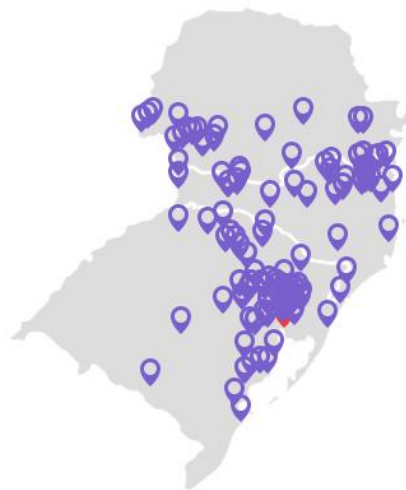
Segundo os dados publicados por De Paula (2001, p. 33), em 1994, o movimento afirmava possuir 20 comissões estaduais e 118 Comissões Municipais, mensurando a existência de 18.000 membros no estado de Santa Catarina. O autor aponta a falta de confiabilidade dos dados fornecidos pelo movimento, tendo em vista que as fichas de cadastro de membros e informações adicionais sobre as Comissões Municipais não eram de acesso público, o que impossibilitava a verificação dos dados.

Em 2020, o movimento afirmava possuir Comissões Municipais em 105<sup>7</sup> cidades do Sul do Brasil, sendo 56 no Rio Grande do Sul, 33 em Santa Catarina e 16 no Paraná (ver figura 1). As referidas comissões estão, via estatuto, subordinadas à diretoria nacional e têm como objetivo articular as demandas e orientações deliberadas pela assembleia geral e pela diretoria nacional nos municípios em que estão alocadas.

---

<sup>7</sup> Em seu site o movimento afirma que: “ao total o movimento é representado em 1.191 municípios” (SUL LIVRE, 2020). Contudo, até outubro de 2020, o movimento mantinha online uma página denominada “comissões municipais”, na qual era possível acessar o logradouro, data de fundação e nome do atual presidente de cada comissão municipal, sendo possível verificar a atuação do movimento em 105 municípios. Sendo assim, optou-se aqui pelo uso do dado passível de verificação, afirmando a atuação do movimento em aproximadamente 10% dos municípios da Região Sul. Em outubro de 2020, o site entrou em um processo de reformulação. Os dados das comissões municipais foram retirados do ar, bem como o “mapa” interativo apresentado na figura 1. Assim, as informações quantitativas e descritivas das comissões municipais não estão, até a data de publicação desta pesquisa, abertas para novas verificações.

Figura 1: Distribuição das Comissões Municipais nos três estados do Sul do Brasil



Fonte: SUL LIVRE: Sobre Nós, 2020.

As estratégias que fundamentam a mobilização das Comissões Municipais podem ser divididas em dois marcos temporais de atuação, correspondentes aos dois períodos nos quais a atuação do movimento pode ser identificada com maior intensidade, a saber, entre 1992 e 2002 e entre 2014 e a data de publicação desta pesquisa.

Para o primeiro período, De Paula (2001, p. 33) nos auxilia a identificar duas frentes estratégicas do OSMP. A primeira delas, prevista no estatuto do movimento, buscava, por meio do levantamento de dados sobre a conformação e a condição histórica, geográfica e étnica da Região Sul, promover e divulgar ensaios sobre as possibilidades de separação, a fim de propor projetos de leis de cunho separatista às Assembleias Legislativas Estaduais. Para isso, fazia-se necessário a criação e realização de um plebiscito que possibilitasse mensurar a adesão da população à pauta separatista sulista. “A expectativa era reunir o maior número de militantes ou simpatizantes, a fim de, em um suposto plebiscito sobre a separação, o projeto [secessionista] sair vencedor” (DE PAULA, 2001, p. 38).

A segunda estratégia do movimento foi chamada pelo autor de “propagação das ideias secessionistas” que, em síntese, refere-se às palestras, debates, encontros e distribuição de adesivos realizados pelo movimento a fim de conquistar maior abrangência e adesão regional. A estratégia de propagação das ideias secessionistas está

prevista na carta de princípios<sup>8</sup>, publicada pelo movimento em 1993, na qual o movimento assume o compromisso de “despertar a consciência através de debates com os diversos segmentos da população; tornar públicos e deixar à disposição das pessoas ou organismos todos os nossos atos”.

No interior da estratégia de propagação, destaca-se a veiculação do Jornal do movimento, com publicação mensal entre 1993 e 1997. A publicação do jornal era financiada pelos seus assinantes e também por propagandas e anúncios de empresas locais. A distribuição era responsabilidade da Comissão Estadual de Santa Catarina, ainda que o movimento afirmasse que a produção e distribuição do material era feita de forma descentralizada. A pesquisa de De Paula (2001, p. 30) analisou as edições do jornal e identificou que “o núcleo catarinense detinha maior prestígio e muitas das ações tomadas por eles eram seguidas por gaúchos e paranaenses”. Nota-se, por exemplo, que o presidente da Comissão Estadual de Santa Catarina, Adílzio Cadorin, assinava a maior parte dos editoriais publicados na capa do jornal, além de possuir um espaço reservado para a publicação de artigos de opinião de sua autoria.

Adílzio Cadorin, além de presidente da Comissão Estadual de Santa Catarina, foi um dos membros fundadores do movimento, sendo também o proprietário da gráfica responsável pela impressão e distribuição do jornal. Cadorin foi vereador e prefeito (2001-2004) de Laguna, tendo perdido os seus direitos políticos em 2008<sup>9</sup>, ficando inelegível por cinco anos. Além disso, Cadorin foi condenado por fraude<sup>10</sup> em licitações públicas firmadas entre o município de Laguna e o Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR).

Ao longo dos trabalhos de De Paula (2001), Ogliari (2019) e Tormena (2018), é possível identificar que apenas a estratégia de propagação do movimento surtiu os efeitos desejados: em sua primeira década de existência o movimento logrou organizar-se internamente e expandir o número de membros e de Comissões Municipais. Entretanto, não conseguiu realizar nenhuma consulta pública, não sendo capaz de mensurar efetivamente a adesão da população à causa separatista e tampouco propôs projetos de

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.sullivre.org/carta-de-principios/>>. Acessado em 14 de abril de 2021.

<sup>9</sup>Cadorin perdeu seus direitos políticos devido ao uso da logomarca de um golfinho em sua campanha eleitoral que, segundo a Justiça, foi também utilizada como logomarca oficial do Poder Público de Laguna entre 2001 e 2004. Disponível em: < <https://www.nsctotal.com.br/noticias/ex-prefeito-de-laguna-perde-direitos-politicos>>. Acessado em 14 de abril de 2021.

<sup>10</sup>Sendo a condenação em primeira instância confirmada pelo Tribunal Federal da 4ª Região (TRF-4), Cadorin foi condenado a restituir R\$200.000,00 reais aos cofres públicos da União e R\$20.000,00 reais ao município de Laguna. Consultar processo 5000891-13.2013.4.04.7216/TRF-4.

leis de cunho separatista às Assembleias Legislativas Estaduais. De mesmo modo, segundo Ogliari (2019), a participação nas eleições de 1998 frustrou os líderes do movimento, na medida em que não conseguiram eleger nenhum de seus candidatos ao cargo de deputado estadual.

Entre 2003 e 2011, foram realizados três Congressos Nacionais (2003, 2006 e 2010). No primeiro deles, o movimento lançou a carta de Laguna, na qual exortava os sulistas a unirem forças contra Brasília. A carta enunciava um período de diminuição brusca da intensidade das atividades do OSMP. Esse período de “estagnação”, findou-se com o XX Congresso Nacional, em 2012, o qual celebrava as duas décadas de existência do movimento. Realizado em Balneário Camboriú (SC), o Congresso apresentou estudos realizados pelo GESUL entre 2011 e 2012 e consolidou a necessidade estratégica de realização de consultas públicas que possibilitassem mensurar o apoio da população à causa separatista sulista.

A partir de 2012 o movimento começou a trabalhar para a realização das consultas populares, chamadas de PLEBISUL<sup>11</sup>. O Congresso Nacional de 2014 e a Assembleia Geral de 2015 foram fundamentais para a organização do primeiro PLEBISUL, realizado em 2016. Segundo os dados fornecidos pelo movimento<sup>12</sup>, nesta ocasião, 616.917 pessoas compareceram às urnas, distribuídos em 500 municípios da Região Sul. Entre os votantes, 96% (590.664) eram favoráveis à separação e 26.253 (4%) contrários. O Paraná foi o estado com maior rejeição à pauta separatista do movimento, com 11,18% dos votantes manifestando-se contra, enquanto Santa Catarina registrou 5,37% e o Rio Grande do Sul 2,79% de taxa de rejeição.

A organização e os números do PLEBISUL 2016 foram considerados pelo movimento como um sucesso, o que os levou a organizar uma segunda consulta popular, realizada no dia 07 de outubro de 2017, na qual almejava-se alcançar o número de um milhão de votantes. A adesão às urnas, por sua vez, foi menor que em 2016, totalizando 364.256 votos. A taxa de aprovação manteve-se a mesma: foram 350.633 votos

---

<sup>11</sup> Os PLEBISULs são denominados como consultas populares, tendo em vista que a Constituição brasileira de 1988 determina que plebiscitos podem ser convocados apenas por meio de decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer Casa do Congresso Nacional. O PLEBISUL de 2016 foi previsto para o dia 02 de outubro, mesma data das eleições de prefeitos e vereadores. Contudo, o TER-SC determinou a mudança da data da consulta popular, tendo em vista que a realização simultânea poderia prejudicar as eleições municipais.

<sup>12</sup> Em seu site oficial, o movimento disponibiliza duas planilhas com os dados obtidos nos PLEBISUL. As planilhas fornecem as seguintes informações: número de urnas em cada município (indicando o logradouro completo de cada uma das urnas), distribuição de votos por município (disponibilizando os votos agregados – total – e também desagregados - favoráveis e contrários-), nome do presidente e secretário de cada urna e o número de mesários por cidade. Na planilha de 2017, os nomes dos mesários também foram divulgados.

favoráveis (96%) e 13.623 contrários (4%). A grande diferença nos dados do PLEBISUL 2017 foi a taxa de rejeição no Paraná, que chegou a 5,92%, bem abaixo do resultado do ano anterior. A taxa de rejeição em Santa Catarina foi de 3,72% e no Rio Grande do Sul 2,84%. Segundo os dados do movimento, as duas consultas realizadas mobilizaram mais de 11 mil voluntários em 900 cidades da Região Sul.

A despeito da confiabilidade dos dados levantados por meio das consultas populares, os dois PLEBISUL foram fundamentais para a reorganização estratégica do movimento. Em suma, pode-se identificar a manutenção de duas frentes estratégicas, a de propagação das ideias separatistas e a proposição de leis às Assembleias Legislativas Estaduais, contudo, as formas de atuação no interior de cada uma das estratégias são distintas do que se verificou entre 1992 e 2002.

A principal variação no interior da frente estratégica de propagação é que o movimento passou a utilizar a *internet* como ferramenta principal para a divulgação de seus conteúdos. Tanto as páginas nas redes sociais, quanto o site oficial, são amplamente utilizados como plataforma para a veiculação dos princípios, dos fundamentos, da organização e dos ideais do movimento e de seus líderes. Nota-se, por exemplo, que o trabalho outrora desempenhado pelo Jornal do movimento, impresso e distribuído por Cadorin, passou a ser feito por meio da página de artigos de opinião do site oficial<sup>13</sup>. A mobilização a nível municipal segue sendo desempenhado pelas Comissões Municipais, orientadas pelas determinações da Assembleia Geral. Além disso, eventos como “churrascos sulistas”, “mateando com o Sul”, palestras e Congressos Nacionais seguem sendo promovidos com o objetivo de ampliar a abrangência regional do movimento e o número de membros e simpatizantes à pauta separatista sulista.

A frente estratégica de proposição de leis às Assembleias Legislativas Estaduais ganhou um novo fôlego com os resultados obtidos nos PLEBISUL. A partir de 2016, o movimento começou organizar o projeto de iniciativa popular Bloco Sul Brasileiro de Integração e Cooperação (PLIP), que consiste na ideia de:

Formalizar e organizar a união e a cooperação regional que já existe de fato. Entendemos que esta região tem grande potencial em diversas áreas, seja do conhecimento humano, da economia, dos recursos naturais ou ainda cultural e que, o Estado brasileiro, tem trabalhado para nos desunir e, muitas vezes, explorar, tratando-nos como simples colônias estaduais (...) O Bloco Sul Brasileiro atuará especialmente nas áreas cultural, política, administrativa, social, científica, conhecimento e tributária (SUL LIVRE, 2017).

---

<sup>13</sup> Os artigos de opinião publicados no site oficial do movimento conformam o material de análise desta pesquisa. Ver seção 2.2 “materiais”.

Assim, a proposta do movimento é aprovar nas Assembleias Legislativas Estaduais a PLIP, a fim de que estas se comprometam a integrar socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente os três estados da Região Sul, em regime de cooperação para tomada de decisões estratégicas a curto prazo (10 anos), médio prazo (20 anos) e longo prazo (30 anos). A PLIP prevê ainda a padronização dos tributos estaduais, o desenvolvimento de políticas públicas integradas para o desenvolvimento científico e educacional, a criação de células de inteligência agroindustrial e a criação do Parlamento do Sul (PARLASUL), com no mínimo 06 reuniões anuais, com os mesmos membros das Assembleias Legislativas Estaduais<sup>14</sup>.

Em síntese, sabendo da fragilidade do argumento da autodeterminação como base para a real concretização de uma separação pacífica e legal da Região Sul, o foco da frente estratégica mudou no sentido de não mais propor leis de cunho separatista, mas sim com um teor voltado à cooperação e integração dos estados que conformam a Região Sul, a fim de criar um ambiente político, econômico e social que, a longo prazo, forneça condições legais e sociais mais propícias para concretizar a separação.

Nesse sentido, as estratégias políticas de integração e cooperação dependem diretamente do sucesso das estratégias de propagação. É por meio da expansão da abrangência regional e da adesão de novos membros e simpatizantes que o movimento pretende alcançar melhores condições de pleitear politicamente a aprovação da PLIP. Há, portanto, uma relação de interdependência entre as frentes estratégicas do movimento, estando ambas amparadas pela mensuração da adesão, por meio do PLEBISUL<sup>15</sup>.

Nessa relação de interdependência, múltiplas temáticas discursivas são mobilizadas a fim de fundamentar as estratégias de mobilização e de legitimar a própria pauta separatista do OSMP. Antes de que seja possível analisá-las, faz-se necessário retomar elementos centrais do processo histórico de ocupação e colonização da Região Sul que, frequentemente, são resgatados pelo OSMP como ferramenta de transformação do descontentamento político e econômico em mobilizações de cunho separatista.

---

<sup>14</sup>O texto completo da proposta do PLIP pode ser consultado em: < <https://www.sullivre.org/wp-content/uploads/2017/05/PLIP-BLOCO-REGIONAL-ASSEMBL%C3%89IA-DO-ESTADO-DE-PR.pdf>> Acessado em 17 de abril de 2021.

<sup>15</sup> A realização do terceiro PLEBISUL, prevista para setembro de 2020, foi prorrogada devido à pandemia da COVID-19.

## 1.2. SOBRE A REGIÃO SUL

Resgatar elementos da história do Sul não significa estabelecer uma relação entre o OSMP e uma espécie de ancestralidade. Mas eles possuem um papel importante, qual seja, delinear os marcos significativos que são mobilizados pelo movimento como marcadores étnico-separatistas (o que não significa que estejam apoiados em definições substancialistas, de cunho racial ou de herança cultural). Assim, o objetivo desta seção é traçar um panorama sobre os processos históricos de colonização do Sul, tendo como ênfase a relação entre as particularidades da formação regional e a identidade nacional brasileira, pois nessa relação residem elementos centrais dos marcadores étnico-separatistas.

Por muito tempo, as terras meridionais do território que hoje correspondem ao Estado brasileiro foram consideradas devolutas ou “terras de ninguém”. Sabe-se, entretanto, que esse espaço geográfico era habitado por diversos grupos de povos originários que possuíam uma organização interna própria, mantendo redes de comunicação entre si (BUENO, 2016). O que faltava para torna-se “terra de alguém” era a presença colonizadora do europeu, que só iniciaria na região mais de um século após o achamento das terras do Brasil.

Habitada por povos originários e com uma baixa presença de europeus, a Região Sul caracterizava-se como uma “fronteira quente”, isto é, como uma área de intensas disputas entre as coroas ibéricas (LUVIZOTTO, 2009). Os constantes conflitos territoriais levaram Cardoso (2011) a defini-la como “fronteira móvel”, devido a volatilidade dos limites geográficos de cada reinado, na medida em que estavam constantemente sendo (re)disputados e (re)definidos. Deste modo, o início da ocupação do território meridional brasileiro foi motivado pela necessidade de demarcar e assegurar os limites geográficos da colônia de Portugal.

Contudo, o povoamento da Região passou a ser quantitativamente expressivo e potencializado apenas a partir da segunda metade do século XIX, com a regulamentação das “terras devolutas”, como consequência das atividades agropecuária e agrícola. Ocupar o território foi um processo complexo: “Quem deveria ocupar essas terras?” era a pergunta que envolvia e acirrava os debates políticos e intelectuais da época (SEYFERTH, 2008; MARTINS, 1989).

No processo de formulação das políticas imigratórias voltadas à colonização do Sul destaca-se a participação do Estado na regulamentação da colonização. Martins

(1989), ao analisar documentos oficiais da imigração para o Paraná, aponta que o Estado esteve presente, regulamentando e conduzindo o processo de ocupação das terras paranaenses, mesmo que, por vezes, de forma pouco organizada e eficiente. Mesmo no início do século XX, quando acordos entre o poder público e empresas privadas de imigração foram estabelecidos, o Estado não se ausentou do processo migratório.

Assim, o Estado esteve presente no processo de seleção de quem deveria ser o imigrante colonizador, de modo que a promoção da imigração se deu dentro de um padrão bem delimitado de quem deveria imigrar para colonizar. As formulações das políticas de imigração frequentemente partilhavam da divisão entre desejáveis e indesejáveis e entre espontâneos e subsidiados. De um lado, estavam os imigrantes desejáveis, que recebiam subsídios do Estado brasileiro para a imigração, dentre os quais predominavam os imigrantes europeus<sup>16</sup>. Do outro lado, formularam-se práticas restritivas de imigração para negros e asiáticos, restringindo seu acesso a benefícios estatais (RAMOS, 2008, p.5). As políticas migratórias brasileiras possuíam um caráter racista<sup>17</sup>: os europeus eram apenas um problema de assimilação, enquanto as demais etnias - africanos, asiáticos e ciganos - eram uma ameaça à própria formação do povo brasileiro (SEYFERTH, 2008).

Sendo assim regulamentado, o fluxo migratório ao Sul do país conformou um processo de colonização específico na Região, a saber, a formação de colônias homogêneas quanto à procedência nacional dos imigrantes. Em outras palavras, “ocorreu uma circunscrição espacial de cada grupo de imigrantes, tornando mais visíveis suas distinções étnicas”, o que possibilitou a distinção de cada colônia por meio de critérios culturais e de procedência nacional. As zonas mais urbanizadas caracterizavam-se como os espaços em que havia um maior contato entre distintos grupos de imigrantes e, de mesmo modo, existem relatos de colônias mistas nas quais residiam grupos de migrantes de distintas origens (SEYFERTH, 2000, p. 146).

Entre o terceiro quartil do XIX e o início do século XX, o ideal do branqueamento nacional foi endossado por intelectuais do período que vislumbravam na imigração europeia o caminho do desenvolvimento nacional<sup>18</sup>. Esses intelectuais, influenciados

---

<sup>16</sup>Como aponta Martins (1989), a preferência por imigrantes europeus era, por vezes, questionada pelo argumento que a migração espontânea de nacionais deveria ser priorizada. Contudo, o incentivo à imigração europeia continua sendo uma característica marcante do período, tendo em vista que era priorizada frente à imigração de “não desejáveis”.

<sup>17</sup>O caráter racista das políticas migratórias brasileiras teve maior preponderância até o início da década de 1920. A partir deste período, há uma maior adesão à critérios de nacionalidade, despedindo-se, gradualmente, do caráter distintivo da raça (RAMOS, 2008).

<sup>18</sup>Seria possível citar e discutir à luz Sílvio Romero (1914), Oliveira Viana (1934), de Raimundo Nina Rodrigues (1894), João Batista Lacerda (1911) e outros. Contudo, não é possível (e tampouco é o objetivo

pelas teorias científicas da época, afirmavam a inferioridade das raças não brancas e a degeneração do ser miscigenado (MUNANGA, 1999)<sup>19</sup>. Preocupados em como converter a pluralidade de raças e culturas presentes no Brasil “em uma única coletividade de cidadãos, numa só nação e em um só povo” (SEYFERTH, 1989, p. 13), esses intelectuais e políticos pensaram o Brasil, como nação e como povo, a partir a possibilidade de um futuro branqueamento, através da miscigenação entre o índio e o negro - raças tidas como inferiores- com o branco europeu.

Em suma, a concepção de branqueamento consistia no idealizar que o Brasil se tornaria “uma nação moderna, civilizada, com um povo formado pela miscigenação seletiva com o concurso da imigração europeia”, reconfigurando o “brasileiro comum” a partir da miscigenação com o imigrante europeu (SEYFERTH, 2008, p. 10). Abdias Nascimento (1978, p.71) foi perspicaz ao sintetizar a relação entre imigração e branqueamento, ao afirmar que “o objetivo estabelecido pela política imigratória foi o desaparecimento do negro através da salvação do sangue europeu (...) as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro de uma estratégia maior: a erradicação da mancha negra da população brasileira”.

O estabelecimento de colônias homogêneas, aos poucos, abafou a euforia da imigração, tendo em vista que acarretou-se um processo que Seyferth (2000) denominou de paradoxo da imigração: os migrados e seus descendentes, naturalizados ou nascidos em território nacional, eram brasileiros, contudo, por residirem e tecerem suas relações sociais em espaços geográficos caracterizados por um forte enclave étnico, não eram nacionais. A ideia paradoxal residia, portanto, entre o jus soli e o jus sanguinis: ser brasileiro, mas não ser nacional<sup>20</sup>.

Após as primeiras décadas da proclamação da República, a circunscrição territorial e étnica dos imigrantes passou a ser vislumbrada como um grave problema para a unicidade da nação. Ainda que nascidos no Brasil ou nacionalizados brasileiros, os

---

da pesquisa) retomar as particularidades de cada um deles nesse momento. Para uma compreensão detalhada do pensamento destes diversos intelectuais, bem como de suas divergências e convergências ver: MUNANGA, 1999, cap. II

<sup>19</sup>Ainda que a tendência do pensamento social e sociológico brasileiro da virada do século fosse o de endossar e reafirmar a teoria determinista das raças e o projeto de branqueamento nacional, haviam divergências dessas interpretações sobre o ser brasileiro miscigenado. O pensamento de Manoel Bomfim, publicado ainda no primeiro quartil do século XX, evidencia que havia um pensamento social brasileiro contrário à afirmação da miscigenação como “justificação do atraso” do Brasil e do brasileiro (BOMFIM, 1996).

<sup>20</sup>No caso dos alemães, por exemplo, o paradoxo jus soli e jus sanguinis é expresso por Seyferth (1981, p. 46) da seguinte maneira: “A *heimat* (pátria) de um teuto-brasileiro nascido em Blumenau, por exemplo, é esta cidade, e será uma *heimat* alemã se for mantida viva a *kultur* especificamente germânica”.

imigrantes europeus se distinguiam por características antropológicas e sociológicas de sua origem. Partindo de uma abordagem assimilacionista, a formação de colônias homogêneas passou a preocupá-los, devido ao contexto de emergência de correntes nacionalistas, que concebiam os imigrantes “como extensões dos Estados de que se originavam” (RAMOS, 2008, p. 12).

O caso dos imigrantes poloneses no Paraná, por exemplo, ilustra a preocupação dos intelectuais nacionalistas em relação à condição dos imigrantes frente a sociedade brasileira: “muitos dos imigrantes poloneses instalados no Paraná se viram assim às voltas com interesses nacionalistas e mesmo neocolonizadores, tendo seu papel migrado, em termos simbólicos e políticos, de colono-imigrante, para emigrante-colonizador” (OLIVEIRA, 2009, p. 220). Neste sentido, a questão da formação de colônias homogêneas de poloneses, principalmente nas proximidades de Curitiba, elucida a preocupação dos nacionalistas, tendo em vista que, o objetivo final dos emigrados-colonizadores poloneses “seria criar uma colônia da nação polonesa em terras brasileiras”, uma Nowa Polska (OLIVEIRA, 2009, p. 220).

A imigração europeia para a Região Sul passou, portanto, de uma política de Estado que visava o branqueamento nacional, para uma preocupação sobre a capacidade de assimilação dos colonos não-nacionalizados à sociedade brasileira. Essa mudança na forma de conceber os imigrantes foi marcada pela influência do contexto político internacional.

A primeira guerra mundial (1914-1918) foi um momento histórico marcante na ressignificação da noção de nacionalidade. Até então, o sentimento de nacionalismo não havia se consolidado como a consciência de um povo, resumia-se a existência de um governante comum: “as pessoas não estavam conscientes da discrepância entre lealdade ao Estado e lealdade à nação” (HOBSBAWM, 1990, p. 151). Nesse sentido, a nacionalidade enquanto fenômeno ligado à ideia de pertencimento e de povo ganhou forte adesão a partir da primeira guerra mundial.

As novas correntes nacionalistas influenciaram de forma determinante na busca pela definição de uma nova identidade nacional: “não era mais suficiente o sentimento natural de amor à pátria, calcado na grandeza territorial e nas qualidades de raça que formavam o homem brasileiro” (OLIVEIRA, 1990, p. 145). Para os nacionalistas, era necessário interpretar o passado para identificar a verdadeira fisionomia do Brasil, atribuindo uma maior valorização a unicidade do povo brasileiro. Nesse contexto, as

colônias de imigrantes homogêneas do Sul do país começaram a despontar como uma ameaça à construção da identidade nacional brasileira.

A inserção do Brasil na segunda guerra mundial (1939-1945), ao lado dos Aliados (Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha) acentuou ainda mais a complexidade da questão das colônias homogêneas no sul. Nacionalizar os imigrantes passou a ser também uma preocupação de segurança nacional. O grande contingente de alemães, italianos e japoneses vivendo na Região Sul poderia ser a possibilidade de uma ameaça interna à soberania nacional. Analisando o caso dos alemães, Neumann (2003, p. 250) destaca que se pressionou “os imigrantes à uma definição: a Alemanha ou o Brasil. Se a escolha recaísse sobre a primeira opção, automaticamente transformava-se em inimigo”.

Desta maneira, os nacionalistas passaram a afirmar que o Império brasileiro havia flexibilizado de forma exacerbada as políticas migratórias e que, portanto, a problemática da má assimilação dos imigrantes europeus era oriunda da fraca regulamentação da incorporação desses migrados à sociedade brasileira. Para os nacionalistas do Estado Novo a brasilidade residia na Região Nordeste, tendo em vista que esta esteve apartada do processo de imigração europeia. Nesta perspectiva, eclodiram diversos movimentos que objetivavam “garantir a coesão de todos os brasileiros na totalidade representada pelo Estado-nação” e, assim sendo, a ideia do ser nacional baseado em uma identidade unívoca – o brasileiro – passa a ganhar espaço no imaginário nacional (SEYFERTH, 1997, p. 100).

Uma expressão dessa mudança de percepção sobre o papel dos imigrantes europeus na conformação do caráter nacional – de um projeto de branqueamento nacional à ameaça da má assimilação para coesão da totalidade representada pelo Estado-nação – foram as políticas de Vargas, nominadas por Seyferth (1997) de “campanha de nacionalização do Estado Novo”. Privilegiando o caldeamento como formação nacional, a campanha da nacionalização concedeu ao Exército o papel de agente nacionalizador, passando a intervir diretamente na vida cotidiana das comunidades “alienígenas” do Sul do país. Esse abrasileiramento impositivo objetivava o “desaparecimento de publicações em língua estrangeira, bem como a proibição do uso de língua estrangeira em público e o alistamento militar obrigatório”, além de alterar as políticas educacionais. Assim sendo, caracterizava-se como a imposição direta de alterações na vida cotidiana das

comunidades de imigrantes do Sul, alterando as suas práticas culturais, religiosas<sup>21</sup> e sua organização social como um todo (SEYFERTH, 1997, p. 97).

A campanha da nacionalização tinha como objetivo “inserir os alienígenas e seus descendentes ao amálgama imaginado do mito das três raças formadoras da nação” (SEYFERTH, 1997, p. 7) e, desta maneira, ao mesmo tempo em que se definia a existência do ser brasileiro unívoco, definia-se o que era não ser brasileiro, o que era estrangeiro. As comunidades dos imigrantes do Sul do Brasil, por divergirem em aspectos linguísticos, culturais, étnicos e de origem, passaram a ser uma ameaça à totalidade da subjetividade da nação brasileira. “Para ser cidadão era preciso ser nacional: os alienígenas poderiam nascer no Brasil, mas não eram brasileiros” (SEYFERTH, 1997, p. 101).

Dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1950<sup>22</sup>, apontam que as tensões da nacionalização continuavam presentes na Região Sul. No período de publicação do relatório, 1,02% da população paranaense, por exemplo, ainda tinha como principal idioma o italiano. A língua alemã era falada por 36,50% dos estrangeiros naturalizados e por 15,59% dos brasileiros natos; 66,15% dos outros estrangeiros que haviam imigrado para o Paraná ainda falavam um idioma europeu em casa. Ao mobilizar os dados acima apresentados, Martins (1989) destaca que os números sobre os idiomas estrangeiros são expressivos, tendo em vista que “que a língua é o que mais rapidamente se deixa absorver e eliminar num meio estranho”. É evidente que os números sobre a permanência expressiva de imigrantes e brasileiros natos que ainda se comunicavam em idioma estrangeiro não são suficientes para afirmar um problema de assimilação. Contudo, são expressivos e representativos da manutenção das tensões do paradoxo da imigração postulada por Seyferth (2000), mesmo após as investidas nacionalistas da década de 1930 e 1940.

Como resultado desses processos, elementos históricos e étnicos emergiram como componentes relevantes em múltiplos conflitos armados que pleitearam a separação (e/ou uma maior autonomia) da Região Sul do Brasil, tendo como justificativa que o povo sulino era distinto do restante do Brasil. Essa diferença entre o ser do sul e o ser brasileiro

---

<sup>21</sup>O luteranismo e o protestantismo, religiões muito presentes entre os imigrantes europeus não-ibéricos, também eram fatores agravantes da “assimilação” destes à nacionalidade brasileira, predominantemente católica (MENDES, 2009).

<sup>22</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística cultural nº 2 – Estudos sobre as linguagens estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14790.pdf> <Acessado em 08 de maio de 2021>.

era verificada em questões políticas, mas também em aspectos culturais, econômicos e étnicos. É o caso, por exemplo, da Farroupilha, da Proclamação da República de Juliana e da Revolução Federalista. Em maior ou menor intensidade, esses movimentos reivindicaram questões históricas e marcadores étnicos para reivindicar maior autonomia e/ou a independência política e econômica de partes do território meridional brasileiro.

Como veremos ao longo da análise documental, ainda que de forma difusa e ambígua, sem estabelecer uma relação substancialista entre a História e o separatismo, o movimento o Sul é o Meu País se remete às questões históricas e culturais, articulando-as como marcadores étnicos. Contudo, como já foi destacado, a relação entre História e separatismo não é de hereditariedade ou ancestralidade. Portanto, faz-se necessário compreender de forma pormenorizada como essa relação de regaste de elementos históricos e culturais funciona enquanto dimensão simbólica da etnicidade, demarcando a diferença entre o ser sulista e o não sulista. As teorias da etnicidade se desenvolveram no interior de um debate mais amplo, que se propõem a pensar as relações entre estrangeiros e suas sociedades de acolhimento. Assim, na próxima seção, objetiva-se revisar esse debate teórico, a fim de compreender como a etnicidade pode ser mobilizada como categoria de análise.

### 1.3. ELEMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE

Os estudos acerca das relações entre estrangeiros e suas sociedades de acolhimento podem ser separados em três momentos. Em um primeiro, a tradição de Chicago teve grande relevância, no qual preponderou a perspectiva assimilacionista. Em um segundo momento, a etnicidade ganhou força teórica e se opôs à perspectiva assimilacionista, caracterizando-a como etnocêntrica e deslocada da realidade empírica. Por fim, em um terceiro momento, quase contemporâneo a esta pesquisa, buscou-se superar a dicotomia entre assimilação e etnicidade por meio dos estudos das imigrações internacionais. A dicotomia entre essas duas correntes teóricas é o fio condutor desta seção, pelo qual objetiva-se apresentar os argumentos teóricos que sustentam cada uma destas proposições, a fim de revisar a literatura sociológica do campo de estudos da relação entre estrangeiros e suas sociedades de acolhimento.

Começamos, portanto, pela proposta assimilacionista, tendo esta grande expressão na tradição de Chicago. A produção de Thomas e Znaniecki (1918) foi fundamental para a construção teórica do debate acerca da assimilação intercultural. A pesquisa dos autores

sobre a vida dos camponeses poloneses que imigraram para os Estados Unidos colaborou na compreensão sobre a incorporação do estrangeiro na sociedade de acolhimento. O ciclo de assimilação proposto pelos autores está baseado em três momentos: primeiro há uma organização primária da sociedade polonesa, concebida como um conjunto de atitudes e valores de um grupo social que se impõem sobre os interesses individuais. Por conseguinte, há um momento de desorganização social, no qual ocorre o enfraquecimento da influência das normas sociais sobre os membros do grupo, precedendo assim um terceiro momento, a reorganização, que consiste na formação de uma sociedade polonesa-americana, ou seja, não inteiramente americana, mas com propensão à assimilação das gerações futuras. Neste âmbito, o imigrante estaria assimilado à sociedade estadunidense a partir do momento que compartilhasse dos mesmos interesses do cidadão americano, ou seja, “quando ele possuísse o domínio da linguagem natural do grupo” (COULON, 1995).

A noção de “ciclo de assimilação” foi muito utilizada pelos estudiosos da Escola de Chicago. Park (1921), por exemplo, ainda que divergisse na definição do conceito de assimilação, constatando que as particularidades dos grupos sociais não eram perdidas ao longo do processo, rejeitando assim a hipótese de que a unidade nacional demandava uma homogeneidade étnica, também estabeleceu quatro etapas como “tipos ideais” do ciclo de assimilação. Exercício semelhante foi desenvolvido por Bogardus (1928), o qual estabeleceu sete etapas da assimilação. Apesar de suas divergências, os ciclos de assimilação postulavam um processo cronológico que estabelecia os parâmetros de análise da incorporação de um imigrante à sua sociedade de acolhimento.

A questão da assimilação aparece também na sociologia brasileira. Ribeiro (1995) ao conceber o brasileiro como um caldeamento entre o português, o índio e o negro, afirma que estas formações sociais distintas se unem para dar lugar a um novo povo: “novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada (...) novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova (...) novo, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade”. A partir disso, afirma que a confluência de distintas matrizes formadoras poderia ter originado uma sociedade multiétnica, contudo, de modo contrário, gerou uma unidade étnica básica – que não pressupõem uniformidade (RIBEIRO, 1995, p. 17).

Ao discorrer acerca dos “brasis sulinos” o autor afirma que o Sul do Brasil é culturalmente heterogêneo devido a coexistência e a interação de três componentes principais, sendo eles, os lavradores matutos, de origem açoriana, os antigos gaúchos, da

região dos campos fronteiriços do rio da Prata e, por fim, a formação gringo-brasileira dos descendentes de imigrantes europeus, “que formam uma ilha na zona central, avançando sobre as duas outras áreas” (RIBEIRO, 1995, p. 299). Para o autor, a interação entre esses três elementos opera no sentido de homogeneizá-los, “difundindo traços e costumes de um ao outro” (RIBEIRO, 1995, p. 299). Contudo, em última instância, funciona como fixadora de suas diferenças, de modo que cada Brasil sulino tende a reagir de modo próprio “integrando-se com ritmos e modos diferenciados nas novas formas de produção e de vida, dando lugar a estilos distintos de participação na comunidade nacional” (RIBEIRO, 1995, p. 299).

Na obra de Ribeiro (1995), a questão da assimilação aparece quando o autor busca traçar um paralelo quantitativo entre a conformação de “nacionais” – não imigrantes – com o número de imigrantes que entraram no país no final do século XIX e início do século XX. O autor assume que, ainda que quantitativamente “pouco ponderável”, os imigrantes tiveram uma atuação determinante na conformação da Região Sul “criando paisagens caracteristicamente europeias e populações majoritariamente brancas” (RIBEIRO, 1995, p. 182). Contudo, afirma que a imigração não teve relevância na fixação de características da população brasileira e da sua cultura, tendo em vista que, no momento da chegada dessas populações, “a população nacional já era tão maciça numericamente e tão definida do ponto de vista étnico, que pôde iniciar a absorção cultural e racial do imigrante sem grandes alterações no conjunto” (RIBEIRO, 1995, p. 182). Sendo assim, afirma a existência de uma homogeneidade cultural básica que transcende as singularidades regionais, bem como as variedades de matrizes raciais e de proveniência cultural (RIBEIRO, 1995).

Nesta perspectiva, nenhum fluxo imigratório para a Região Sul do Brasil se consolidou como “um centro de lealdade étnica extranacional” (RIBEIRO, 1995, p. 183) e, portanto, conformado por diversas contribuições étnicas – o autor resgata o caldeamento do português com o índio e o negro e à ele inclui os fluxos migratórios ao Sul – o conjunto brasileiro, “é essencialmente uno enquanto etnia nacional, não deixando lugar a que tensões eventuais se organizem em torno de unidades regionais, raciais ou culturais opostas” (RIBEIRO, 1995, p. 193). Por fim, afirma: “uma mesma cultura a todos engloba e uma vigorosa autodefinição nacional, cada vez mais brasileira, a todos anima” (RIBEIRO, 1995, p. 193).

Neste âmbito, dois pontos devem ser destacados: o autor reconhece a desigualdade de poder intrínseca ao caldeamento do português, do índio e do negro, tendo em vista os

distintos papéis sociais que cada um desses grupos assumiu historicamente no processo de colonização (RIBEIRO, 1995, p. 20). Além disso, afirma que a unidade nacional brasileira é resultado de um processo contínuo e violento de unificação nacional, que teve proeminência após a independência do país e que, apenas por meio dele, logrou-se a supressão étnica discrepante (RIBEIRO, 1995, p. 19). Desta maneira, lança luz à uma problemática importante que, por vezes, foi velada<sup>23</sup> nos ciclos de assimilação propostos pelos estudiosos da Escola de Chicago, a saber, a disparidade de poder no processo de assimilação de um estrangeiro à sociedade de acolhimento, perpassando questões raciais, étnicas, de gênero e classe.

A perspectiva assimilacionista, portanto, compreendida como um processo de interpenetração e fusão de um determinado grupo que adquire memórias, sentimentos e atitudes de outro grupo, por meio da incorporação de uma vida cultural comum, teve seu ápice nas décadas de 1950 e 1960, com forte influência do contexto da Segunda Guerra mundial (TRUZZI, 2012). A partir da década de 1970, por influência das reivindicações sobre os direitos de grupos minoritários e por intermédio das pesquisas de autores como Glazer e Moynihan (1963) sobre os negros, porto riquenhos, italianos, irlandeses e judeus em Nova York, a perspectiva assimilacionista passou a ser duramente criticada por ser irrealista, no que diz respeito à observação empírica da relação entre estrangeiros e sociedades de acolhimento, assim como por partir de uma premissa etnocêntrica (TRUZZI, 2012). Diante deste contexto, emergem pesquisas que abordam a etnicidade como fator analítico central para o estudo da relação entre o eu e o outro, o estrangeiro e o não-estrangeiro.

A perspectiva da etnicidade acerca da relação entre estrangeiro e sociedade de acolhimento parte da premissa que “a atração entre aqueles que se sentem de uma mesma espécie é indissociável da repulsa daqueles que são percebidos como estrangeiros” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 40). Ou seja, o sentimento de pertença à um grupo fundado na crença subjetiva em uma comunidade de origem não é forjado no isolamento de determinado grupo, mas, ao contrário, a comunicação e o contato entre distintas comunidades acentuam diferenças, sendo estas apropriadas pelos indivíduos

---

<sup>23</sup>Ainda que, em certa medida, velada nos ciclos de assimilação, Gordon (1964) destaca como a aculturação é inerente ao processo de assimilação. Para o autor, a assimilação é um processo de sentido único, no qual o grupo minoritário, estrangeiro, adota a cultura *mainstream* da sociedade de acolhimento, sendo esta quase inalterada no final do processo, exceto pela modificação em áreas minoritárias da vida social, como alimentação e nomes de lugares (GORDON, 1964).

para o estabelecimento de fronteiras étnicas (BARTH, 1998). Nesse sentido, além dos estudos sobre os imigrantes nos Estados Unidos, a análise da formação dos guetos colaborou na teorização da manutenção de fronteiras étnicas por meio do contato entre o eu e o outro. Coulon (1995) demonstrou como na tradição de Chicago os guetos começaram a aparecer como zonas intersticiais, não apenas no plano da geografia urbana, mas também no plano social, o que contrariava a perspectiva assimilacionista e corroborava a tese dos estudos da etnicidade.

Portanto, os estudos que partem da etnicidade caminham no sentido contrário da assimilação: o contato contínuo e prolongado entre o eu e o outro não levaria à assimilação, mas sim ao acentuamento de diferenças e ao estabelecimento de fronteiras étnicas. Desta maneira, teorizar a partir da etnicidade significa “examinar as modalidades segundas as quais uma visão de mundo étnica é tornada pertinente para os atores”, ou seja, é compreender os sentidos que são mobilizados para a consolidação do sentimento de formar um povo e, sendo assim, assume-se a pertença étnica como categoria pertinente para a ação social (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 17).

A noção de fronteira é fundamental para a compreensão da etnicidade, na medida em que, como afirmou Barth (1998), o sentimento de pertencimento étnico é demarcado pela linha que estabelece a distinção entre agrupamentos dicotômicos Nós/Eles. Nesse sentido, o que define o grupo étnico é justamente a fronteira que o distingue do(s) outro(s), e não o conteúdo cultural de determinado agrupamento: “o que permite que se dê conta da existência dos grupos étnicos e de sua permanência no tempo é, então, a existência dessas fronteiras étnicas independentemente das mudanças que afetam os marcadores aos quais elas se colam” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 153).

Os traços que demarcam a fronteira étnica podem variar de acordo com as formas pelas quais a comunidade atribui novos significados e interpretações aos seus aspectos culturais. Deste modo, as fronteiras da etnicidade não são rígidas e duráveis. Pelo contrário, são “fluídas, moventes e permeáveis”. Essas características das fronteiras étnicas possibilitam que a dicotomia entre o eu e o outro não esteja, necessariamente, vinculada de forma substancial ao material cultural de determinado grupo. Em outras palavras, “um grupo pode adotar os traços culturais de um outro, como a língua e a religião, e, contudo, continuar a ser percebido e a perceber-se como distintivo” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 156).

Nesta perspectiva, as dissemelhanças entre os membros de determinada comunidade não são relevantes, tendo em vista que se ambos se denominam como

pertencentes ao grupo A, em oposição aos demais grupos sociais, “eles estão querendo ser assim tratados e querem ver seus próprios comportamentos serem interpretados e julgados como sendo do grupo A” (BARTH, 1998, p. 194). O grupo étnico é definido pela fronteira distintiva entre o eu e o outro- o pertencente ao grupo e o estrangeiro-, e não pelo material cultural englobado na conformação da comunidade. Sabe-se que a etnicidade não é esvaziada de conteúdo cultural, contudo, ela também “não se reduz à expressão de uma cultura já pronta” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 129). Ou seja, a etnicidade implica um processo contínuo de seleção de aspectos culturais “dos quais os atores se apoderam para transformá-los em critérios de consignação ou de identificação” (BARTH, 1998, p. 129).

O contínuo processo de selecionar aspectos culturais e históricos e transformá-los em critérios de consignação e de identificação é particularmente relevante para esta pesquisa, tendo em vista que a definição étnica do sulista resgata elementos históricos e culturais, ainda que de forma não substancial, a fim de mobilizá-las como critérios separatistas. Nesse processo, aspectos como o senso de origem comum, de unicidade étnica e de pertencimento ao território são amplamente mobilizados como marcadores de pertença por aqueles que reivindicam a identidade étnica sulista.

Em suma, etnicidade é “um conceito de organização social” que permite “descrever as fronteiras e relações dos grupos sociais em termos de contrastes altamente seletivos, que são utilizados de forma emblemática para organizar as identidades e interações” (BARTH, 1984, p. 80).

Entretanto, nos primeiros anos do século XXI, a literatura estadunidense começou a apontar um esgotamento da tese da etnicidade, no sentido de repensar e reformular o conceito de assimilação. Nesse contexto, analisando os movimentos migratórios do terceiro quartil do século XIX, e do primeiro do século XX, assim como os fluxos migratórios contemporâneos, Alba e Nee (2003) postulam que a assimilação ainda é uma perspectiva fundamental para a compreensão da sociedade estadunidense, desde que reformulado o seu significado teórico.

Essa ressignificação da assimilação consiste fundamentalmente no despojo do seu caráter etnocêntrico e na proposta de uma superação da dicotomia entre assimilação e etnicidade. Para eles, ambos os conceitos não são, necessariamente, contraditórios e excludentes. Ora, para isso, reconhecem a pertinência dos aportes de Barth (1998) e reformulam a assimilação baseada nas seguintes prerrogativas:

- A) A assimilação não é um processo inevitável que engloba uniformemente os diversos grupos de imigrantes, como propuseram os primeiros cientistas sociais da tradição de Chicago (ALBA e NEE, 2003, p. 273);
- B) A assimilação não consiste em um processo de direção única: da incorporação dos grupos minoritários por um grupo dominante, como afirmou Gordon (1964), mas sim, consiste em um processo onde ambos os grupos são transformados a partir do contato contínuo e prolongado e, assim sendo, afirmam que o grupo dominante (*mainstream*) sofre alterações por meio da incorporação de fatores étnicos de grupos minoritários, ou seja, o *mainstream* se expande, se transforma e altera em sua própria formação de *mainstream* (ALBA e NEE, 2003, p. 284). Nessa perspectiva, “a assimilação, como uma forma de mudança étnica, pode ocorrer através de mudanças que se dão em ambos os lados da fronteira entre minorias étnicas e *mainstream*” (TRUZZI, 2012, p, 535).

Em suma, a ressignificação proposta por Alba e Nee (2003) aponta no sentido da compreensão da assimilação como um processo de interação que reduz<sup>24</sup> as diferenças entre os grupos, provocando alterações em ambos os lados das fronteiras étnicas. Desta maneira, a etnicidade continua sendo percebida como um fator distintivo, porém, como uma etnicidade simbólica, que se manifesta e se vislumbra no âmbito interno de cada grupo, em festas típicas, reuniões de famílias, etc., mas “que pouco interfere no cotidiano concreto dos indivíduos, a não ser pela remota alusão a uma origem comum” (TRUZZI, 2012, p. 544).

A despeito de suas divergências, os três “momentos” teóricos apresentados ao longo desta seção colaboram com a proposição analítica desta pesquisa, na medida em que possibilitam compreender de forma pormenorizada as relações identitárias dicotômicas que se constroem na relação entre distintos grupos sociais. Assim, a revisão teórica desenvolvida objetiva fornecer subsídios à análise metodológica, a fim de possibilitar compreender como os diversos discursos do movimento são mobilizados, bem como, a partir deles, constroem-se esquemas de oposição identitários.

---

<sup>24</sup>A argumentação da redução de diferenças em Alba e Nee (2003) aparece baseado principalmente na identificação da transformação do *mainstream* por meio de alterações analisadas ao longo de diversas gerações de imigrantes e seus descendentes. A pesquisa apresenta dados e analisa, por exemplo, grupos de imigrantes judeus, irlandeses, latinos e italianos, a fim de identificar a especificidade de cada um dos grupos em seus processos de assimilação ressignificada, bem como apontar como o *mainstream* incorporou e incorpora aspectos étnicos de cada uma destas comunidades.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de compreender quais discursos são mobilizados e de que forma são utilizados com o objetivo de adquirir legitimidade à pauta separatista do movimento o Sul é Meu País, bem como analisar como esses discursos produzem esquemas de oposição entre o ser sulista e o não ser sulista, a presente pesquisa catalogou e analisou 91 artigos de opinião publicados no site oficial do movimento entre 2015 e 2020 (ver anexo 1).

A análise documental foi empregada como técnica de coleta de dados. Após catalogados, os mencionados documentos foram submetidos à uma análise de discurso, com base nos aportes metodológicos de Fairclough (2001). A opção pela captação e análise dos dados a partir desse banco de informações possibilita a categorização de artigos de opinião de diversas temáticas, estruturas e autorias, viabilizando uma compreensão mais abrangente dos múltiplos discursos mobilizados pelo movimento.

Para isso, esse capítulo está dividido entre três seções. Na primeira foram construídas as categorias analíticas utilizadas para o catálogo e análise dos documentos. A segunda seção tem como objetivo detalhar o banco de dados utilizado ao longa da pesquisa, apresentando de forma pormenorizada os artigos de opiniões catalogados e suas vinculações com as estratégias do movimento. E, por fim, a terceira seção foi destinada à compreensão e mobilização dos elementos metodológicos propostos por Fairclough (2001) para a realização da análise do material.

### 2.1. CONSTRUINDO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Com a proposição de colaborar com o delineamento de uma teoria dos separatismos étnicos, Smith (1979) aponta para uma diferença importante entre duas formas de separatismo: os territoriais e os étnicos. O primeiro modelo está ligado à influência que o senso de distância e de governo remoto estimula no senso de não pertencimento. Este é o caso da Irlanda, Bahamas e Antilhas, por exemplo, nos quais a separação geográfica é um fator determinante na cultura política local, sendo esta potencializadora da formação de uma base cultural que serve para o acentuamento das disputas pela construção de uma nação independente do governo central.

O separatismo étnico, por sua vez, surge em virtude de uma diferenciação identitária específica, baseada na identificação de uma história comum, com compartilhamento de memórias e traços culturais. Deste modo, esse segundo modelo de

separatismo “mantêm a crença no caráter distintivo, mesmo único, de uma comunidade étnica que implica o direito e o dever da comunidade de administrar seus próprios assuntos, sem interferência externa” (SMITH, 1979, p. 22, tradução nossa<sup>25</sup>).

Assim sendo, para Smith (1979) os separatismos étnicos podem ser, de acordo com a especificidade do caso analisado, potencializados por cinco variáveis:

- A) o desenvolvimento diferencial: parte da premissa de que diferenças econômicas podem ser o elemento potencializador da existência de movimentos separatistas étnicos. Contudo, o autor destaca que a tese do desenvolvimento diferencial carrega profundos problemas de aplicabilidade, mostrando-se parcialmente refutável quando empiricamente operacionalizada na análise de casos como, por exemplo, o do separatismo em Nagaland, na Índia, dos curdos, no Oriente Médio e dos conflitos secessionistas na Eritreia;
- B) a linguagem, compreendida, junto com aspectos culturais, enquanto um elemento fundamental da formação da unidade da nação e, portanto, da identificação grupal separatista que almeja a construção de uma nova nação e de uma nova identidade nacional;
- C) a temática da história e a etnicidade: parte da concepção que para uma categoria étnica se transformar em uma comunidade étnica, ela deve adquirir uma autoconsciência histórica e um senso de identidade peculiar. Assim, o historicismo poderia ser uma das variáveis para o estabelecimento de leis e concepções de origem que remetem ao surgimento de determinada comunidade étnica.
- D) a burocracia e o descontentamento: versa sobre o descontentamento psicológico, econômico, político e cultural na medida em que as burocracias funcionavam, historicamente, como propulsoras da categorização étnica como ferramenta de divisão e governança: “a autoconsciência étnica dos povos sujeitados era simplesmente uma função de discriminação por parte das autoridades” (SMITH, 1979, p. 30, tradução nossa<sup>26</sup>);
- E) políticas étnicas e separatistas: postula a necessidade de um alto grau de politização da comunidade étnica como pré-requisito para o pleito por uma nova

---

<sup>25</sup>“Culturally based separatisms hold to the belief in the distinctive, even unique, character of an ethnic community which entails the right and duty of the community to run its own affairs according, without outside interference” (SMITH, 1979, p. 22).

<sup>26</sup>“(…) ethnic self- consciousness by subject peoples was simply a function of discrimination by the authorities” (SMITH, 1979, p. 30).

nacionalidade. Nesse sentido, a temática das políticas étnicas e separatistas abrange a formação de uma constelação de fatores políticos e sociais que acentuam a consciência política da comunidade étnica, dentre os quais Smith (1979) destaca as expansões e contradições econômicas e políticas, a composição social da elite intelectual<sup>27</sup> e as políticas governamentais da etnia dominante.

Por sua vez, Barros (2007, p. 151), ao dedicar-se à análise do separatismo como uma forma de discurso baseado na construção de uma identidade (*ethos*) intolerante, afirma que o discurso separatista é caracterizado por uma ruptura contratual entre o destinador e destinatário, sendo este último o separatista. Segundo a autora, é “o destinatário, e não o destinador, que interpreta o modo de ser e de fazer do destinador e julga que, embora ele, destinatário, tenha cumprido sua parte do acordo, o mesmo não ocorreu com o destinador”. Desta maneira, o separatista considera que o contrato estabelecido entre ambos está sendo cumprido apenas por uma das partes e que está sendo benéfico apenas para a parte que não o cumpre.

Para Barros (2007), o separatismo não é concebido pelo separatista como uma ruptura de uma totalidade, mas sim como o recorte da parte diferente. Portanto, a assimilação ou manutenção da agregação da parte à totalidade não é uma opção para o separatista, tendo em vista que este se concebe como diferente. A partir disso, a autora traz um avanço importante para a análise, a saber, a categorização de cinco eixos temáticos pelos quais o discurso separatista sulista é transpassado e que, a partir deles, é mobilizado. São eles:

- A) Tema socioeconômico do desenvolvimento: Faz referência à “moralização do crescimento”. Utilizando o separatismo gaúcho como exemplo, a autora define a concepção de moralização do crescimento da seguinte maneira: “o Rio Grande do Sul é mais desenvolvido e rico que o restante do país, e essas riquezas precisam ser conservadas; a seriedade e o trabalho dos gaúchos fazem crescer essas riquezas, ao contrário do que acontece no resto do país” (BARROS, 2007, p. 162).
- B) Tema político da ingovernabilidade: Refere-se às questões relacionadas à “má política”, como, por exemplo, a corrupção, a distribuição injusta e desproporcional dos tributos federais aos estados, a extensão territorial do Brasil, que supostamente o torna ingovernável, etc.

---

<sup>27</sup>O autor mobiliza o conceito de *intelligentsia*, definindo-a como: “a term which covers well-educated professionals as well as intellectuals proper” (SMITH, 1979, p. 29).

- C) Tema histórico: A temática histórica está fragmentada em dois eixos. O primeiro referente ao resgate da “tradição sulista”, que envolve a ideia de pioneirismo e uma cultura de luta por maior autonomia regional; O segundo ligado à argumentação que a fragmentação das nações é um movimento próprio da modernidade, no qual resgatam-se exemplos de “grandes países” que passaram por processos separatistas e tiveram “bons resultados”.
- D) Tema da diferença e identidade: Barros destaca a perspectiva separatista de que “os gaúchos são diferentes dos brasileiros e melhores do que eles” (BARROS, 2007, p. 162), o que, segundo a autora, leva ao tema do racismo, tanto discriminatório como diferencialista.
- E) Tema da separação: o tema da separação “aparece como a ação de revolta contra os maus, em todos os aspectos (histórico, moral, étnico, cultural, etc.), bem como o da realização dos sonhos de crescimento (...) o tema da separação constrói um discurso maniqueísta em que bem e mal se contrapõem, com a vitória do bem, o que, de uma certa forma, justifica todas as ações empreendidas” pelos separatistas (BARROS, 2007, p. 163).

Ainda que possuam singularidades e distinções, a categorização proposta por Smith (1979) e as categorias estabelecidas por Barros (2007) são complementares e apontam na mesma direção destacada por Hertzog (2009) que, ao estudar o reemergir de movimentos separatistas no Sul do Brasil no final do século XX, afirmou a necessidade da introdução da questão étnica para a compreensão do caráter endêmico do separatismo no Sul Brasil. Assim sendo, para fins metodológicos e analíticos, esta pesquisa correlacionou as categorias de Smith (1979) e Barros (2007), tendo como ênfase o caso específico do separatismo sulista. Como resultado dessa correlação, foram construídas cinco categorias próprias, que serão utilizadas na categorização e análise dos documentos, sendo elas:

#### **Quadro 1 - Categorias do discurso separatista sulista**

Categoria discursiva	Descrição da categoria
Categoria 1: Discursos sobre desenvolvimento socioeconômico	A moralização do crescimento, isto é, a noção de que o Sul é mais desenvolvido do que as demais regiões do Brasil, ligada à moralização do trabalho, ou seja, à noção de que o ser sulista é, em sua essência, um dedicado trabalhador (tendo em vista o histórico do pioneirismo da ocupação das terras do Sul), fazem com que o separatismo assuma uma dimensão econômica simbólica: a separação torna-se sinônimo de pleno sucesso e desenvolvimento socioeconômico.

Categoria 2: Discursos históricos e de unificação nacional	São discursos que mobilizam elementos fundamentais da formação da unidade do povo sulista, bem como da identificação grupal que almeja a construção de uma nova nação e de uma nova identidade nacional. Estão divididos em duas dimensões: na primeira, os sulistas têm uma tradição de luta e precisam honrar sua história, cultura e tradições. Na segunda, afirmam a tendência histórica da fragmentação de grandes países.
Categoria 3: Discursos étnicos e diferencialistas	Baliza a noção de que os sulistas são diferentes dos brasileiros, do ponto de vista histórico, cultural, étnico e ético, o que leva ao tema do racismo- tanto discriminatório, quanto diferencialista -. Na busca por adquirir uma autoconsciência histórica e um senso de identidade peculiar há uma excessiva valorização da identidade e dos elementos naturais do território, assumindo uma conotação de superioridade da comunidade sulista frente aos não-sulistas.
Categoria 4: Discursos políticos de ingovernabilidade e de descontentamento	Versa sobre o descontentamento psicológico, econômico, político e cultural na medida em que a imposição da federação brasileira vem afetando as múltiplas dimensões da vida cotidiana do povo sulista. Nesses discursos, destaca-se que a noção de que os maus políticos são, em grande medida, os responsáveis pelo fraco desenvolvimento do Brasil, pela distribuição injusta da renda entre os estados, e pelas mazelas e dificuldades cotidianas enfrentadas pelos sulistas.
Categoria 5: Discursos sobre políticas étnicas e separatistas	Abrange a necessidade de agir frente às injustiças praticadas pela federação brasileira. Engloba uma constelação de fatores políticos e sociais que acentuam a consciência política da comunidade étnica, caracterizando-se como discursos orientados à ação de revolta contra os maus, em todos os aspectos (históricos, morais, étnicos, culturais, etc.) e como realização dos sonhos de crescimento (socioeconômico, político, etc.). Configura-se como um discurso em que bem e mal se contrapõem, com a vitória do bem, o que, de uma certa forma, justifica todas as ações empreendidas.

Fonte: Autor, 2021.

Em síntese, as cinco categorias de análise elaboradas por esta pesquisa foram construídas à luz dos aportes teóricos de Smith (1979) e Barros (2007). Essas cinco categorias foram utilizadas tanto na primeira etapa da pesquisa, isto é, na organização e catálogo dos materiais, bem como na análise do discurso dos documentos.

## 2.2. MATERIAIS

Como demonstrado por De Paula (2001), o movimento OSMP priorizou, desde sua fundação, a propagação de conteúdos separatistas como estratégia central para a expansão de sua abrangência regional e do número de membros e simpatizantes. Em sua primeira década de existência, o Jornal do movimento foi o mecanismo de divulgação utilizado pelo OSMP para a apresentação e publicização dos ideais, da organização e dos objetivos do movimento. A partir de 2015, a propagação dos ideais separatistas ganha uma nova roupagem, passando dos papéis impressos às telas da internet. O site oficial do movimento começou a ser utilizado como a principal ferramenta de mobilização,

passando a veicular artigos de opinião periodicamente. Deste modo, foram catalogados os 91 artigos de opinião publicados entre 2015 e outubro de 2020<sup>28</sup>, sendo este o corpus da pesquisa.

Os 91 artigos publicados entre 2015 e 2020 foram, majoritariamente, assinados por dois integrantes do movimento: Joacir dal Sotto e Celso Deucher, sendo estes, juntos, responsáveis por 69 artigos catalogados, o que corresponde a 76% do material coletado. Os 22 artigos não assinados por Dal Sotto ou Deucher foram publicados em nome do próprio movimento ou por autores/as que assinaram apenas um documento, no máximo, por ano.

Deucher é um dos principais líderes do movimento. Estava presente nos principais marcos de fundação e consolidação do OSMP, atuando em distintas áreas. Já esteve à frente do movimento, no cargo de presidente e, atualmente, exerce o cargo de Secretário Geral do Grupo de estudos Sul Livre (GESUL). Em 2016, publicou o livro intitulado “O Sul é o Meu País”, no qual apresenta o histórico da organização, criação e desenvolvimento ao longo das quase três décadas de existência do movimento. Em suas redes sociais<sup>29</sup>, se declara professor – tendo cursado filosofia (1986) e pedagogia (2016) – e jornalista, com atuação no Diário Brusquense. Afirma ainda ser Conselheiro Municipal de Cultura de Brusque (SC).

Deucher foi processado pela publicidade e divulgação da logomarca pessoal do ex-prefeito de Laguna, Adílcio Cadorin, em todos os impressos oficiais, uniformes escolares, de serviço, da zona azul, veículos e portas de prédios públicos do município. Como condenação<sup>30</sup>, estipulou-se que deveria ressarcir os cofres públicos municipais com o valor de R\$ 14.762,50, além de perder seus direitos políticos por cinco anos, não podendo contratar com o Poder Público ou receber benefícios e incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de cinco anos. A condenação de Adílcio Cadorin envolveu Deucher tendo em vista a relação contratual de prestação de serviços entre o município

---

<sup>28</sup> Os dados foram capturados e compilados desde a aprovação do projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL, até outubro do ano subsequente. Definiu-se outubro como data limite para a captura de dados tendo em vista a necessidade de tempo hábil para processá-los e analisá-los. Sendo assim, a data limite de captura de dados foi definida pela necessidade de iniciar a etapa de análise qualitativa do corpus da pesquisa.

<sup>29</sup> O blog pessoal de Celso Deucher pode ser acessado em: <<https://www.blogger.com/profile/00711567019293607735>> Acessado em 28 de abril de 2021.

<sup>30</sup> A sentença proferida pela Justiça do Estado de Santa Catarina é de acesso público, disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/72639492/djsc-04-07-2014-pg-1208>. Acessado em 28 de abril de 2021.

de Laguna e o Diário Brusquense, tendo o contrato sido declarado nulo pela mesma sentença que suspendeu os direitos políticos de ambas as partes envolvidas no caso.

Nas estratégias atuais do movimento, Deucher destaca-se pela sua atuação à frente do GESUL, realizando múltiplas palestras para membros e simpatizantes do OSMP e publicando um elevado número de artigos de opinião no site oficial. Ele é responsável por 30 dos 91 artigos publicados entre 2015 e 2020, o que corresponde a aproximadamente 33% do material analisado por esta pesquisa.

Por sua vez, Joacir Dal Sotto não aparece entre os nomes dos membros fundadores, nem é mencionado entre os “líderes do OSMP”. Contudo, é responsável pela publicação de 39 dos 91 artigos catalogados, o que corresponde a 43% dos dados coletados. Assim sendo, para a presente pesquisa, Dal Sotto é um agente importante, devido ao seu papel na veiculação dos artigos de opinião do OSMP.

Dal Sotto é tecnólogo em processos gerenciais (2011) pela Faculdade de Tecnologia Internacional e licenciado em filosofia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2019). Em 2018, iniciou mestrado em Práticas transculturais pelo Centro Universitário FACVEST. Declara-se escritor, tendo publicado dois livros, intitulados “Curvas da Verdade” e “Operação Maçonaria ou Jesus Cristo”, publicados em 2015 e 2019, respectivamente. Dal Sotto atuou (2019-2020) como professor do estado de Santa Catarina, atuando em caráter temporário (ACT) na rede básica da educação.

Os artigos de Deucher e de Dal Sotto possuem uma argumentação distinta que, em última instância, convergem para um mesmo objetivo: separar a região Sul do Brasil. Contudo, os caminhos propostos à separação não são homogêneos. Sendo heterogêneas, as distintas formas de discurso separatista apontam para diferentes estratégias, que buscam alcançar a secessão como objetivo comum. Como apresentado na seção 1.1, pela trajetória do movimento, é possível identificar duas frentes centrais de atuação do movimento, a saber, a propagação dos ideais separatistas, a fim de conscientizar a população do Sul sobre o caráter minoritário da identidade sulista e a proposição de leis que visem integrar a região para, futuramente, alcançar a almejada separação. Na frente estratégica da legitimação<sup>31</sup>, o objetivo é articular uma forma específica de representação do ser sulista como caminho à construção da adesão à causa separatista. No caso da

---

<sup>31</sup>Como constataremos ao longo da pesquisa (ver: diagrama 1 e quadro 4), os discursos de conscientização são convertidos em conteúdos multidimensionais de legitimação. Desta maneira, opta-se por denominar os trabalhos estratégicos de propagação e conscientização de “frente estratégia de legitimação”, tendo em vista que o objetivo final das ações de conscientização é legitimar a identidade étnica sulista, fortalecendo a capacidade de promover adesão a causa separatista.

integração e cooperação, o caminho é criar um ambiente propício para a consolidação prática da secessão.

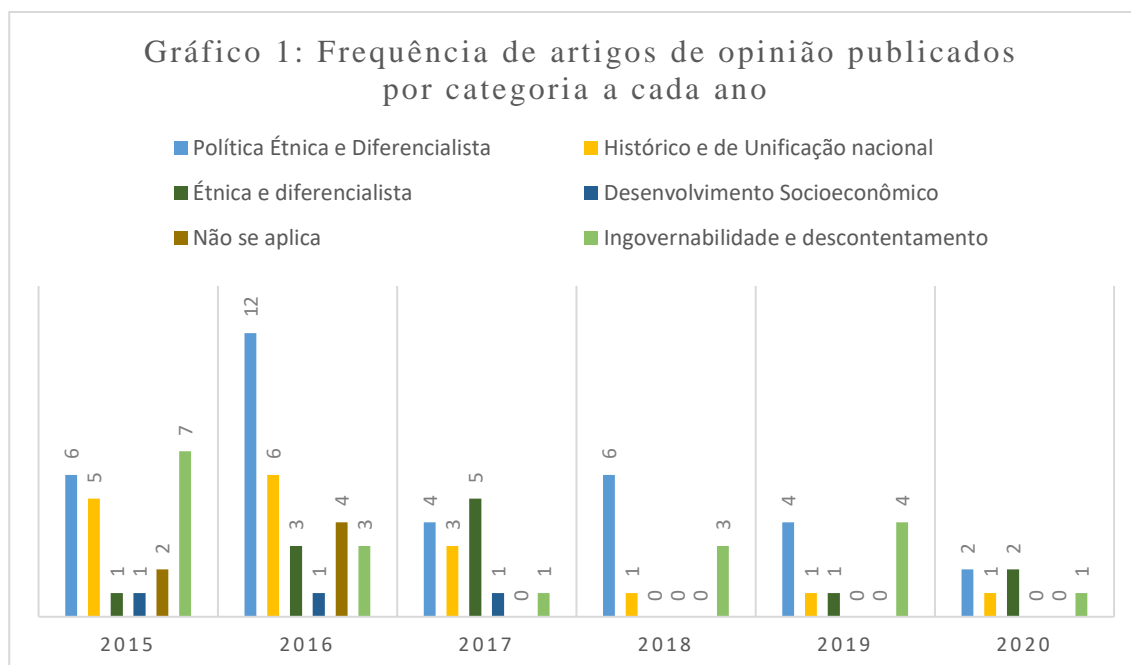
Os discursos étnicos e diferencialistas, históricos e de unificação nacional, sobre desenvolvimento socioeconômico e políticos de ingovernabilidade e descontentamento fornecem os elementos argumentativos centrais para a arguição do caráter minoritário da identidade sulista, compondo o que se denominou de “bloco de discursos de legitimação”, ligado à estratégia de conscientização. Já os discursos sobre políticas étnicas e separatistas possuem um caráter convocatório: não se reduzem à uma caracterização do ser sulista; vão além, conclamando “o povo sulista” para agir pela secessão, compondo o que se denominou de “bloco de discursos de integração e cooperação”, ligado à estratégia de integração e cooperação. No quadro a seguir, pode-se observar um exemplo típico de cada categoria discursiva, a fim de que o(a) leitor(a) possa observar a lógica da categorização acima proposta:

**Quadro 2** - Exemplos típicos das categorias que compõem os blocos de discursos de legitimação e integração e cooperação

BLOCO DE DISCURSOS DE LEGITIMAÇÃO	
Discursos étnicos e diferencialistas	“Quando uma sociedade inteira assiste passivamente, anos a fio, as contorções públicas de nádegas e pélvis ao som de música nacional vagabunda, além do predomínio esmagador de uma enxurrada de obras estrangeiras de péssima qualidade, estará sendo instruída a tolerância cultural ou, simplesmente, as pessoas estarão sendo condicionadas ao hábito de fugir às tradições e costumes adquiridos durante uma longa gestação histórica (..) com prejuízo da continua descaracterização das novas gerações (...) para formar um país atolado na mediocridade? (SUL LIVRE, 2017, DOC 9).
Discursos políticos de ingovernabilidade e descontentamento	[com a secessão] “O sulista deixará de ser tratado como sub-raça, já que, como eleitor sulista vale menos que a maioria dos outros eleitores e como contribuinte é penalizado com a má distribuição do bolo tributário, e, como cidadão culto, é relegado por sua arte cultural e tradição diferenciada” (SUL LIVRE, 2017, DOC 3).
Discursos Socioeconômicos de desenvolvimento	“Temos 577 mil quilômetros quadrados, um clima sub tropical de dar inveja, uma das melhores biodiversidade do mundo, rios navegáveis com água em abundância e com a grande parte dos seus afluentes dentro da própria região terra fértil para a agricultura, espaço em abundância para a pecuária (...) além de contar com um povo trabalhador, guerreiro e amante da liberdade” (SUL LIVRE, 2015, DOC 1).
Discursos históricos e de unificação nacional	“(..) aqui, ao Sul do até hoje Brasil, guerreiros ainda lutam pela emancipação política e administrativa dos três estados do Sul. Hoje sentimos o sangue dos nossos antepassados passar por nossos corações, estamos em uma marcha pacífica e democrática” (SUL LIVRE, 2017, DOC 20).
BLOCO DE DISCURSOS DE INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO	
Discurso sobre políticas étnicas e separatistas	“A liberdade política e administrativa que os sulistas estão reivindicando de forma pacífica é um vírus benéfico para o povo brasileiro. Temos os requisitos de povo, temos os requisitos que provam um descontrole brasileiro que eleva toda forma de criminalidade. Basta de <i>Brazilia</i> . O Sul é o Meu País” (SUL LIVRE, 2017, DOC 74).

Fonte: Autor, 2021.

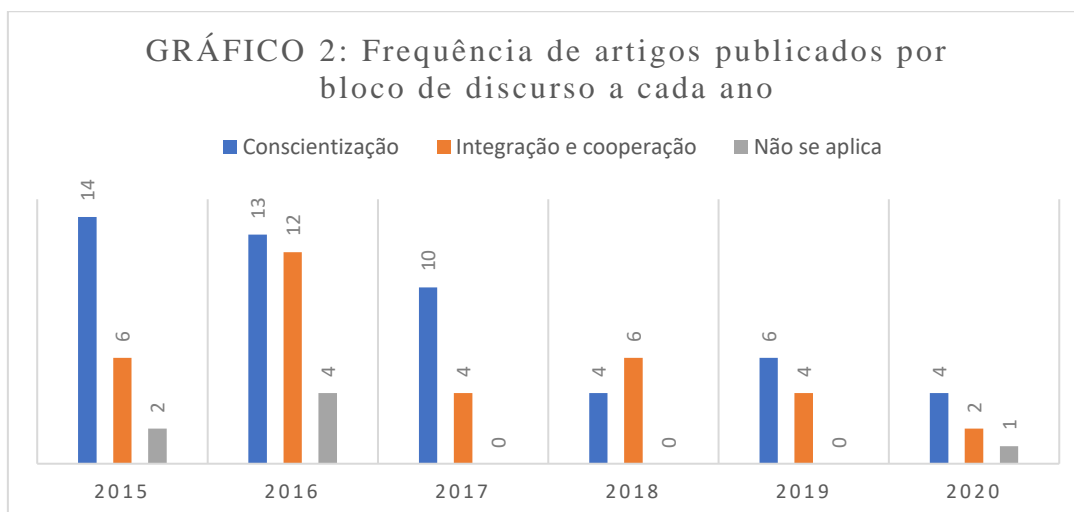
Em suma, o espaço destinado à publicação de artigos de opinião na página online do movimento é um ambiente no qual múltiplos discursos são veiculados, servindo como uma ampla rede de divulgação das ideias e ideais do OSMP. Entre 2015 e outubro de 2020, os artigos, agrupados em categorias<sup>32</sup>, foram publicados da seguinte maneira:



Fonte: Autor, 2021.

Se agrupado de acordo com a orientação estratégica que cada categoria discursiva endossa, o gráfico acima pode ser apresentado da seguinte maneira:

<sup>32</sup>Ao longo de toda a apresentação dos dados será possível identificar um grupo de seis documentos catalogados como “não se aplica”. Esse bloco de documentos é constituído por notícias específicas sobre regras internas, estatutos ou ações pontuais do movimento, possuindo uma finalidade distinta dos demais artigos de opinião. Portanto, esse bloco de documentos foi desconsiderado ao longo da análise dos dados, sendo mantido no corpus da pesquisa apenas com a finalidade de possibilitar uma verificação completa do acervo que compõe a aba “artigos de opinião” do site oficial do movimento.



Fonte: Autor, 2021.

Os dois gráficos acima apresentados possibilitam a visualização da periodicidade e frequência com que cada categoria e bloco de discurso foi publicado. As mencionadas variáveis não são suficientes para a elaboração de uma análise sociológica que auxilie na análise da construção da adesão e da legitimidade à causa separatista sulista. Porém, a frequência de publicação e a periodicidade, quando correlacionadas com as propostas estratégicas do movimento, nos permitem identificar como o ambiente destinado aos artigos de opinião é utilizado para legitimar a construção da adesão às atividades estratégicas do movimento. Faz-se necessário, contudo, para elaborar algumas considerações iniciais sobre os documentos, apresentar a relação de Dal Sotto e Deucher com cada categoria discursiva.

**Tabela 1** - Categorias discursivas mobilizadas por Deucher em relação ao total de documentos publicados em seu nome

Ano	Histórico e de unificação nacional	Étnicos e diferencialistas	Políticos de ingovernabilidade e descontentamento	Desenvolvimento Socioeconômico	Políticas étnicas e separatistas	Não se aplica
2015	4		6		2	1
2016	1	2	2			2
2017	2	4		1		
2018	1					
2019						
2020	1	1				
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

Fonte: Autor, 2021.

**Tabela 2** - Categorias discursivas mobilizadas por Dal Sotto em relação ao total de documentos publicados em seu nome

Ano	Histórico e de unificação nacional	Étnicos e diferencialistas	Políticos de ingovernabilidade e descontentamento	Desenvolvimento Socioeconômico	Políticas étnicas e separatistas	Não se aplica
2015						
2016	4	2	1		10	
2017	1				3	
2018			3		5	
2019		1	3		4	
2020			1		1	
TOTAL	5	3	8	0	23	0

Fonte: Autor, 2021.

A partir dos gráficos e tabelas apresentadas, alguns elementos podem ser destacados. Primeiramente, é possível identificar as temáticas que cada um dos autores mais mobilizou em suas publicações. Deucher destinou 92%<sup>33</sup> de suas publicações para a veiculação de discursos que endossam elementos que buscam legitimar a percepção do OSMP acerca da identidade sulista. Enquanto Dal Sotto destinou 59%<sup>34</sup> de suas publicações para discursos que convocam e conclamam os adeptos da causa sulista à ação para a secessão<sup>35</sup>. Desse modo, percebe-se Deucher ligado, majoritariamente, à emissão de discursos que endossam as estratégias de legitimação, provendo elementos históricos, identitários e políticos de descontentamento que fortalecem a adesão à percepção sobre o caráter minoritário da identidade étnica sulista. Ao passo que Dal Sotto está, majoritariamente, ligado a discursos que visam mobilizar os adeptos da causa sulista à ação para secessão.

É pertinente ainda ressaltar a periodicidade de publicação de cada autor. Como é possível identificar na tabela 1, Deucher tem maior atividade de publicações entre 2015 e 2017 (90% das publicações de Deucher datam desse intervalo temporal). E, de modo contrário, na tabela 2, percebe-se que Dal Sotto tem maior atividade entre 2018 e 2020 (54% das publicações de Dal Sotto datam desse intervalo temporal). O Bloco Sul Brasileiro de Integração e Cooperação foi idealizado a partir de 2017, ano no qual os projetos de lei de iniciativa popular foram divulgados. Assim sendo, a periodicidade,

<sup>33</sup> Percentual calculado desconsiderando o número de artigos catalogados como “Não se aplica”.

<sup>34</sup> Percentual calculado desconsiderando o número de artigos catalogados como “Não se aplica”.

<sup>35</sup> Dal Sotto publicou 23 dos 34 artigos catalogados como “Políticas étnicas e separatistas”, o que corresponde a 67% do total de artigos assim catalogados (ver anexo 1).

quando atrelada às políticas estratégicas mobilizadas pelo movimento, possibilita identificar uma maior veiculação dos discursos mobilizados por Deucher entre 2015 e 2017 e, uma maior divulgação dos discursos mobilizados por Dal Sotto a partir de 2017, coincidindo com a período de idealização e divulgação do Bloco Sul Brasileiro.

Os múltiplos discursos mobilizados por Dal Sotto e Deucher influenciam a variabilidade das orientações estratégicas do movimento: hora há um maior reconhecimento (em frequência e periodicidade de publicação) de artigos que mobilizam discursos de legitimação, hora há um maior reconhecimento (em frequência e periodicidade de publicação) de discursos que endossam práticas para a secessão, a partir da integração e cooperação.

Quando pensamos no peso que cada categoria discursiva possui na construção da legitimidade do discurso separatista sulista, os discursos de legitimação parecem ter preponderância frente aos discursos sobre políticas étnicas e separatistas, na medida em que são eles que fornecem os elementos discursivos que legitimam toda a percepção identitária do movimento que fundamenta e orienta as demais ações que visam a consolidação da secessão. Portanto, ainda que haja um maior engajamento (em frequência e periodicidade de publicação) nos artigos de cooperação e integração -políticas étnicas e separatistas-, os elementos discursivos mobilizados por Deucher – discursos de legitimação- possuem um maior peso relativo, na medida em que estes fornecem os pressupostos necessários para a construção e legitimação da fronteira étnica que marca a diferença entre o ser sulista e os(s) outro(s) -não sulistas- legitimando, em última instância, a própria causa separatista sulista.

Assim sendo, os dados descritivos oriundos da classificação inicial dos documentos nos fornecem elementos importantes para a análise da construção da legitimidade do discurso separatista do OSMP. Contudo, não são suficientes para elaborar respostas as perguntas norteadoras desta pesquisa. Faz-se necessário uma análise qualitativa dos documentos catalogados para analisar de que modo esses múltiplos discursos se interrelacionam na articulação discursiva do movimento.

### 2.3. MÉTODOS

A análise do discurso é um campo com bases epistemológicas diversas e complexas. Dentre as distintas variações das análises discursivas, a presente pesquisa aproxima-se da perspectiva proposta por Fairclough (2001). Em suma, o autor propõe a unificação da AD, com uma ênfase no campo da linguística, com elementos do

pensamento social e político relevante para o discurso e para a linguagem. Nessa perspectiva, ao usar a noção de discurso, Fairclough (2001) assume a linguagem como uma prática social e, dessa afirmação, decorrem duas implicações centrais:

- A) o discurso é compreendido “como uma forma que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Nesta perspectiva, o discurso é uma prática de significação do mundo, “construindo e constituindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91);
- B) essa perspectiva sobre o discurso implica uma relação dialética entre discurso e o que o autor denomina de “estrutura social”, sendo esta compreendida como condição e efeito da prática social. Em outras palavras, o discurso é moldado e restringido por relações sociais, por instituições particulares - como o direito e a educação- e por normas e convenções discursivas e não discursivas, ao mesmo tempo em que é socialmente constitutivo: “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Essas implicações geram três aspectos centrais sobre o discurso. Primeiramente, como prática, o discurso é central na construção de relações sociais, o que, para os objetivos desta pesquisa, é pertinente na medida em que possibilita compreender como os discursos são mobilizados e utilizados na articulação e legitimação da identidade sulista. A questão das relações sociais, por conseguinte, nos leva ao segundo aspecto do discurso que, enquanto representação, age na construção de identidades sociais, ou seja, na construção do “*eu/nós*” social, neste caso, o sulista, e o “*outros/elas*” - os não sulistas. Por fim, o discurso enquanto significação opera na construção de sistemas de conhecimentos e crenças, fundamentais na interpretação e significação dos processos políticos, históricos, sociais e simbólicos que são articulados pelo movimento no intuito de legitimar a identidade sulista. Assim sendo, “a prática discursiva contribui para reproduzir a sociedade e também contribui para transformá-la” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92). Desta maneira, por meio do discurso e de seu caráter dialético, as identidades são estabelecidas, representadas e negociadas, na medida em que a prática discursiva contribui para a (re)significação do mundo e dos processos sociais.

Como destaca Souza (2017, p. 369), ao aproximar-se da teoria social, Fairclough (2001) assume que “os modos de agir socialmente (a materialização de discursos/práticas sociais) são capazes de legitimar ideologias e contribuir para sustentar e mudar as relações de poder”. Nesse sentido, o autor “articula as noções de ‘campo social, ‘habitus’ e ‘classificação’” de Bourdieu (1989), buscando relacionar a linguagem com as condições sócio-históricas da produção da prática discursiva. Contudo, como também destacado por Souza (2017), Fairclough (2001) afasta-se dos aportes de Bourdieu (1989) sobre a linguagem, tendo em vista que para o sociólogo francês “o que faz o poder das palavras (...), poder de manter a ordem e de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Assim sendo, a compreensão do discurso enquanto elemento produtor e reproduzidor de esquemas de percepção e apreciação e do mundo em significado deve considerar não apenas a linguagem, mas também a sua legitimidade (BOURDIEU, 1989). Esse é o cerne que distingue os quadros teóricos de Bourdieu e Fairclough: ao assinalar a centralidade da legitimidade do discurso, Bourdieu (2004; 1989) indica a centralidade do emissor do discurso e, portanto, do espaço social ocupado por este no campo de narrativas que é determinado pelo seu acúmulo de capitais que possibilitam que, dentre múltiplos discursos, um se sobreponha sobre outro, isto é, que um tenha maior peso na construção da legitimidade dos esquemas de percepção e apreciação do que outros.

A construção da legitimidade do discurso da causa separatista sulista perpassa múltiplas categorias discursivas que, por sua vez, servem de fundamento para múltiplas estratégias do movimento. Assim sendo, os aportes de Bourdieu nos oferecem um quadro teórico que colabora com a aplicação das ferramentas analíticas da AD de Fairclough na medida que possibilita compreender quais discursos e, conseqüentemente, quais estratégias do movimento, tem maior peso na construção da adesão da legitimidade da pauta separatista. Assim sendo, nesta pesquisa opta-se pela utilização das ferramentas dispostas por Fairclough, tendo em vista que elas fornecem elementos e condições úteis para a análise empírica das múltiplas categorias discursivas mobilizadas por esta pesquisa. Concomitantemente, considera-se o quadro teórico de Bourdieu para analisar o peso relativo de cada discurso e, por conseguinte, de cada estratégia do movimento na construção da adesão e da legitimidade da pauta separatista sulista. A partir desta correlação, será possível compreender como as articulações internas dos discursos do OSMP constroem e legitimam os marcadores da fronteira étnica que distinguem o sulista

-as identidades de tipos de eu, nas palavras de Fairclough (2001, p. 91)-, bem como compreender as relações sociais e os sistemas de conhecimentos e crenças mobilizados e articulados pelo movimento, possibilitando assim tensionar a teoria revisitada ao longo deste capítulo, na medida em que evidenciam-se as articulações, interpretações e significações mobilizadas e utilizadas pelo OSMP nas suas estratégias de mobilização e legitimação da identidade étnica sulista enquanto elemento central da pauta separatista.

### 3. “PENETRANDO NO NEVOEIRO DAS APARÊNCIAS”

Ao indagar “o que faz o brasil Brasil?” DaMatta (1986) afirma que, “[...] cada sociedade apenas se utiliza de um número limitado de “coisas” (e de experiências) para construir-se como algo único, maravilhoso, divino e “legal”” (DAMATTA, 1986, p. 16). Transpondo os termos de DaMatta para o objeto desta dissertação, o presente capítulo tem por objetivo compreender as formas como são produzidas e provocadas as manifestações da identidade sulista, isto é, visa apreender esse “número limitado de coisas e experiências” que constroem, na percepção de seus simpatizantes, algo único e singular: a identidade sulista. Portanto, objetiva-se elaborar respostas para a primeira pergunta proposta por este trabalho: quais discursos são mobilizados e de que forma são utilizados com o objetivo de adquirir legitimidade à pauta separatista do movimento o Sul é Meu País? Ou seja, o objetivo central deste capítulo é compreender o significado do processo de formação e legitimação da identidade étnica sulista.

A seguir, (ver quadro 3) a literatura específica sobre o OSMP foi esquematizada, a fim de possibilitar uma visualização panorâmica da produção sobre o objeto aqui estudado. Ao longo da análise dos documentos, as pesquisas aqui sintetizadas serão resgatadas de forma pormenorizada, colaborando na compreensão, correlação e problematização dos dados.

**Quadro 3** – Síntese da literatura existente sobre o movimento O Sul é o Meu País

Autoria, Ano; Natureza da Pesquisa; Área de estudo.	Objetivo(s) da pesquisa	Metodologia aplicada	Resultado(s) obtido(s)
Lima, 2017. Dissertação. Letras.	Compreender os saberes colocados em circulação pelo movimento e os sentidos que deles advém	Análise do discurso “com filiação em Michel Pêcheux”	“A violência simbólica pode se apresentar no discurso dos sujeitos separatistas cujos efeitos implicam, sempre, na intolerância. A partir do efeito da verdade, o movimento interpela sujeitos a serem mais excludentes” (LIMA, 2017, p. 104).
Luvizotto, 2009. Dissertação. Ciências Sociais- Antropologia.	Identificar como os conceitos de etnicidade e separatismo interagem no caso do separatismo	Aplicação de questionários e análise documental.	“O gaúcho é tão apegado às suas raízes e tradições, sua história, seu chão, que construíram uma identidade étnica concentrada nestes elementos,

	sulista.		conservando a idéia de origem comum. Um sentimento de Nação que rompe as barreiras do estado, onde o território é muito mais do que mera geografia; é uma herança” (LUVIZOTTO, 2003, p. 88).
De Paula, 2001. Dissertação. História.	Analisar a atuação, a liderança, as ideias e organização do OSMP.	Análise documental	O OSMP teve, entre seus idealizadores, principalmente sujeitos oriundos da classe média, tendo como argumento central a falta de representação política dos estados do sul, o que suscitou discursos xenófobos.
Ogliari, 2019. TCC. Ciências Sociais.	Analisar as estratégias de organização da comissão municipal do OSMP em Chapecó-SC	Entrevista com 1 líder do movimento e análise documental.	Identifica a variabilidade de estratégias do OSMP e a sua inserção nas mídias sociais como forma de aumentar sua abrangência.
Schultz; Junior, 2019. Artigo em periódico. Interdisciplinar.	Compreender a questão geográfica mobilizada pelo OSMP.	Análise documental.	“A partir do fio que encontramos nas entrelinhas das citações do movimento em relação ao fator geográfico e nas análises discursivas das passagens, nos parece cada vez mais claro a finalidade culturalista, comunitarista e identitária do movimento” (SCHULTZ; JÚNIOR, 2019, p. 85).
Menezes; Martins, 2017. Trabalho apresentado em Congresso. Direito.	Como o discurso separatista se configura como um exemplo de discurso de ódio no Brasil.	Análise de redes sociais.	Configura-se como discurso de ódio na medida em que defende que uma cultura se sobrepõe sobre outra.
Souza; Pereira; Silveira, 2019. Artigo em periódico. Ciências Sociais	Refletir sobre os discursos do OSMP a partir de enunciados publicados no facebook e no site oficial do movimento.	Análise de discurso, por meio dos aportes de Foucault.	Os resultados apontam para a construção de um ideal sulista que se manifesta na materialidade linguística do enunciado, em que a palavra “sul” está sempre em destaque.

Melo, 2019. Trabalho apresentado em Congresso. Comunicação.	Analisar o uso da figura do cacique Guairacá no discurso separatista do OSMP.	Análise semiológica, à luz de Roland Barthes.	“O imaginário separatista sulino tem sido moldado por meio de vários mitos, de muitas falas roubadas, destruídas, reconstruídas e ao atribuir novos valores, naturalizadas como discursos legitimadores da causa secessionista” (MELO, 2019, p. 13).
Rech, 2017. TCC. História.	Analisar os usos da história para a legitimação da secessão.	Análise documental.	O discurso histórico do OSMP produz processos de diferenciação e afirmação da branquitude e identidade sulista associada a tradições regionais que se legitima na exaltação de valores éticos e estéticos ligados ao trabalho e a poupança.
Tormena, 2018. TCC. Ciências Sociais.	Analisar a agenda política e estratégias do OSMP.	Análise documental.	Aponta para o início de uma organização político-eleitoral dos líderes e representantes do movimento.

Fonte: Autor, 2021.

Ainda que com uma perspectiva sobre o discurso distinta, Lima (2017) realizou um esforço analítico similar ao proposto nesta pesquisa. A autora selecionou como texto submetido à análise o manifesto libertário publicado pelo OSMP para analisar os sentidos discursivos que o movimento mobiliza para justificar sua natureza jurídica, a saber, como associação defensora de uma minoria étnica. Contudo, o manifesto libertário é um documento sucinto e, sendo assim, ainda que se logre compreender por meio dele os sentidos discursivos da legitimação do movimento como protetor de uma minoria étnica, deixa-se de considerar a questão da complexidade, pluralidade e no caráter relacional dos discursos mobilizados para tal legitimação. Considerando esses elementos - complexidade, pluralidade e relação - a testagem da primeira hipótese<sup>36</sup> contribui para a análise da construção da adesão e legitimidade à causa separatista do OSMP, não se concentrando nas justificativas da sua existência jurídica, como fez Lima (2017).

A presente pesquisa difere-se das demais pesquisas publicadas até o momento sobre o movimento, tendo em vista que não pensa o objeto a partir do recrudescimento de regionalismos específicos de comunidades estaduais sulistas, como é o caso de

<sup>36</sup> Hipótese 1: os discursos mobilizados pelo Movimento correlacionam questões políticas, econômicas e étnicas a fim de construir uma identidade minoritária, a sulista, por meio da qual sustenta, articula e legitima a pauta separatista.

Luvizotto (2009) e Barros (2007), que focam as suas pesquisas no regionalismo gaúcho. A presente pesquisa, por meio da própria descrição<sup>37</sup> apresentada no manifesto libertário do movimento, não parte de uma análise regionalista do gaúcho, do catarinense ou do paranaense, mas sim, busca compreender as formas como o movimento resgata e reinventa uma identidade singular, a saber, a identidade sulista.

Uma pesquisa em particular teve influência sobre a forma como a estrutura da análise dos dados desta pesquisa foi pensada e, portanto, para compreendê-la, devem ser pontuadas algumas questões introdutórias. Ao debruçar-se sobre a sociedade escravocrata do Brasil meridional do século XIX, tendo como intuito compreender os significados sociais que perpassam a construção da noção de “democracia rural gaúcha”, Cardoso (2011) trabalhou com os documentos historiográficos da pesquisa em dois momentos: como fontes e como objetos. O uso dos documentos como fontes possibilitou a compreensão do autor sobre a reconstrução idílica do passado gaúcho. Ou seja, possibilitou apreender o universo cognitivo que legitima as formas como a tese da democracia gaúcha se consolidou e se propagou, mantendo-se viva até os dias de hoje. Contudo, em um segundo momento, ao pensá-los como objeto, o pesquisador logrou utilizar os documentos em uma análise sociológica perspicaz: Cardoso (2011, p. 138) não teve como objetivo central opor-se à reconstrução idílica do passado gaúcho, realizando um “desencantamento analítico”, mas sim, trouxe como cerne da pesquisa a compreensão da significação do processo da construção do mito da democracia rural gaúcha.

A pesquisa de Cardoso (2011) serve de modelo para o manejo dos documentos utilizados por esta pesquisa tendo em vista que, ao trabalharmos com os documentos do movimento o Sul é o Meu País enquanto fontes, objetiva-se compreender, por meio dos dados fornecidos pelo próprio corpus da pesquisa, quais temáticas discursivas são mobilizadas na articulação desse universo cognitivo que legitima a identidade étnica sulista e que, por consequência, fundamenta a pauta separatista do movimento. Concomitantemente, a questão central da pesquisa não se limita a compreensão desse universo cognitivo, e nem tem por intuito central desconstruir ou desarticular analiticamente esse universo. O objetivo central deste capítulo é compreender o significado do processo de formação e legitimação da identidade étnica sulista.

---

<sup>37</sup> “A causa independentista significa também a busca da própria identidade, tanto como ser individual, quanto ser social e coletivo. É a busca, portanto, do “eu” nacional. Nesse sentido, muito antes de simples remarcação de fronteiras geográficas, está a busca das fronteiras do próprio eu (...) a maior vítima [da degradada federação] é a *sociedade sulista*, como nação e povo, como ser social e como ser nacional”. (MANIFESTO LIBERTÁRIO, 2000, p. 1-5, grifos meus).

Neste sentido, o título escolhido para o capítulo ganha significado. Penetrar no nevoeiro das aparências remete-se à forma como Darcy Ribeiro descreve o trabalho antropológico de Manoel Bomfim, no prefácio da 2ª edição da obra *“Brasil Nação: realidade da soberania brasileira”*, publicada em 1996. Bomfim, contrariando a tendência de sua época, “penetrou o nevoeiro” da produção científica da virada do século XIX para o século XX, negando o caráter racial inferior do brasileiro miscigenado em relação ao homem branco. Penetrar no nevoeiro das aparências, segundo Ribeiro, na obra de Bomfim, significa justamente compreender o parasitismo europeu no pensamento determinista das teorias biológicas da raça. Penetrar o nevoeiro, em Bomfim, é compreender o significado do processo de formação e legitimação do discurso racialista e seus desdobramentos políticos e sociais. Penetrar o nevoeiro das aparências, nesta pesquisa, é buscar analisar o significado do processo de formação e legitimação da identidade étnica sulista. E, ao pretender-se compreender a significação deste processo a partir dos discursos do movimento, penetrar no nevoeiro das aparências é indagar-se: o que dizem aqueles que se dizem sulistas?

### 3.1 O DESCONTENTAMENTO E A FRUSTRAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO SULISTA

A partir das categorias apresentadas no quadro 1, a presente seção tem por objetivo analisar a articulação interna dos elementos discursivos que sustentam os discursos de ingovernabilidade e descontentamento mobilizados pelo Sul é o Meu País. Como apontado no anexo 1, o corpus documental da pesquisa conta com 19 documentos que se enquadram nessa categoria. Estes, quando acessados, conduzem o leitor à uma linha argumentativa simples e clara na qual o movimento se faz necessário devido aos múltiplos problemas que o pacto federativo brasileiro carrega desde sua origem. Nessa perspectiva, o separatismo é o caminho necessário para despojar-se do julgo do federalismo, tendo em vista que, devido a este, o futuro do povo sulista “está em extinção” (SUL LIVRE, 2015, DOC 50).

Para isso, o movimento veicula diversas planilhas com os valores totais dos tributos arrecadados e repassados dos estados e municípios para a União, comparando com o valor que é devolvido pela União para os entes federados. O movimento utiliza estudos produzidos por instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para buscar construir uma demonstração

objetiva da injustiça fiscal praticada contra os estados do Sul do Brasil. Nesta perspectiva, a crise fiscal que atinge os três estados da região é devida, em grande medida, ao sufocamento fiscal praticado pela federação, bem como pelo desvio de verba pública e pela priorização de investimentos em outras regiões, como o Norte e o Nordeste:

A Sra. Dilma Rousseff, presidente do Brasil, durante um evento no Pará disse claramente que, “o Sul e Sudeste, já tem infraestrutura, por demais, agora cabe a nós garantir que *a parte de cima do Brasil* tenha as mesmas oportunidades de infraestrutura que a parte sul” [...] Ora, nada mais descabido [...] Nossos estados estão cada dia mais precários e os municípios correndo para Brasília, mendigando algum recurso pra poder saldar suas dívidas. Uma desgraça, *já que estes recursos saíram daqui e foram pra Capital* e lá se perderam nos obscuros caminhos da má gestão e da corrupção [...] questiono-me também se *a Presidente não está governando para quem a elegeu?* Será mesmo que o Sul e o Sudeste têm infraestrutura demais? (SUL LIVRE, 2015, DOC 39, GRIFOS MEUS).

O problema fiscal, portanto, aparece correlacionado às questões de má administração política, à corrupção e à incapacidade do Estado brasileiro de gerir política, econômica e socialmente toda a extensão de seu território. Nessa perspectiva, o pacto federativo “frustra”, “limita” e “controla” o potencial de desenvolvimento do povo sulista (SUL LIVRE, 2019, DOC 47). Assim sendo, ao propor uma reforma política, econômica e social, advogando por uma “Confederação Municipalista<sup>38</sup>”, o movimento se faz necessário para buscar e garantir “o bem comum do nosso povo [sulista]”, por meio da secessão (SUL LIVRE, 2019, DOC 47).

A precária administração pública, a corrupção e a extensão territorial do Brasil aparecem no discurso do movimento de forma latente na legitimação do que denominamos de descontentamento político-burocrático. Essa categoria de descontentamento foi construída para designar os elementos mobilizados pelo movimento que caracterizam o pacto federativo como um colonialismo interno<sup>39</sup>, sendo “o novo colonizador”, a capital federal – Brasília- (SUL LIVRE, 2015, DOC 36). Portanto, o descontentamento político-burocrático faz referência aos elementos discursivos que legitimam a perspectiva de que o povo sulista é “refém” de um pacto federativo colonizatório.

---

<sup>38</sup> Ainda que a proposta de “Confederação Municipalista” seja recorrente nos documentos publicados pelo OSMP, o material analisado nesta pesquisa não fornece nenhuma informação substancial de como essa nova estrutura política funcionaria em uma possível separação da Região Sul. Não é possível, portanto, estabelecer uma genealogia ou destrinchar a proposta municipalista do OSMP a partir dos materiais disponibilizados no site oficial.

<sup>39</sup> “Colonialismo interno”, “novo colonizador” e “refém” são categorias nativas, utilizadas por Celso Deucher em 2015 (ver documento 36- anexo 1).

Ao deparar-se com tal percepção acerca do descontentamento político-burocrático, indaga-se: quem é este refém? Quem é o povo sulista? O próprio movimento se esforça para responder essa questão: “o povo é o empresário, o estudante, o trabalhador comum [...] é o desempregado, o professor, é o grupo indígena e outros tantos grupos que no próprio texto são esquecidos” (SUL LIVRE, 2018, DOC 33); o povo sulista é aquele que tem o direito de pleitear a sua autodeterminação suprimida (SUL LIVRE, 2018, DOC 34); o povo sulista é o oprimido, violado, limitado e controlado (SUL LIVRE, 2019, DOC 47).

Lima (2017) observou que a construção do caráter minoritário do povo é fundamental no discurso separatista sulista. Os dados aqui coletados apontam na mesma direção: o discurso sobre o caráter minoritário do povo sulista possibilita uma narrativa que concentra em uma figura abstrata, Brasília- *o novo colonizador*-, a origem dos problemas que frustram e oprimem esse povo. Assim sendo, os elementos discursivos que caracterizam o povo sulista como refém, são os mesmos que caracterizam essa abstração culpabilizada (Brasília) pela frustração do potencial desenvolvimento regional.

O descontentamento político-burocrático, enquanto dinâmica de lutas simbólicas, é um mecanismo discursivo central na construção da identidade étnica do povo sulista e, por conseguinte, na construção da legitimação da adesão à causa separatista. Ao se constituírem como oprimidos, violados e reféns de Brasília, o movimento apresenta o separatismo como o possível propulsor da transformação desta condição. É a partir da “emancipação” que um povo “pode fazer do ouro comida, da madeira um trabalho digno, do vento energia aos pobres, dos grãos prosperidade aos nativos, dos pontos turísticos uma riqueza compartilhada localmente [...]” (SUL LIVRE, 2019, DOC 46). É o caráter étnico minoritário que permite ao movimento conclamar os “três estados meridionais, pois juntos somos fortes e podemos estar em poucos anos entre os países mais desenvolvidos do mundo” (SUL LIVRE, 2015, DOC 35). É o caráter de oprimido que legitima a frase mais utilizada pelo movimento para expressar seu descontentamento: “Basta de Brasília”; “Basta de ajoelhar-se em frente da imperatriz de plantão em Brasília e pedir pelo amor de Deus que salve o povo gaúcho da fome” (SUL LIVRE, 2015, DOC 35).

Entretanto, para a compreensão do discurso separatista sulista deve-se considerar que o descontentamento possui múltiplas dimensões. O descontentamento político, que dicotomiza a identificação do oprimido e do opressor, está relacionado ao descontentamento fiscal, sendo este categorizado pelos elementos discursivos que

articulam a “injustiça fiscal” praticada pela União em relação aos entes federados. A inconfidência mineira e a guerra de farrapos, por exemplo, são amplamente utilizados pelo movimento como eventos que demonstram a centralização de Brasília em relação às decisões orçamentárias estaduais e municipais (SUL LIVRE, 2016, DOC 38; SUL LIVRE, 2019, DOC 49). Os elementos históricos são relevantes para a construção de uma narrativa na qual argumenta-se que a burocracia tem funcionado historicamente como propulsora de divisões étnicas, como destacou Smith (1979, p.30) sobre os discursos separatistas: argumentam que historicamente “a autoconsciência étnica dos povos sujeitados era simplesmente uma função de discriminação por parte das autoridades”.

O descontentamento político-burocrático e o fiscal geram um terceiro tipo de descontentamento, denominado por Smith (1979) como descontentamento psicológico<sup>40</sup>. Essa categoria de descontentamento faz referência aos elementos discursivos que subsidiam a noção de frustração do potencial de desenvolvimento do povo sulista. Em outras palavras, os elementos psicológicos que legitimam a pauta separatista são aqueles que indicam os modos pelos quais é possível perceber como o povo sulista tem sido historicamente oprimido por Brasília. Nos documentos analisados é possível identificar diversos elementos psicológicos, sendo alguns deles:

- a) O aumento da violência, do contrabando e o tráfico de armas e drogas (SUL LIVRE, 2015, DOC 39);
- b) A necessidade dos funcionários públicos (em especial dos professores) de entrarem em greve (SUL LIVRE, 2015, DOC 39);
- c) Problemas de infraestrutura como, por exemplo, enchentes e as longas filas para atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) (SUL LIVRE, 2015, DOC 39).
- d) Volatilidade da legislação: obrigatoriedade de extintor no interior de veículos e, posteriormente, revogação dessa exigência. Alteração impositiva das placas de carros utilizadas em território nacional, aderindo ao modelo de placas do MERCOSUL (SUL LIVRE, 2020, DOC 40).
- e) Proibição de “idiomas estrangeiros” durante o governo Vargas (SUL LIVRE, 2019, DOC 42).

Os mencionados elementos psicológicos possuem um objetivo comum, qual seja, sensibilizar a população sobre os males da federação imposta ao povo sulista. Em

---

<sup>40</sup> A noção de “descontentamento psicológico” foi cunhada por Smith (1979, p. 29): “psychological complaint”.

múltiplas esferas, os elementos psicológicos tem a função de vincular problemas cotidianos à questão étnica pleiteada pelo movimento. Deste modo, são fundamentais para a construção da adesão à causa separatista, na medida em que vinculam problemas ordinários à Brasília, depositando sobre esta figura indefinida e abstrata os múltiplos descontentamentos da vida cotidiana dos sulistas.

À luz da correlação entre descontentamento político, fiscal e psicológico, percebe-se que as tabelas, estudos e argumentos utilizados pelo OSMP para legitimar um “estado de incertezas<sup>41</sup>”, no qual predomina a “falta de ordem”, a injustiça fiscal, a má administração pública e a corrupção, constituem-se como uma roupagem objetiva para um argumento essencialmente étnico: os elementos étnicos que dicotomizam o oprimido -sulista- e o opressor -Brasília-, os elementos históricos da injustiça fiscal e os elementos psicológicos de legitimação do descontentamento são determinantes para a composição da lógica discursiva do movimento e, conseqüentemente, para a construção do mundo em significado- *nos termos de Fairclough (2001)*-, sendo assim, determinantes para a construção da adesão à causa separatista.

As três categorias de descontentamento apresentadas geram um descontentamento último e geral: o descontentamento social, sendo este caracterizado pelos elementos discursivos que ratificam a ideia de que a secessão é a única alternativa ao povo sulista; não há outro caminho: “pau que nasce torto, não tem jeito, morre torto” (SUL LIVRE, 2015, DOC 50), assim, faz-se necessária uma reforma federativa que valorize os municípios, dando maior autonomia e liberdade ao povo sulista (SUL LIVRE, 2019, DOC 49). Os múltiplos descontentamentos anteriormente apresentados fornecem os elementos necessários para a legitimação da noção de que o Sul, enquanto região e enquanto povo, “poderia ter um desenvolvimento muito maior, com um crescimento dos indicadores não só comercial e econômico, mas principalmente nos indicadores sociais e na qualidade de vida” (SUL LIVRE, 2015, DOC 39). O descontentamento social, portanto, mobiliza elementos que orientam os adeptos da causa separatista a se mobilizarem pela secessão. Por carecer de representatividade política e por ter sua liberdade e seu direito à autodeterminação cerceados, não resta outra alternativa ao sulista engajado a não ser a luta pela separação: “[...] o despertar de um povo começa pela participação política” (SUL LIVRE, 2018, DOC 43).

---

<sup>41</sup> “Estado de incertezas” e “falta de ordem” são categorias nativas, utilizadas por Celso Deucher em 2015 (ver documento 44- anexo 1).

O descontentamento social, como aqui apresentado, já havia sido apontado por De Paula (2001) como a matriz simbólica do separatismo, quando o autor observou que a mobilização de elementos étnicos endossava a percepção de que as reivindicações da região Sul não eram devidamente atendidas pelo Governo Federal, o que impedia os sulistas de alcançarem a plenitude do seu desenvolvimento. Desta maneira, o descontentamento social ou a matriz simbólica do separatismo, constitui-se como a unificação final das razões que legitimam o sujeito sulista a engajar-se na causa separatista. Entretanto, esse descontentamento final está enraizado em outras formas de descontentamento, que mobilizam fundamentalmente elementos étnicos, históricos e psicológicos para constituir-se enquanto um discurso legítimo.

De Paula (2001, p. 50) ao analisar o Jornal Movimento publicado durante a “primeira fase” de apogeu das atividades dos separatistas sulistas, entre 1992 e 2000, identificou que essa matriz simbólica do separatismo era utilizada pelos líderes do movimento “como subterfúgio para emitir juízos de valor carregados de preconceitos contra as populações no Norte e Nordeste”. Mesmo que veementemente negado pelas lideranças do movimento, o autor identificou como na dimensão simbólica do discurso separatista o povo sulista era caracterizado como trabalhador, enquanto as populações das demais regiões eram “festeiras e preguiçosas”.

Barros (2007), ao sistematizar o discurso separatista, também apontou que a moralização do crescimento, entendida enquanto a perspectiva de que o Sul é mais rico e mais desenvolvido do que as demais regiões do Brasil e que essa riqueza deve ser preservada a partir da autodeterminação do povo sulista, estava relacionada a identificação da seriedade com que o povo sulista trabalha. Esses dois elementos discursivos (moralização do crescimento e do trabalho) foram categorizados por Barros (2007) como parte dos discursos sobre desenvolvimento socioeconômico. Essa categoria faz referência justamente ao que De Paula (2001) identificou: a relação entre a matriz simbólica do separatismo e a moralização do crescimento e do trabalho. Essa relação nos conduz ao imbricamento de duas categorias elaboradas a partir desta pesquisa, a saber, a de descontentamento e ingovernabilidade e a de desenvolvimento socioeconômico.

Em relação ao corpus da presente pesquisa, apenas 03 documentos foram catalogados como pertencentes à categoria “discursos de desenvolvimento socioeconômico” (ver anexo 1), sendo a categoria com menor quantidade de material disponível. Nestes documentos, o movimento apresenta fatores territoriais e naturais que possibilitariam uma secessão bem sucedida da Região, bem como listam outros quarenta

pontos problemáticos que hoje, com o pacto federativo, recaem sobre os ombros do povo sulista e que com a separação seriam solucionados. A soma de todos esses elementos constitui o que o OSMP denomina como a riqueza material e imaterial que destaca a Região Sul, enquanto povo e enquanto território, e que deve ser preservada.

No primeiro documento desta categoria, Eduardo Creuz<sup>42</sup>, indaga: “mas como sobreviveria o Sul sem o Brasil?” e, em seguida, responde, “muito bem, obrigada!” (SUL LIVRE, 2015, DOC 1). Ao longo do documento, o que nos parece interessante reside justamente na forma como Creuz justifica a sobrevivência vitoriosa do Sul sem o Brasil, apoiando-se, fundamentalmente, nos elementos naturais e territoriais que possibilitariam a subsistência e o desenvolvimento regional.

Schultz e Júnior (2019, p. 87) apontaram que nos documentos do movimento, os aspectos geográficos destacados são fundamentalmente relacionados à geografia física, que destaca a paisagem dos três estados, “o que é importante não para apresentar fatores econômicos, mas para comparações e classificações”. Nesse sentido, os elementos da paisagem da região são utilizados na construção de uma noção de europeização do Sul, atrelada aos movimentos de imigração da região, o que, segundo os autores, aponta para “uma presença marcante do apelo simbólico/identitário ao território [...] ou seja, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”.

A partir de uma análise documental, Schultz e Júnior (2019, p. 93) concluíram que “o território criado pelo movimento é um mito, bem como a coesão que sustenta. O movimento se apoia em fatores históricos de colonização, para criar um imaginário de unicidade territorial e cultural”. Essa relação entre fronteira étnica e território está presente de forma singular no Manifesto Libertário do movimento, no qual afirma-se que “não há como esconder que a própria mãe natureza agiu numa divina cumplicidade com o povo Sul-Brasileiro na sua causa libertária” (SUL LIVRE, 2000).

Portanto, à luz da análise dos artigos de opinião publicados pelo OSMP, confirmam-se os resultados da análise dos dados coletados por Schultz e Júnior (2019) e, de forma suplementar, é possível identificar que os elementos geográficos mobilizados pelo movimento só assumem um sentido no discurso separatista na medida em que são pensados dentro da lógica de um povo com caráter minoritário/oprimido -o sulista- e um

---

<sup>42</sup> Eduardo Creuz é responsável pela publicação de 03 artigos no site oficial do OSMP (ver anexo 1). Creuz é advogado e atuou como vice-presidente da Comissão Municipal de Jaraguá do Sul, na gestão presidida por Neri Heinzen.

opressor -Brasília-. Em outras palavras, os elementos naturais e territoriais apresentados assumem sentido apenas quando incluídos no discurso mais amplo do OSMP sobre a frustração imposta por Brasília ao povo sulista. Assim, a construção social do território se vincula a construção étnica do povo, adquirindo um alto potencial de legitimidade, embasando a noção de ancestralidade entre o território e o ser nacional sulista.

Por fim, Schultz e Júnior (2019), retomando múltiplas vezes a citação do Manifesto Libertário (2000), no qual se afirma que “a mãe natureza agiu numa divina cumplicidade com o povo Sul-Brasileiro”, destacando que na valorização excessiva dos elementos naturais e territoriais, não há apenas um determinismo geográfico, mas também um determinismo biológico, devido a unicidade do território e da identidade como elementos que só podem ser compreendidos de forma conjunta na moralização do crescimento presente no discurso separatista sulista. O documento aqui analisado corrobora esta afirmação:

Temos 577 mil quilômetros quadrados, um clima sub tropical de dar inveja, uma das melhores biodiversidade do mundo, rios navegáveis com água em abundância e com a grande parte dos seus afluentes dentro da própria região terra fértil para a agricultura, espaço em abundância para a pecuária, enormes chances de receber investimentos estrangeiros, e até mesmo negociar com o restante do Brasil, *sem contar com um povo trabalhador, guerreiro e amante da liberdade*. Temos tudo para dar certo, basta que você acredite (SUL LIVRE, 2015, DOC 1, GRIFOS MEUS).

Nessa passagem, o território também aparece ao lado da identidade na caracterização da potencialidade do desenvolvimento regional. Além da “divina cumplicidade da mãe natureza”, o discurso sulista se apoia na moralização do trabalho, isto é, no caráter “trabalhador, guerreiro e amante da liberdade”, para caracterizar o sulista, enquanto identidade social sobre o território. Mas, afinal, o que as relações entre identidade, território e trabalho indicam sobre a etnicidade como fronteira? De certa forma, indicam que, apesar da substancialidade da “natureza”, da ancestralidade “divina” e da “moral genética” expressa pelo trabalho, é a seleção e a relação artificial desses elementos o que define a fronteira étnica. A adesão a essa seleção de elementos simbólicos que marcam a diferença étnica – que inclui os outros elementos categorizados na pesquisa - é o fundamento da legitimidade separatista.

Celso Deucher, em outro documento que compõe a categoria de discursos socioeconômicos de desenvolvimento (DOC 3- Ver anexo 1), lista outros quarenta problemas que hoje, enquanto oprimido por Brasília, o povo sulista tem que enfrentar diariamente e que, após a secessão, seriam solucionados. Segundo Deucher, a reforma fiscal advinda com a secessão, por meio da qual os tributos coletados no Sul seriam

investidos no Sul, tornaria a miséria “uma vergonha comum”, na medida em que “estancar-se-á a pauperização e a degradação social” devido ao aumento exponencial do Produto Interno Bruto (PIB) “na proporção Sul x Brasil” (SUL LIVRE, 2017, DOC 3). Além de findar a pobreza, a secessão estancaria o que o autor denomina como “corrupção brasílica”; a secessão fará com que “as leis que regem o destino dos sulistas sejam feitas por nós” e, deste modo, por meio de “uma constituição enxuta e objetiva”, a corrupção se tornaria crime hediondo e os condenados seriam levados a “um sistema penitenciário autossustentável, onde o recluso, com trabalho, absorva a sua despesa pessoal” (SUL LIVRE, 2017, DOC 3).

Além de resolver a pobreza e a corrupção, Deucher afirma que a secessão trará uma “justiça mais igualitária”, com um “código penal sem válvulas de escape ou protelatórias”, com a redução da maioridade penal para 14 anos e com uma aplicação mais rígida das punições previstas em lei, sendo elas: “penas de roubo e improbidade administrativa perdurarão até a restituição dos valores” e “prisão perpétua, ou pena de morte, aos traficantes, terroristas, estupradores e membros do crime organizado” (SUL LIVRE, 2017, DOC 3).

Por fim, com a secessão haverá “a formação de um Estado-nação em que o cidadão terá orgulho nacional”, no qual será “garantida a preservação da cultura popular e tradicional do povo sulino, bem como do seu folclore” e “o sulista deixará de ser tratado como uma *sub-raça*, já que, como eleitor brasileiro, vale menos do que a maioria dos outros eleitores, como contribuinte é penalizado com a má distribuição do bolo tributário, e como cidadão culto, é relegado por sua arte cultural e tradição diferenciada” (SUL LIVRE, 2017, DOC 3, GRIFOS MEUS).

A secessão é apresentada como solução para os múltiplos problemas políticos, econômicos, sociais, jurídicos, fiscais e culturais listados no documento: “muito positiva seria a vida livre dos grilhões brasílicos”, afirma Deucher (SUL LIVRE, 2017, DOC 3). Assim, o que os documentos referentes a categoria de desenvolvimento socioeconômico nos permitem identificar é que a moralização do crescimento e do trabalho não aparece de forma explícita, numa composição discursiva que sobrepõe o sulista como maior e melhor em relação aos “demais brasileiros”. Essa relação entre o *eu* e o *outro* é construída na dimensão simbólica do discurso, a partir da frustração do potencial de desenvolvimento do povo sulista. Nos documentos do OSMP parece haver uma concepção determinista do desenvolvimento do povo sulista que está sendo frustrado exclusivamente devido ao pacto federativo. Nessa perspectiva, despojados de Brasília,

não haverá outro destino para o povo sulista a não ser um desenvolvimento econômico e social exponencial.

De forma similar ao que Schultz e Júnior (2019) identificaram quando afirmaram que os elementos geográficos mobilizados pelo movimento eram importantes para traçar comparações e classificações, e não para apresentar fatores econômicos potenciais de crescimento regional, é possível perceber que os problemas jurídicos, fiscais, econômicos e políticos apresentados por Deucher não possuem uma solução racionalmente planejada. A resolução destes supostos problemas virá devido às qualidades inerentes ao povo, potencializadas com a secessão. Isso deve-se a própria caracterização que Deucher faz do povo sulista. O crescimento exponencial é natural para um povo “trabalhador, guerreiro e amante da liberdade” (SUL LIVRE, 2015, DOC 1).

Deste modo, os elementos apresentados por Deucher servem para traçar comparações e classificações, funcionando na mesma lógica dos elementos territoriais e naturais. “Nada temos contra os brasileiros, mas quase tudo contra o sistema e a forma de governo imposta por Brasília” (SUL LIVRE, 2015, DOC 1), afirmou Deucher na introdução do documento analisado. Ora, relendo essa afirmação após a correlação dos dados e da análise dos documentos, percebe-se que os elementos que caracterizam a negação ao “sistema e a forma de governo imposta por Brasília” são os mesmo que permitem que o movimento caracterize o povo sulista enquanto oprimido e, por conseguinte, que definem o não-sulista. Ainda que se afirme que “nada temos contra os brasileiros”, os elementos discursivos do documento, em última instância, traçam comparações e classificações que definem o sulista e o não sulista, numa relação onde o determinismo de desenvolvimento potencial inerente ao povo sulista o coloca em uma relação hierarquizada frente “aos brasileiros”.

Assim sendo, os elementos que compõem a moralização do crescimento e do trabalho, bem como as múltiplas formas de descontentamento, são fundamentais na construção da adesão a causa separatista, na medida que apenas por meio deles é possível legitimar um discurso que afirma o povo sulista numa condição de “sub-raça”. Apenas por meio deles legitima-se o discurso que “pau que nasce torto, não tem jeito, morre torto” e, em decorrência disso, legitima-se o dever de mobilização do sujeito sulista engajado e a própria necessidade de existência do movimento.

### 3.2 MARCADORES HISTÓRICOS E ÉTNICOS DE UNIFICAÇÃO NACIONAL

Na seção anterior vimos como elementos étnicos, históricos e psicológicos legitimam as múltiplas dimensões de descontentamento político, fiscal e social, fornecendo os subsídios necessários para a construção da adesão à causa sulista. O que nos falta demonstrar é como esses elementos também compõem o quadro discursivo que legitima a construção de uma identidade grupal em torno do “ser nacional sulista”. Para tanto, a presente seção tem como objetivo analisar duas categorias de discursos apresentadas no quadro 1, sendo elas, respectivamente, discursos históricos de unificação nacional e discursos étnicos e diferencialistas.

Segundo a categorização apresentada no quadro 1, os discursos históricos de unificação nacional concentram dois eixos argumentativos. No primeiro, argumenta-se que a História tem demonstrado que na modernidade há uma tendência de formações bem-sucedidas de novas nações. No segundo, valoriza-se a honra e a tradição sulista, por meio da qual historicamente o povo do Sul tem lutado pela sua autodeterminação. Quando correlacionados, esses elementos seriam fundamentais na articulação da unicidade identitária nacional do povo sulista, fortalecendo a noção de que a secessão é um caminho possível e historicamente almejável.

Em relação a categorização dos documentos analisados nesta pesquisa, os discursos históricos de unificação nacional estão majoritariamente presentes em 17 artigos de opinião publicados pelo movimento (ver anexo 1). Dentre estes, 08 documentos elencam elementos históricos que mobilizam a noção de que a tradição sulista de luta por autodeterminação é um elemento que une etnicamente o povo do Sul, 07 documentos remetem-se a outros territórios internacionais que buscaram ou buscam a sua autodeterminação e 02 documentos fazem referência a outra região brasileira que, segundo o movimento, tem historicamente lutado por sua emancipação política, econômica e social.

A Catalunha, região localizada no nordeste da Espanha, aparece duas vezes nos documentos publicados pelo movimento. Segundo os separatistas sulistas, conflitos econômicos e culturais têm historicamente fomentado movimentos separatistas na região, de modo que para muitos catalães “fazer parte de um único Estado, o espanhol, não é a solução mais adequada à sua identidade”. De mesmo modo, o OSMP destaca a prosperidade e superioridade econômica da Catalunha, afirmando que a região contribui

mais para a economia espanhola “do que recebe de volta por meio dos fundos do governo central” (SUL LIVRE, 2015, DOC 16).

Nos dois documentos em que menciona a Catalunha, o OSMP destaca o histórico de luta pela secessão que os catalães tem travado contra o Estado espanhol, tanto por meio de mobilizações de rua, quanto pela articulação de consultas populares: “o que vimos ontem [01/10/2017] na Catalunha foi a mais pura expressão da democracia participativa de um povo que cansou de ser explorado por um poder central corrupto e corruptor”, afirmou Deucher, ao referir-se à consulta pública realizada em 2017 na Região (SUL LIVRE, 2017, DOC 26). Nessa data, Deucher destacou a bravura do povo catalão que foi brutalmente reprimido pela polícia espanhola na sua tentativa de expressar sua vontade por meio do voto: “aquele povo agigantou-se, foi as urnas e venceu o mais temível dos inimigos: o medo” e, por meio deste ato, foram tratados “como animais, por Madrid” (SUL LIVRE, 2015, DOC 26).

A necessidade de lutar para alcançar a autodeterminação também foi citada pelo movimento ao referir-se a outros sete países, sendo eles, Eritreia, Palau, Timor Leste, Sérvia, Montenegro, Kosovo e Sudão do Sul. Ainda que com condições adversas, o movimento afirma que esses países lograram tornar “os seus sonhos de autodeterminação realidade”, levantando-se contra a “sub-representação política e a tributação esmagadora”. A partir destes exemplos, o movimento afirma que “para os utópicos seremos a oportunidade de mudança, para os realistas seremos o sonho para que algo melhor seja construído” (SUL LIVRE, 2016, DOC 30; SUL LIVRE, 2015, DOC 32).

A Suíça é citada pelo movimento para argumentar a possibilidade da secessão, não devido a um histórico separatista suíço, mas para afirmar que “tamanho não é documento”. O OSMP afirma que ainda que possua um território pequeno, a Suíça se beneficia de um amplo setor de serviços, de um setor financeiro abastado e de empregos de tecnologias altamente especializadas para o desenvolvimento econômico e social de seu povo. “Podemos nos espelhar em países que deram certo, usá-los como exemplos para formar um novo país forte, conciso e próspero!”, afirmou Eduardo Creuz, ao usar este país da Europa central como referência para o povo sulista (SUL LIVRE, 2016, DOC 19).

Singapura é citada pelo movimento como outro exemplo de país com pequena extensão territorial e que “deu um pulo do terceiro para o primeiro mundo em apenas duas gerações” (SUL LIVRE, 2015, DOC 25). Segundo o OSMP, mesmo sem recursos naturais abundantes, por meio de um funcionalismo público baseado em princípios

meritocráticos e, portanto, rígidos e eficientes, a Singapura logrou destacar-se como potência econômica e elevar seus índices de desenvolvimento social.

Em 2016, ao manifestar-se sobre as primeiras movimentações que objetivavam articular a saída do Reino Unido da União Europeia, o movimento afirmou que o BREXIT “é fruto da vontade dos *explorados* de gerirem seus próprios recursos” (SUL LIVRE, 2016, DOC 17, GRIFOS MEUS). Para Dal Sotto, livrar-se da Europa significa despojar-se da “elite mediadora” europeia, abrindo caminho para que a Inglaterra “possa ficar entre os poderes econômicos mais prestigiados do mundo”. Ao afirmar que o Reino Unido estava traçando um caminho de emancipação política e econômica, o movimento utilizou o BREXIT como argumento para reafirmar que apoia qualquer movimentação emancipatória “de muitas outras regiões oprimidas” (SUL LIVRE, 2016, DOC 17).

Além de mobilizar exemplos internacionais, o movimento também resgata elementos históricos nacionais para reforçar esse apoio “a qualquer movimentação emancipatória de regiões oprimidas”. Nos documentos 27 e 31 (ver anexo 1), o OSMP revisita dois momentos da história colonial brasileira, a saber, a revolução pernambucana de 1817 e a inconfidência mineira<sup>43</sup> de 1789. Sobre a revolução de 1817, o movimento destaca o seu profundo caráter regionalista, tendo em vista que “desde a expulsão holandesa, Pernambuco nunca mais se viu à vontade com o colonizador português”. Assim, em 1817, os pernambucanos “deportaram o repugnante governador da capitania, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, rumo ao estrangeiro, isto é, para a Corte, no Rio de Janeiro”. Isso deve-se ao fato de que Pernambuco viu-se em um primeiro momento desamparado pela República e, em um segundo momento, quando mobilizou-se com um forte caráter regionalista, viu-se oprimido, ao passo de que foi integrado à Federação brasileira, sendo esta uma integração “obtida a ferro e fogo, com muito sangue derramado” (SUL LIVRE, 2017, DOC 27).

A partir da leitura dos múltiplos documentos que resgatam experiências de autodeterminação de outras regiões, questiona-se: qual é o objetivo do movimento ao mobilizar cada um dos exemplos internacionais e nacionais “de luta por autodeterminação”? Antes de responder esta questão, deve-se considerar que os documentos que fazem referência à outras experiências internacionais de

---

<sup>43</sup>A Inconfidência mineira é brevemente citada neste documento. Ao resgatar esse evento histórico o movimento buscou destacar como a “historiografia brasileira” ou como os “historiadores sudestinos” apagaram da história oficial o verdadeiro caráter desses movimentos: o regionalismo separatista (SUL LIVRE, 2017).

“autodeterminação”, na realidade, não são em sua totalidade sobre países que experimentaram processos de separatismo. No caso do Reino Unido, por exemplo, os conflitos separatistas com a Escócia ou com a Irlanda do Norte não são resgatados pelo OSMP. O que ocorre é uma ressignificação do BREXIT, usando-o como instrumento para articular uma noção de autodeterminação da Inglaterra em relação à Europa, que, supostamente, limitava o potencial de desenvolvimento dos britânicos. O mesmo ocorre com a Suíça, país no qual não há conflitos separatistas, mas que é citado para fortalecer a tese de que extensão territorial não está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Portanto, a categoria de discursos históricos e de unificação nacional, apresentada no quadro 1, nos serve como um ponto de partida para a análise dos documentos, mas precisa ser repensada à luz dos dados apresentados por esta pesquisa. Barros (2007) afirmou que, ao resgatar exemplos internacionais de separatismos, o que se pretendia era demonstrar que na modernidade os grandes países estão sendo fragmentados com bons resultados. Contudo, o que identificamos é que os diversos exemplos mobilizados pelo movimento, buscam atribuir, por meio de exemplos internacionais de “países bem-sucedidos”, uma maior legitimidade aos múltiplos descontentamentos utilizados pelo movimento para constituir o argumento do descontentamento social.

A lógica do descontentamento fiscal<sup>44</sup> aparece, por exemplo, nos documentos em que se menciona o caso separatista da Catalunha, no momento em que o movimento afirma que, por ser uma região próspera, a Catalunha tem contribuído mais para os cofres públicos espanhóis do que recebido de volta por meio dos fundos do governo central. No documento 30 (ver anexo 1), quando o movimento faz referência a Palau, Timor Leste, Sudão do Sul, Eritreia, Kosovo, Sérvia e Montenegro, o “sufocamento fiscal” também é resgatado como uma das justificativas da necessidade da secessão.

O descontentamento político-burocrático<sup>45</sup> aparece em três formas. Primeiramente, pode ser identificado na afirmação de que a sub-representação é uma propulsora dos movimentos de secessão na Eritreia, Palau, Montenegro, Kosovo, Sérvia, Sudão do Sul e Timor Leste. Em segundo lugar, é percebido na forma como o movimento

---

<sup>44</sup> Como apresentado na seção 3.1, o descontentamento fiscal faz referência aos elementos discursivos que articulam a noção de uma “injustiça fiscal” praticada pela União em relação aos entes federados.

<sup>45</sup> Como apresentado na seção 3.1, o descontentamento político-burocrático faz referência aos elementos discursivos que legitimam a perspectiva de que o povo sulista é “refém” de um pacto federativo colonizatório que, em última instância, dicotomiza o sulista -*oprimido*- e Brasília -*opressor*-.

busca destacar que menores extensões territoriais podem ser melhor administradas, como no caso da Suíça, Kosovo e Singapura, devido ao sistema público destes países, que logra oferecer serviços desburocratizados e eficientes, fortalecendo o argumento de que grandes extensões territoriais, como é o caso do Brasil, são politicamente ingovernáveis.

Em terceiro lugar, o descontentamento político-burocrático é identificado na dicotomização discursiva entre oprimidos e opressores. No caso da Catalunha, essa articulação discursiva fica evidente na forma como a identidade dos catalães é construída como um povo historicamente oprimido pelo Estado espanhol, que os trata “como animais”. Essa característica desumanizada na relação hierarquizada entre espanhóis e catalães se assemelha muito com a forma com que o OSMP concebe a relação entre sulistas e Brasília, ao utilizar a noção de “sub-raça” (SUL LIVRE, 2017, DOC 3).

Entre “sub-raça” e “animais” a dicotomia hierarquizada entre oprimido e opressor vai se construindo ao longo dos múltiplos documentos que retomam exemplos internacionais e nacionais de autodeterminação. Na resignificação que o movimento faz do BREXIT, a União Europeia também aparece como opressora do potencial de desenvolvimento do povo inglês. Assim, o BREXIT é caracterizado como a vontade dos “*explorados*” de alcançarem sua autodeterminação econômico e social (SUL LIVRE, 2016, DOC 17).

Nesse sentido, enquanto frustração do potencial de desenvolvimento dos britânicos, o descontentamento psicológico<sup>46</sup> também aparece nos exemplos internacionais de autodeterminação. A mesma lógica de frustração aparece no caso da Catalunha, no qual o movimento afirma que a prevalência do medo em relação ao Estado espanhol prejudica o desenvolvimento econômico e social da região.

Essas três formas de descontentamento conduzem ao descontentamento social<sup>47</sup>, no qual os oprimidos não tem outra alternativa a não ser lutar pela sua autodeterminação. Essa lógica discursiva aparece no caso da Catalunha, no qual o movimento vangloria o “agigantamento” do povo catalão contra o Estado espanhol. De modo similar, aparece no caso do Reino Unido, com a adesão social ao BREXIT, demonstrando a necessidade de luta para alcançar a autodeterminação econômica e social da Inglaterra. Evidencia-se também no caso da Eritreia, Montenegro, Sérvia, Kosovo, Sudão do Sul, Timor Leste e

---

<sup>46</sup> Como apresentado na seção 3.1, o descontentamento psicológico refere-se aos elementos discursivos que subsidiam a noção de frustração do potencial de desenvolvimento do povo sulista

<sup>47</sup> Como demonstrado na seção 3.1, o descontentamento social faz referência aos elementos discursivos legitimam a orientação aos adeptos da causa separatista a se mobilizarem pela secessão.

Palau, quando o movimento afirma que “mesmo em condições adversas” esses povos lutaram e conquistaram sua autodeterminação.

Desta maneira, é possível perceber que o objetivo do movimento ao mobilizar cada um dos exemplos internacionais e nacionais “de luta por autodeterminação” não se resume apenas em afirmar uma tendência bem-sucedida de segregações territoriais, como sugeriu Barros (2007), mas sim, tem a função de fortalecer a legitimação da lógica interna do discurso do movimento. Mostrar como outras regiões lograram tornar “os seus sonhos de autodeterminação realidade” (SUL LIVRE, 2016, DOC 30), fornece aos adeptos da causa sulista a sensação de que os separatistas do Sul não estão sozinhos: existem outros oprimidos, que lutaram contra seus opressores e alcançaram seus objetivos. Essa gama dos discursos históricos de unificação nacional, portanto, colabora no fortalecimento da capacidade de legitimar os múltiplos descontentamentos mobilizados pelo movimento, robustecendo a tese do descontentamento social e, por conseguinte, a própria adesão à causa secessionista sulista.

Resta-nos identificar como os discursos sobre a honra e a tradição sulista são mobilizados no interior do discurso do OSMP. Para isso, serão analisados os 08 documentos correspondentes à segunda gama de discursos históricos e de unificação nacional que, segundo as categorias apresentadas no quadro 1, articula a honra e tradição à identidade nacional separatista *-neste caso, a sulista-*, mobilizando elementos basilares da formação da noção da unicidade do Sul.

Como apresentado no primeiro capítulo desta pesquisa, a disputa territorial foi um elemento marcante da história da Região Sul, desde o período embrionário de ocupação, com a relação desigual entre bandeirantes, povos originários e jesuítas, passando pelas disputas territoriais entre as coroas ibéricas, seguindo até o “apogeu” da colonização do Sul do Brasil, entre o último quartil do século XIX e o primeiro quartil do século XX. Na perspectiva do OSMP, a honra do povo sulista e a tradição de luta pela autodeterminação foi herdada pelo povo do Sul desde as disputas nas missões do Guairá e nos Sete Povos das Missões, ainda nos séculos XVI e XVII, e que se reverbera até os dias de hoje, com a “marcha pacífica e democrática” movimento o Sul é o Meu País:

Nossa história de libertação do Sul vem de longe... Nascemos todos Guaranis e Ges... De muitos Povos e Nações...Vínhamos ao mundo Guainás, Ibiraiaras, Arachãs, Carijó, Tapes, Pampeanos, Kaiguangues, Xocklengs, Charruas, Caiuas, Minuanos, Mbyas, Xiripas, Xetas, Guenoas, Yaros, Mboanes e Chanás, entre outros tantos. Falávamos várias línguas e muitos dialetos... tínhamos nosso próprio modo de vida. Nossa casa era a imensidão do mar verde da floresta sulista. Nosso teto sempre foi as galhadas majestosas das araucárias. Éramos livres e não admitíamos que ninguém nos tolhesse o direito

de andar e viver em plenitude em nossa própria terra (SUL LIVRE, 2018, DOC 23).

Certa vez, um grupo de homens *descontentes* com o Império ao qual pertenciam, deixaram suas esposas e crianças no lar e seguiram marcha contra um quinto de impostos que pagavam ao poder central e que iam aumentando diante de uma óbvia crise do sistema administrativo. A luta armada foi desigual; porém, o *sangue* não foi em vão, e muitas histórias ainda são contadas sobre *aqueles separatistas*. Passou o tempo, alguns lutando pela república brasileira, outros pelo Império do Brasil, enquanto aqui, ao Sul do até hoje Brasil, guerreiros ainda lutam pela emancipação política e administrativa dos três estados do sul. *Hoje sentimos o sangue dos nossos antepassados passar por nossos corações*, estamos em uma marcha pacífica e democrática. Pobre daqueles que acreditam nos homens e mulheres que administram o Brasil (...) somos sulistas de coração e alma (SUL LIVRE, 2017, DOC 20, GRIFOS MEUS).

O direito do sulista de viver e andar em plenitude nas terras do Sul começou a ser tolhido com a chegada do homem europeu e, como resultado, não restou outra alternativa ao povo do Sul do que lutar pela sua terra: “aos poucos foram [os europeus] tomando conta deste território, matando e expulsando os verdadeiros donos da terra... E por isto, como reação a esta usurpação, surge o *sentimento de autodeterminação* sulista” (SUL LIVRE, 2018, DOC 23, grifos meus). Nesta perspectiva, o primeiro grande movimento de defesa do território sulista foi a Confederação de Aldeais e Povos, “sob a liderança do Cacique Guairacá, primeiro herói sulista (...) combatemos heroicamente, de 1550 a 1601 os Espanhóis que pretendiam anexar este território” (SUL LIVRE, 2018, DOC 23).

A resistência contra a invasão estrangeira fez com que o povo sulista se organizasse, primeiro com a formação da República del Guairá e, posteriormente, com os trinta povos das missões: “era o renascimento do sonho sulista através da construção de uma Confederação”. Muitos “compatriotas” e “irmãos” foram mortos em batalha, mas “através destas missões progredimos muito em todas as áreas do conhecimento humano. Honramos nossa terra ancestral construindo uma grande civilização” (SUL LIVRE, 2018, DOC 23). Assim, do Cacique Guairacá e de Sepé Tiarajú, o “segundo herói sulista”, os sulistas engajados herdaram a tradição de luta pela autodeterminação e a honra de defender a autonomia deste território:

Esqueceram que em nossa cultura as terras ancestrais são um bem inegociável e, portanto, não podem ter dono de além mar. Afinal os filhos da terra são os donos da terra. Em nossa fé e cultura, quando uma pessoa morre ela se transforma em terra. Portanto, em nosso território estão nossos antepassados e, por isso, essa terra é parte de nós (...) E *tantos séculos depois, cá estamos, lutando pela mesma causa, em defesa da nossa terra e da nossa gente*. Hoje organizamos em um movimento de libertação, usamos a mesma divisa de guerra de Guaycará e Sepé, mantendo vivo o grito: “Co Yvy Oguereco Yara” ... Esta terra tem dono, porque o Sul é o meu país. (SUL LIVRE, 2018, DOC 23, GRIFOS MEUS).

Em outro documento, além da ancestralidade de luta dos povos originários, descritos como “heróis sulistas”, o movimento resgata a Guerra de Farrapos e a República de Juliana “em memória póstuma a bravura dos nossos heróis negros que deram a vida pela liberdade e independência do Sul”. Em desacordo com a Corte Imperial “a república separatista Riograndense havia prometido liberdade aos negros que lutavam no exército farroupilho”, sendo este constituído por um grande número de “negros, índios, mestiços e brancos pobres” (SUL LIVRE, 2019, DOC 28).

Assim, lutando bravamente pela liberdade e independência do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, “essa cultura valorosa” contribuiu para a diversidade cultural do Sul: “nas fileiras dos lanceiros negros”, que possuíam “uma disciplina espartana”, o povo sulista aprendeu “a desprezar o perigo e combater pela causa das grandes nações”, participando ativamente na construção de “uma república anti-escravocrata dentro do solo Imperial Português escravocrata” (SUL LIVRE, 2019, DOC 28).

A Guerra do Contestado é resgatada como outra demonstração histórica da bravura do povo sulista, por meio da qual um discurso de humilhação histórica se anuncia:

Na história existem provas da humilhação sofrida pelos sulistas. Um caso triste que devemos recordar para as futuras gerações é a guerra do Contestado (...) em cada cidade [envolvidas no Contestado] existe uma lágrima de quem teve seus familiares assassinados. Os nossos antepassados ou simples conterrâneos tiveram quinze quilômetros de cada lado do coração arrebatado, trilhos em nome do progresso e um exército em nome da ordem. Retiraram a nossa madeira, as nossas casas e a vida de milhares de camponeses, de comerciantes, de religiosos, de sulistas que queriam apenas o direito de receber algo em troca do “progresso da República” (...) Em nome da memória das milhares de vidas perdidas em nome da “ordem e progresso”, queremos liberdade (SUL LIVRE, 2016, DOC 24).

Em memória dos antepassados sulistas, o OSMP mantém vivo o sentimento histórico de autodeterminação, gerado com Guairacá e Sepé, e passado, de geração em geração, até os dias de hoje: “estamos cansados de distorcerem a história de nossos filhos. Queremos independência (...) queremos formar um novo país” (SUL LIVRE, 2016, DOC 24). Historicamente o povo sulista tem sido oprimido e humilhado por estrangeiros. Primeiro vieram as coroas ibéricas, com os jesuítas e bandeirantes, contra as quais lutaram Sepé e Guairacá. Posteriormente o Império e a República do Brasil foram as ameaças, contra as quais se rebelaram os lanceiros negros e os povos dos pampas, na Guerra de Farrapos, na proclamação da República de Juliana e no Contestado. Hoje, a figura de Brasília simboliza o inimigo, contra a qual se opõe o movimento o Sul é o Meu País.

Partindo dos estudos semiológicos de Barthes, Melo (2019, p. 9-11) busca identificar como a apropriação das figuras de Guairacá e Sepé são utilizadas de forma recorrente no discurso separatista do OSMP assumindo um sentido de pertencimento e unicidade histórica do povo sulista. Assim, “os heróis sulistas” se constituem como uma “imagem que paira no imaginário social sulista”, à qual o movimento busca se equiparar, na medida em que se organiza e age “liderando o povo sulista contra *os outros*”<sup>48</sup>. O anacronismo da revisão histórica realizada pelo movimento gera deformações: “os separatistas destituem a figura histórica de Guairacá de seu significado para agregar a ele o valor de herói, com o intuito de aproximar os três estados sulistas em um novo combate”. Essa destituição de significado consolida a ideia de que os outros, os não sulistas, têm sido historicamente uma ameaça aos estados do sul, constituindo-se “como um inimigo em comum (...) suscitando o imaginário de uma nova comunidade” (MELO, 2019, p. 11).

No documento sobre Guairacá e Sepé, bem como no dos lanceiros negros e da Guerra do Contestado, os discursos históricos são mobilizados no sentido de construir uma imagem heroica que fundamenta a unicidade histórica do povo sulista. Os povos originários, “heróis sulistas”, derramaram seu sangue pela defesa de seu “chão sagrado” (SUL LIVRE, 2018, DOC 23). Os negros lanceiros defenderam a República abolicionista do Rio Grande do Sul, lutando bravamente contra o Império Português. Hoje o movimento OSMP luta contra as opressões e o julgo de Brasília. Nessa construção simbólica do herói, criam-se os inimigos que ameaçam a liberdade do povo sulista.

O “sangue derramado” aparece como categoria simbólica da bravura, da honra e da tradição de luta que historicamente une os povos da Região Sul que, de geração em geração, têm lutado pela autodeterminação e pela autonomia de seu território. São os heróis sulistas e, respectivamente, seus anti-heróis, que unem esse povo em defesa “da nossa gente e da nossa terra” (SUL LIVRE, 2018, DOC 23). A seleção dos elementos que caracterizam os heróis e anti-heróis são fundamentais para a constituição da fronteira étnica que distingue o povo sulista. Nesse sentido, a hereditariedade do sentimento de autodeterminação, gerada pelo anacronismo histórico identificado por Melo (2019), nos permite constatar que a ancestralidade de luta é conformada em uma dinâmica de lutas simbólicas em torno da construção social do território e do povo do Sul. Assim, identifica-se que “há uma insistência do movimento o Sul é o Meu País na busca pelo passado para

---

<sup>48</sup> “Diferentes desses outros, são eles sulistas, como se definem, não mais brasileiros” (MELO, 2019, p. 11).

legitimar-se”, tendo em vista a forma como a historicidade do sentimento de autodeterminação está centrada na mobilização da memória como demanda e reivindicação identitária (RECH, 2016, p. 18).

Em síntese, é possível constatar como a tradição e a honra são elementos que compõem o discurso histórico de humilhação e opressão do povo sulista. Este, por sua vez, baseia-se na reinterpretação e ressignificação dos processos históricos resgatados pelo OSMP, construindo uma unicidade simbólica de resistência e luta. Assim, o discurso sobre a humilhação histórica contribui com a legitimação dos múltiplos descontentamentos apresentados na seção 3.1, fornecendo elementos discursivos que ratificam a tese de que historicamente o potencial de desenvolvimento do povo do Sul, bem como sua liberdade e autonomia tem sido ameaçadas e tolhidas por “invasores<sup>49</sup>”. O discurso de humilhação e opressão do povo sulista é, portanto, o discurso de “origem dos descontentamentos<sup>50</sup>”.

Como já foi constatado nesta pesquisa, a correlação das múltiplas formas de descontentamento é o elemento basilar do caráter minoritário da identidade sulista. É a partir do descontentamento político, fiscal e psicológico que se legitima a construção discursiva de uma identidade étnica minoritária e, conseqüentemente, a própria existência do movimento o Sul é o Meu País, na medida em que o caráter minoritário da identidade sulista é o alicerce do descontentamento social, isto é, da necessidade de o sulista engajado lutar por sua autodeterminação. Portanto, ambas os eixos argumentativos da categoria de discursos históricos e de unificação nacional operam no sentido de fortalecer a capacidade de legitimação da lógica interna do discurso separatista do movimento. Por meio do fortalecimento do argumento do descontentamento social, além de robustecerem a construção minoritária da identidade étnica sulista, os exemplos internacionais e nacionais de autodeterminação e os elementos históricos de tradição e honra proveem os recursos discursivos constitutivos da origem histórica do descontentamento, produzindo efeitos diretos na construção discursiva sobre a unicidade territorial e étnica do povo sulista.

Em suma, a partir da análise dos discursos de ingovernabilidade e descontentamento e dos discursos históricos de unificação nacional, é possível identificar a lógica dualista entre oprimidos e opressores que legitima a construção da identidade

---

<sup>49</sup> Invasores é uma categoria nativa, utilizada por Deucher em 2018 (ver documento 23- anexo 1).

<sup>50</sup> A noção de “origem dos descontentamentos” foi utilizada por Deucher em 2016 (ver documento 22- anexo 1).

sulista, assim como é possível demonstrar o arranjo das disputas simbólicas que permeiam as ressignificações históricas que endossam essa construção étnica demarcada entre o *nós sulistas* e os *outros*. Contudo, não é possível identificar como são mobilizadas as propriedades da composição cultural e social do ser nacional sulista no discurso separatista do OSMP.

De acordo com Barth (1998, p, 129), o material cultural englobado na conformação de uma determinada sociedade não é necessariamente determinante para a definição da fronteira distintiva de um grupo étnico. Contudo, a etnicidade implica um processo contínuo de seleção de aspectos culturais “dos quais os atores se apoderam para transformá-los em critérios de consignação ou de identificação”.

A categoria de discursos étnicos e diferencialistas possui o papel de descrever e reafirmar o conteúdo cultural e social que conforma a identidade étnica sulista. Esses discursos, portanto, têm a função de transformar uma categoria étnica em uma comunidade étnica, atribuindo uma consciência histórica e um senso de identidade peculiar ao grupo separatista (ver quadro 1).

Em relação ao corpus da pesquisa, os discursos étnicos e diferencialistas são majoritariamente identificados em 12 artigos de opinião. A análise destes documentos pretende identificar qual é o material cultural mobilizado e simbolicamente reafirmado pelo movimento como componente da identidade étnica sulista e que de maneira essa composição cultural e social opera (ou não) na formação de um discurso de valorização excessiva da identidade, assumindo um sentido de superioridade cultural e social do povo sulista.

A categoria de discursos étnicos não subsiste sem a categoria de discursos históricos de unificação nacional. O material cultural mobilizado pelo movimento depende diretamente da percepção de humilhação histórica para assumir um sentido discursivo lógico. A luta por autodeterminação que forjou a unidade dos povos do Sul também forjou seus elementos culturais e sociais. Contudo, na categoria de discursos étnicos há uma nova dimensão do conflito: além da ameaça externa, é possível identificar o conflito também no interior do território sulista.

Na dimensão identitária do movimento, o conflito interno é identificado a partir da colonização europeia da Região: os eslavos (ucranianos e poloneses), os italianos e os alemães, que colonizaram desde o planalto catarinense até os pampas gaúchos, “fugindo de perseguições e guerras na Europa, buscaram reassentamento no Sul para viver com dignidade. No entanto, seus países estavam em guerra, e trouxeram consigo a rivalidade

via oceano”. A rivalidade entre os diversos grupos de imigrante, portanto, foi uma consequência “natural” de um processo histórico-político precedente ao ato de imigrar. Ao mesmo tempo que imigrantes europeus se opunham uns aos outros, “os diversos povos indígenas se opuseram contra os imigrantes, assim como havia rivalidade entre os próprios índios” (SUL LIVRE, 2016, DOC 5).

O conflito, em suas duas dimensões – externa e interna-, aparece como uma característica intrínseca do povo sulista. A rivalidade em sua dimensão interna, que já estava presente na relação entre os diversos povos originários, foi reconfigurada e recrudescida com a chega do imigrante europeu. Contudo, há um momento no qual os conflitos internos são suprimidos pelas ameaças externas. O processo histórico de opressão dos povos sulistas “fez brotar o sentimento de pertencimento a terra... a terra das araucárias, do mate e do frio. A partir do bairrismo, os rivais tornaram-se conterrâneos” (SUL LIVRE, 2016, DOC 5). O bairrismo, isto é, a defesa da terra devido a proteção exacerbada de suas alegadas virtudes, é o elemento histórico que permite que a rivalidade interna seja substituída pelo sentimento de conterraneidade.

A supressão da rivalidade interna deu-se, assim, por motivos de proteção contra ameaças externas. Para isso, o movimento resgata, por exemplo, a “campanha de nacionalização” da Era Vargas, ao arguir que o que o Brasil fez com os sulistas foi “uma tentativa de exterminar nossa diversificadíssima cultura, proibindo-nos de falar os idiomas dos nossos antepassados, impondo-nos apenas a língua portuguesa, a marra”. Objetivava-se, portanto, a realização de “um genocídio cultural”, a fim de exterminar “não apenas as línguas faladas, mas os seus significados” (SUL LIVRE, 2017, DOC 4).

Em defesa da diversidade cultural e étnica da região, a rivalidade interna deu lugar a um “caldeirão cultural<sup>51</sup>”, o qual atribuiu ao Sul uma conformação cultural e social singular e predominantemente europeia:

Cada família paranaense tem por hábito em suas reuniões celebrar a cultura da qual descendem. Os descendentes de italianos reúnem-se para comer massa, os alemães fazem aqueles deliciosos cafés coloniais, os ucranianos e poloneses comem pierogue e assim por diante, celebrando traços da cultura trazida por nossos ancestrais e agregando traços das culturas que vão se reunindo à mesa através dos agregados. Cada nova família acaba agregando sua nova tradição. O Paraná é uma verdadeira celebração da diversidade cultural (SUL LIVRE, 2020, DOC 10).

Nesse sentido, a diversidade cultural da região é destacada e reafirmada, majoritariamente, a partir da combinação de elementos “herdados” dos imigrantes

---

<sup>51</sup> A noção de caldeirão cultural foi utilizada por Berka, em 2020 (ver anexo 1- documento 4).

europeus com elementos naturais e territoriais do Sul. O “caldeirão de culturas europeias” assume um sentido de identidade peculiar na medida em que é atrelado à elementos como a araucária, o frio e o pinhão (SUL LIVRE, 2020, DOC 10).

A erva-mate também é resgatada como um elemento natural que assumiu um papel fundamental na construção da singularidade do ser sulista:

Se a estética das araucárias remete à linguagem sentimental, e seu habitat frio identifica o Sul como tal, pode-se atribuir à erva-mate poesia aromática. Mais do que isto! *O mate civilizou os viventes no cone Sul* (...) é o mate a saudação de chegada, o símbolo da hospitalidade, *o sinal da reconciliação* (...) a erva-mate teve uma participação importante na fixação das colônias de neo-europeus, principalmente italianos, poloneses e ucranianos, oriundos da grande imigração estrangeira iniciada em fins do século passado [XIX], assegurando a sobrevivência de muitas delas [colônias] que de outro modo, dadas as reduzidas dimensões do mercado interno, teriam certamente fracassado. *A ação construtiva no mate-amargo civilizou o arquétipo sulista* (...) onde se estabelecesse o uso coletivo do mate, aí se modifica, para melhor, a sociedade (...) *a erva libertária!* Quando nós, sulistas, mateamos (...) estamos venerando não somente a beleza cênica do bioma das araucárias, mas também a tradição e *preservar a tradição é dar um “tapa na cara” de Brasília!* (SUL LIVRE, 2017, DOC 15, GRIFOS MEUS).

Reforçando os apontamentos de Schultz e Júnior (2019), o exemplo da erva-mate, a “erva libertária”, nos permite identificar como a geografia física é mobilizada na construção social do território, vinculando-se à construção étnica do povo. O mate amargo é tido como um elemento central no sucesso da consolidação e sobrevivência das colônias de imigrantes, no apaziguar das rivalidades internas entre os povos do Sul e é, por fim, mobilizado como categoria simbólica da fraternidade e da hospitalidade consolidada entre os conterrâneos sulistas.

A ancestralidade do território assume um alto potencial de legitimidade étnica, na medida em que é na geografia física que repousa a vinculação entre os fluxos imigratórios de ocupação e colonização da Região Sul e a formação de uma identidade única, a sulista. Desse modo, o território é fundamental na conformação da bagagem cultural do ser sulista, conformando a singularidade de suas tradições. O frio, a erva-mate, o pinhão, o quentão e os centros de tradições gaúchas (CTGs) atribuem ao “caldeirão cultural de origem europeia” um sentido identitário específico da região (SUL LIVRE, 2020, DOC 10). A herança cultural e a descendência das tradições dos imigrantes europeus se mantem como propriedades relevantes de vinculação de origem, contudo, a identidade étnica e cultural é nova, nomeadamente sulista.

Deste modo, segundo o discurso do OSMP, é possível identificar que a composição da identidade étnica sulista não se remete a um retorno a um substancialismo, a uma ancestralidade, mas sim à formação de uma outra “essência”, de uma outra

“natureza”, que é a sulista, oriunda de um processo de *melting pot* com os “melhores ingredientes”, tornando o sulista um híbrido cultural distinto dos não sulistas.

Nessa perspectiva, os Faxinais são exemplos da singularidade da organização social sulista, moldada a partir da correlação entre os diversos povos que coabitavam o Sul e a natureza da região:

Trata-se de uma cultura camponesa genuinamente paranaense, moldada ao longo da história e tradição, sob influência das missões jesuíticas, do tropeirismo, do Contestado, do monge João Maria, e, ecologicamente, pela Mata das Araucárias, tendo como grande pilar o ciclo da erva-mate. Os Faxinais foram miscigenados principalmente pelos eslavos (ucranianos e poloneses), índios (caingangues), afrodescendentes e caboclos. Os Faxinais são sistemas únicos, com autonomia espontânea, onde prevalece o sentimento de liberdade e virtude (SUL LIVRE, 2016, DOC 5).

O sulista é, portanto, enquanto identidade singular, “um povo unido pela sua diversidade étnica e cultural” (SUL LIVRE, 2017, DOC 4), é “a herança hereditária histórico-cultural dos povos rivais que fraternalmente tornaram-se conterrâneos” (SUL LIVRE, 2016, DOC 5), é “um Estado multicultural, onde se misturam as mais diversas culturas, cada uma trazendo um pouco de sua tradição” (SUL LIVRE, 2020, DOC 10), é, por fim, um fraterno povo miscigenado<sup>52</sup>, resultado do “desenvolvimento cultural e da opressão do Governo” (SUL LIVRE, 2016, DOC 5).

O “genocídio cultural” ou a “opressão do governo” são processos constituintes do material cultural e social do ser sulista. Na perspectiva do movimento, o Império e da República do Brasil em sua busca por uma “identidade cultural” nacional, formaram um “império vitorioso”, o qual “é uma ameaça aos grupos que não foram classificados” (SUL LIVRE, 2019, DOC 6).

A integração cultural do Brasil, país constituído “pelos arranjos culturais de seu espaço geográfico diversificado”, “não deveria estar alheia à propagação do que há de legítimo em matéria de produção cultural regional”. Contudo, seguindo caminho contrário à valorização das culturas regionais, a cultura brasileira sofre de uma “deformação cultural” oriunda da “aceitação espúria e imediata de produções de baixos padrões morais, principalmente difundida pelos centros nacionais de projeção política, considerados como polos de integração cultural” (SUL LIVRE, 2017, DOC 9).

---

<sup>52</sup> O uso de “caldeirão cultural” e “povo miscigenado” como sinônimos de “Estado multicultural” pode aparentar uma ambiguidade do discurso do OSMP. Contudo, a partir da análise dos documentos, a noção de miscigenação como formação de uma identidade essencialmente nova, a sulista, se sobressai. Nota-se que mesmo no documento no qual a ideia de “Estado multicultural” é utilizada, a noção que prevalece é a da “mistura de várias culturas, cada uma trazendo um pouco de sua tradição” para a composição da etnicidade sulista.

Quando uma sociedade inteira assiste passivamente, anos a fio, as contorções públicas de nádegas e pélvis ao som de música nacional vagabunda, além do domínio esmagador de uma enxurrada de obras estrangeiras de péssima qualidade, estará sendo instruída a tolerância cultural ou, simplesmente, as pessoas estarão sendo condicionadas ao hábito de fugir às tradições e costumes adquiridos durante uma longa gestação histórica de valores regionais em benefício das novidades que trazem pontuações de ibope nacional, mas com prejuízo da contínua descaracterização das novas gerações, cuja herança encantada das diversidades culturais subnacionais será descartada para formar um país atolado na mediocridade? (SUL LIVRE, 2017, DOC 9).

A partir deste discurso, busca-se afirmar a necessidade de “não se confundir tolerância cultural com a perda de discernimento sobre o belo, o útil e o necessário”. O “grande eixo Rio-São Paulo”, enquanto forte propagador dos “sucessos culturais nacionais” acaba por domesticar<sup>53</sup> “os antigos brasis altaneiros (...) o que acabará por mutilar os mais antigos valores regionais do país”. Para o movimento, há um progressivo “desaparecimento dos valores da cultura tropeira original, que devem permanecer mais vivos do que nunca”, havendo assim a urgente necessidade de proteção dos valores morais, sociais e culturais que historicamente foram forjados como características inerentes e hereditárias do povo sulista:

Cultura só é protegida quando praticada. Ou seja, quando é cultivada com amor e dedicação ao que seja oriundo de nossos antepassados (...) cultura popular é o que é- fruto das motivações profundas da alma de um povo. Nascida ao acaso das coisas, sem constrangimentos oficiais ou ideológicos (...) Cultura não é só feita de lendas, música e dança folclórica, vestimenta, acessórios e comida (...) cultura também é o modo de pensar e de interagir, de ninarmos uma criança-um plano social sobre o qual é projetada a fusão das diferenças individuais, amalgamadas para a valorização das ações e reações do Homem face a Vida, diante do Criador e face a si próprio (SUL LIVRE, 2017, DOC 9).

Assim, a delimitação das propriedades culturais tradicionais do ser sulista se evidencia na oposição à cultura brasileira, isto é, na construção de um discurso maniqueísta<sup>54</sup> hierarquizado entre o “belo, útil e necessário” e os “baixos padrões morais”, a “arte nacional vagabunda” e o “mediocre”. Nessa lógica discursiva, a defesa da tradição é uma ação necessária para a conservação do belo, materializado na herança cultural dos antepassados dos povos do Sul.

A dimensão simbólica da ameaça externa aparece com particular relevância nesse discurso maniqueísta hierarquizado: o “eixo Rio-São Paulo” e a “enxurrada de obras estrangeiras de péssima qualidade” aparecem como ameaças concretas a preservação “das motivações profundas da alma” do povo sulista; como ameaças diretas “ao modo de

<sup>53</sup> No mesmo contexto e sentido aqui empregado, a noção de domesticação foi utilizada por Deucher em 2017 (Ver anexo 1- Documento 9).

<sup>54</sup> A noção de “discurso maniqueísta” está presente na categorização do discurso separatista proposta por Barros (2007).

pensar e interagir, nascidos ao acaso das coisas, sem constrangimentos oficiais ou ideológicos” (SUL LIVRE, 2017, DOC 9). Deste modo, o discurso cultural maniqueísta anunciado pelo movimento assume um forte tom discriminatório, na medida em que define com rigidez o material cultural sulista enquanto expressão da beleza, atribuindo, automaticamente, um sentido pejorativo e de mediocridade às propriedades culturais “estrangeiras”.

O caráter dualista do discurso enunciado pelo movimento não se restringe a hierarquização da reprodução de formas específicas de manifestações culturais. Opera também na hierarquização da ocupação física do território:

Está virando uma verdadeira *praga a invasão* de municípios por numerosos contingentes de migrantes, tanto vindos de outras regiões do Brasil quanto de outros países (...) Em Brusque-SC, chegaram dez mil migrantes internos, de outro estado. Significa 10% da população existente. Trouxeram enorme problema para acomodar esse pessoal. Feriu o curso natural do desenvolvimento. Simplesmente os migrantes chegaram e ficaram. Notícia daí vindas dão conta do aumento anormal dos assaltos às residências *locais*. Problemas semelhantes ocorrem em Itajaí, também SC. E também em centenas de outros [lugares]. No RS chegaram 600 migrantes externos (da África), que se instalaram em Caxias do Sul. Isso também trouxe problema para a comunidade (...) esse problema tornou-se uma *praga* no Sul inteiro. Ele já tem dificuldade de acertar seus próprios problemas, principalmente pelos estragos que lhe trazem a simples sujeição a federação brasileira. E agora lhe trazem mais problemas. Livram os outros e descarregam sobre o Sul (SUL LIVRE, 2015, DOC 14, GRIFOS MEUS).

A partir deste discurso, aqueles que não são parte dos “*locais*”, conterrâneos sulistas, que historicamente compõem o “curso natural do desenvolvimento” regional, simbolizam uma ameaça ao povo do Sul, que já enfrenta cotidianamente os problemas e carrega o fardo da federação brasileira e agora tem de lidar com outro agravante: os estrangeiros- os que “chegaram e ficaram”. Para o movimento, há um planejamento prévio desses fluxos migratórios: “essas migrações não são espontâneas, naturais (...) o que tem havido em comum nessas “migrações” é que o pessoal parte de regiões mais pobres com destinos “escolhidos” de regiões e municípios mais ricos. Interessante, não?” (SUL LIVRE, 2015, DOC 14).

Esse planejamento de migrações não-espontâneas é o que o movimento denomina de “distribuição da miséria”: “uma região mais pobre exporta o seu produto humano também mais pobre para regiões menos pobres” (SUL LIVRE, 2015, DOC 14). O “produto humano mais pobre” prejudica o desenvolvimento regional do Sul do país. Categoriza-se assim o estrangeiro – a materialização da miséria-, enquanto ser indesejável para ocupar determinado espaço geográfico, em oposição ao sulista que possui raízes históricas, étnicas e ancestrais com o território que ocupa.

No discurso do movimento, o estrangeiro não é bem-vindo em Brusque, Caxias do Sul e Itajaí porque à ele é inerente a condição da mediocridade: vincula-se o caráter pejorativo do que é externo à tradição cultural sulista ao próprio corpo do imigrante que se faz presente no território. De mesmo modo, a noção do belo é automaticamente atribuída ao sulista, por ser uma condição inerente da sua própria origem étnica, condicionando a predileção de ocupar o território sulista, bem como aferindo-o o pleno direito de imigrar:

Poder-se-ia alegar, com razão, que sulistas também migram para outras regiões e países. É verdade. Todavia é uma migração mais qualificada. Junto a ela vai empreendedorismo e capitais. Onde ela chega o desenvolvimento surge. Exporta, portanto, o que tem de melhor, somente somando nas regiões onde chega (SUL LIVRE, 2015, DOC 14).

A autoconsciência histórica e o senso de identidade particular marcam a diferença cultural e étnica do povo sulista, diferenciando-o do brasileiro em sua essência. Nesse sentido, os dados confirmam *ipsis litteris* a descrição da categoria de documentos étnicos e diferencialistas, apresentada no quadro 1, elaborada à luz de Barros (2007) e Smith (1979): na busca por adquirir uma autoconsciência histórica e um senso de identidade peculiar, há uma excessiva valorização da identidade, o que produz a hierarquização da posição da comunidade étnica sulista em relação ao(s) outro(s) -não sulista(s)-.

Desta maneira, ainda que o movimento afirme múltiplas vezes que “não se trata de uma política cultural protecionista em escala atentatória às liberdades individuais” (SUL LIVRE, 2017, DOC 9), a dicotomização entre o belo e o disforme como discurso marcador e descritivo das propriedades culturais e sociais do povo sulista, propicia a emergência de um discurso essencialmente diferencialista.

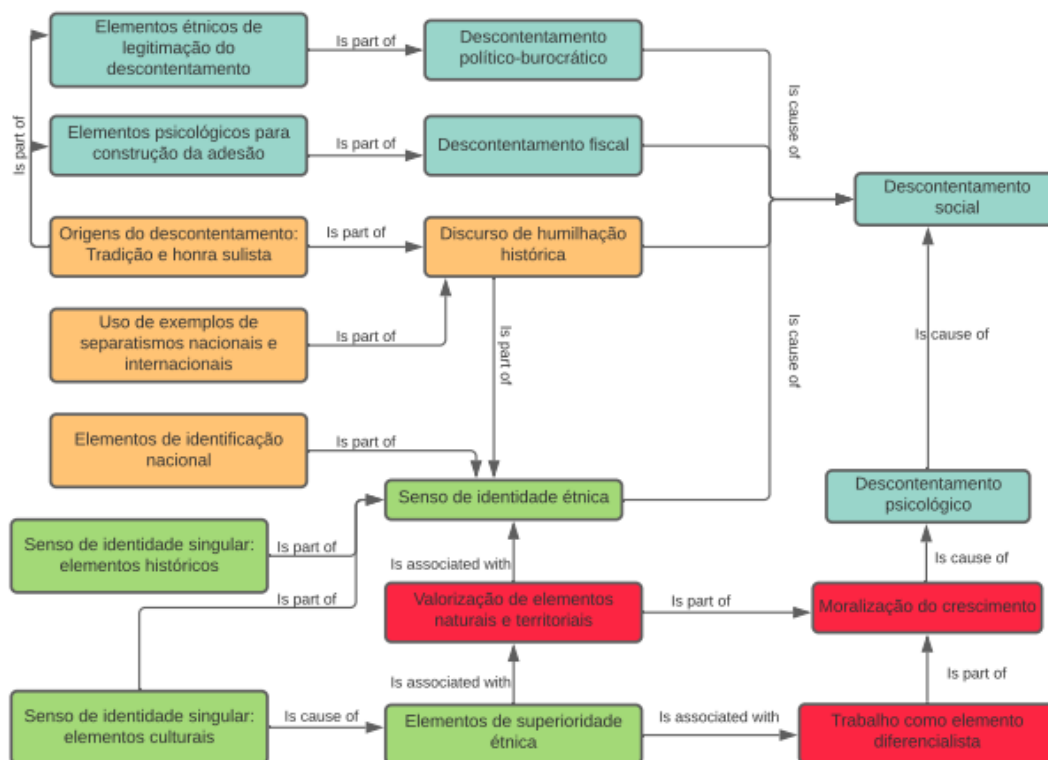
Partindo da concepção de diferencialismo proposta por Munanga (1999), o conceito é compreendido e mobilizado como uma forma de segregação “mais rígida”, centrada no princípio de preservação de uma identidade própria, o que supõe uma aversão a miscigenação ou a mistura. Para além de assumir apenas um caráter discriminatório, no qual há uma hierarquização de elementos culturais e sociais constitutivos de determinada comunidade étnica, o discurso do movimento assume um caráter diferencialista, que classifica quem deve ou não compor, culturalmente e fisicamente, a comunidade étnica sulista.

Enquanto categoria simbólica gerada por meio dos discursos históricos e de unificação nacional, a ameaça externa marca a construção da unicidade étnica e territorial do povo sulista, atribuindo-o uma identidade singular que, por oposição ao(s) não-

sulista(s), fomenta um discurso discriminatório e diferencialista, operando diretamente na formação de uma hierarquização cultural e identitária. Assim, a ameaça externa é uma categoria de extrema relevância para a construção da legitimidade da identidade étnica sulista, bem como para a legitimação da necessidade de preservação da tradição e “preservar a tradição é dar um “tapa na cara” de Brasília!”, tendo, por consequência, um papel central no fortalecimento da adesão à causa separatista sulista (SUL LIVRE, 2017, DOC 15).

### 3.3 O QUE DIZEM OS QUE SE DIZEM SULISTAS: DIMENSÕES SIMBÓLICAS DA ETNICIDADE

A análise das quatro categorias que compõem o bloco de discursos de legitimação permite a visualização e compreensão dos arranjos simbólicos do discurso separatista que delimitam e definem a comunidade étnica sulista, em oposição ao(s) outro(s) *-não-sulista(s)-*. Neste sentido, a etnicidade aparece como um elemento comum entre todas as categorias discursivas mobilizadas, operando de forma direta no fortalecimento dos discursos estratégicos de legitimação do movimento OSMP, tendo grande relevância para a construção da adesão à causa separatista sulista, na medida em que a legitimação da identidade étnica sulista minoritária é o primeiro passo para a secessão. Como resultado, é possível identificar a multidimensionalidade simbólica do discurso, isto é, as múltiplas formas pelas quais a identidade sulista é discursivamente constituída e legitimada pelo discurso do movimento:

**Diagrama 1 - A multidimensionalidade dos discursos de legitimação\***

Legenda de cores por categoria analítica:



\*O diagrama foi construído a partir da categorização dos documentos no ATLAS TI.

Fonte: Autor, 2021.

Os elementos em azul e vermelho representam, respectivamente, os discursos de descontentamento e de desenvolvimento socioeconômico, tendo como argumento basilar a construção dicotômica da identidade étnica sulista entre oprimidos e opressores, sendo Brasília a representação simbólica da frustração do potencial desenvolvimento do povo sulista (ver quadro 4: “dimensão simbólica do descontentamento”).

Os discursos de descontentamento são diretamente dependentes dos discursos históricos e de unificação nacional, que podem ser identificados no diagrama pela cor laranja. O discurso de humilhação histórica, que atribui uma historicidade e ancestralidade ao sentimento de autodeterminação do povo sulista, assume uma dimensão simbólica de grande relevância para a construção discursiva da “origem dos

descontentamentos”, bem como para a composição da unicidade territorial e étnica do povo sulista (ver quadro 4: “dimensão histórica”).

A valorização dos elementos da geografia física (em vermelho), atrelada aos elementos históricos (em laranja), possibilitam a construção discursiva da composição da identidade sulista. Assim, a dimensão identitária (ver quadro 4), assume um sentido de construção da singularidade da etnicidade sulista, definindo-a, por oposição, como uma identidade singular, com propriedades distintivas exclusivas.

Assim, os elementos étnicos (em verde) também operam na dimensão cultural da etnicidade (ver quadro 4), a qual expressa a necessidade de proteção dos valores morais, éticos, sociais e culturais que historicamente foram forjados como características próprias da comunidade sulista. Nessa dimensão constitui-se o discurso maniqueísta entre o belo e o medíocre, descrito e analisado de forma pormenorizada na seção 3.2.

Por fim, a correlação entre a moralização do crescimento, a valorização de elementos naturais e territoriais e a dimensão cultural constituem a dimensão simbólica do diferencialismo (ver quadro 4), a partir da qual o tom discursivo do movimento assume um alto grau de classificação, operando em um âmbito prático de delimitação entre quem deve ou não compor, culturalmente e fisicamente, a comunidade étnica sulista.

Em síntese, as quatro categorias discursivas que compõem a totalidade do discurso de legitimação identitária do movimento podem ser ordenadas em cinco dimensões simbólicas da etnicidade:

#### **Quadro 4 - As dimensões simbólicas da etnicidade**

##### **i) Dimensão do descontentamento:**

As múltiplas formas do descontentamento são caracterizadas pelo discurso de frustração do potencial de desenvolvimento regional e pelos múltiplos prejuízos que a imposição do pacto federativo brasileiro causa aos sulistas. A secessão permitiria a concretização de um maior desenvolvimento econômico, político, ético e social.

**ii) Dimensão histórica:** A unicidade territorial e étnica do povo sulista é construída a partir da histórica tradição de luta por autodeterminação. É a resistência contra as ameaças externas que faz brotar o sentimento de conterraneidade (bairrismo) e de pertencimento ao território.

**iii) Dimensão identitária:** A dimensão histórica, atrelada aos elementos da geografia física da Região Sul, compõe o quadro formativo de uma identidade étnica singular, a sulista, que, por oposição, distingue-se da brasileira. Aqui a relação desigual entre os oprimidos- sulistas- e opressores - Brasília- assume um sentido de fixação identitária.

**iv) Dimensão cultural:** Afirma-se a necessidade de proteção dos valores morais, sociais e culturais que historicamente foram forjados como características inerentes e hereditárias do povo sulista, conformando um discurso maniqueísta entre o belo (as tradições regionais) e o medíocre (as manifestações culturais não-tradicionais).

**v) Dimensão diferencialista:** Vincula-se o caráter pejorativo do que é externo a tradição cultural sulista ao próprio corpo do imigrante que se faz presente no território, assumindo um alto grau de

diferencialismo ao classificar quem deve ou não compor, culturalmente e fisicamente, a comunidade étnica sulista.

Fonte: Autor, 2021.

A dimensão do descontentamento se manifesta em uma esfera discursiva que mobiliza um número considerável de argumentos mensuráveis que indicam um panorama geral de descontentamento político, fiscal e psicológico em relação ao pacto federativo brasileiro. Constitui-se, assim, como a aparência “externa” do discurso do movimento. Contudo, as múltiplas formas de descontentamento apenas adquirem um teor separatista na medida em que são relacionadas com as dimensões simbólicas da etnicidade.

As dimensões históricas e identitárias possuem um papel singular na constituição do que Bourdieu (1989) denominou de esquemas de percepção e apreciação. São, assim, determinantes na construção do discurso como prática de significação do mundo. Operam, portanto, na construção de sistemas de conhecimentos e crenças basilares da interpretação e ressignificação dos processos políticos, históricos e sociais que constituem a identidade étnica sulista singular. Estas duas dimensões agem, portanto, na essência do discurso do movimento, atribuindo um sentido étnico aos múltiplos descontentamentos e construindo a percepção da unicidade territorial e étnica do ser sulista.

A partir da demarcação da identidade étnica sulista, a dimensão cultural opera no sentido de consolidar, defender e preservar os elementos que foram historicamente forjados no processo de unificação dos diversos povos do Sul. Desta maneira, a dimensão cultural é fundamental para a constituição e manutenção das relações sociais tradicionais do povo sulista, que são orientadas pelos valores éticos e morais inerentes a este povo, operando em uma lógica maniqueísta de distinção entre o belo e o medíocre. Ressalta-se que, como destacou Barth (1998, p. 133), o relevante para a análise dos fenômenos da etnicidade não é o conteúdo cultural que caracteriza os grupos sociais, mas sim “o processo de codificação dessas diferenças que tornam as categorias étnicas organizacionalmente pertinentes”.

Por fim, a dimensão diferencialista manifesta-se como um recrudescimento da dimensão cultural e caracteriza-se como efeito resultante da prática discursiva. É a dimensão do discurso que manifesta maior potencialidade de diferenciação entre o nós sulistas e o(s) outro(s), classificando-os como indesejáveis e demarcando o direito do outro -não sulista- estar presente no território. Assume, assim, um profundo caráter diferencialista, materializando as fronteiras étnicas na própria conformação do território.

As cinco dimensões da etnicidade, quando correlacionadas, compõem a totalidade do discurso da frente estratégica de legitimação, que tem por objetivo final sustentar a tese do descontentamento social, segundo a qual não resta outro caminho ao sulista engajado do que assumir o sentimento hereditário de autodeterminação e aderir a causa secessionista. Nesse sentido, as múltiplas dimensões da etnicidade compõe o quadro simbólico que legitima e orienta as ações práticas de secessão. É a partir da legitimação da representação étnica minoritária da identidade sulista que o movimento fortalece a sua capacidade de promover ações práticas de secessão.

O conteúdo étnico que orienta a frente estratégica de legitimação é, portanto, fundamental para convocar o “povo do Sul” à ação. Esse caráter relacional entre os discursos que sustentam as distintas estratégias (de legitimação e de cooperação) fortalecem os resultados apontados por Luvizotto (2009) e Lima (2017), que afirmavam a noção do caráter minoritário da identidade sulista como elemento central da causa separatista do movimento. Além disso, os dados aqui apresentados apontam para a etnicidade como propriedade base de legitimação da adesão ao discurso e à causa separatista. Assim sendo, a etnicidade é o elemento que sustenta o discurso e legitima as ações práticas para secessão.

Neste sentido, para compreendermos de forma pormenorizada como são mobilizadas as múltiplas dimensões do discurso separatista do movimento, resta-nos identificar como as dimensões simbólicas da etnicidade sulista são operacionalizadas na frente estratégica de cooperação e integração. Em outras palavras, resta-nos responder: como as dimensões simbólicas da etnicidade são mobilizadas para colocar “a legitimidade em movimento”?

### 3.4 O QUE FAZEM OS QUE SE DIZEM SULISTAS

Os 34 documentos que correspondem a categoria “políticas étnicas e separatistas” (ver anexo 1), foram assim categorizados tendo em vista que em seu material apresentam, majoritariamente, um chamamento para a ação. O conteúdo étnico, logicamente, não está ausente. Pelo contrário, todas as quatro categorias anteriormente analisadas nesta pesquisa podem ser identificadas ao longo destes documentos. O que os diferem dos demais é que, ao mobilizarem o conteúdo étnico, os 34 documentos que a seguir serão

analisados possuem um objetivo final explícito: convocar e orientar o “povo sulista” à ação.

A necessidade de ação vem acompanhada de um discurso de esgotamento, que pode ser compreendido em duas dimensões. Em primeiro lugar, há um esgotamento ligado às múltiplas formas de descontentamento. Nessa perspectiva, a frustração imposta por Brasília chegou a tal ponto que não é mais possível esperar passivamente. Agir pelo separatismo é assim um dever do sulista engajado que merece ser tratado com caráter de urgência: “o levante está na hora de ser revolucionário (...) chega de tristeza, chega de abusos, chega de políticos impunes e falta de revolução. Se na lei enganam o povo, que sejamos contra todas as leis dos homens” (SUL LIVRE, 2019, DOC 64). Há ainda uma segunda dimensão do esgotamento, que não está relacionada ao descontentamento, mas que possui um sentido estratégico importante no interior do movimento. O esgotamento interno refere-se à necessidade de transpor uma estratégia de legitimação da identidade sulista e passar ao âmbito da ação prática:

Uma nova militância está a frente dos movimentos autodeterministas. São jovens, estudantes, professores, profissionais liberais, que não hesitam em doar-se pela causa libertária, seja dos povos brasileiros, seja dos povos do mundo que estejam na mesma situação. A disposição de resistir aos atos de terrorismo que mais cedo ou mais tarde continuarão a vir do Império do Brasil mostra *que essa militância entendeu que não basta pensar. É um direito que lhe assiste, se organizar pacificamente para defender seu pensamento e resistir aos ataques a sua liberdade (...)* definitivamente estamos entregues as cobras... *resta-nos a rebelião* (SUL LIVRE, 2015, DOC 91, GRIFOS MEUS).

Ambas as formas de esgotamento possuem uma importância central na estratégia interna do movimento de mobilizar os esforços desprendidos em décadas de articulação da frente estratégica de legitimação para operar na frente estratégica de integração e cooperação. Como anteriormente citado, a frente estratégica de integração e cooperação tem como objetivo principal criar um ambiente propício para a consolidação prática da secessão. Para tanto, ao analisarmos os documentos referentes a categoria “políticas étnicas e separatistas”, podemos identificar três modalidades que operam de forma conjunta no interior da frente estratégica de integração e cooperação, sendo elas: a) Estudos e planejamento; b) Expansão do movimento; c) Políticas da secessão.

A modalidade estratégica de estudos e planejamento possui como lume o Grupo de Estudos Sul Livre (Gesul), fundado em 26 de agosto de 2000, em Brusque- SC, que tem como objetivo reunir intelectuais dedicados ao estudo do separatismo sulista e, também, contribuir com estudos e pesquisas de campo ligados ao OSMP. O Grupo possui um papel importante na promoção e, sobretudo, na orientação do debate entre os membros

do OSMP sobre a causa separatista. Segundo Dal Sotto (2016, DOC 88), a maior conquista do movimento nas últimas duas décadas foi “o despertar da consciência coletiva, é o belo que formulamos após consultarmos milhões de oprimidos”. Assim, o GESUL vem, há duas décadas, produzindo conteúdos significativos para a orientação do movimento sobre suas demandas, pautas, obstáculos e rumos. Isto é, possui uma atuação potente na formulação do “belo” e do “despertar da consciência coletiva”. Respalado pela legitimidade que busca em sua roupagem intelectual, o GESUL tem um papel central na interpretação da causa separatista sulista e na divulgação de orientações aos membros do movimento, além de destacar-se na organização dos PLEBISUL.

É importante sublinhar que Celso Deucher, além de um dos membros fundadores do movimento, é secretário geral do GESUL<sup>55</sup>, onde atua desde sua fundação. Como destacado na seção 2.2, 77% dos artigos de opinião publicados por Deucher no site do OSMP endossam elementos que buscam legitimar percepção do movimento sobre a identidade sulista. Em outras palavras, por meio dos dados analisados ao longo desta pesquisa, é possível afirmar que a produção de Deucher está majoritariamente ligada às quatro categorias que compõe a frente estratégia de legitimação, sendo, portanto, determinante na articulação e construção do conteúdo das cinco dimensões simbólicas da etnicidade.

Assim, o secretário geral do grupo responsável pela produção e análise intelectual da causa separatista sulista aparece como expoente da modalidade estratégica de estudos e planejamento. Ao gerar a maior parte do conteúdo étnico mobilizado pelo movimento, Deucher aparece como um agente central na construção do discurso separatista do OSMP. É a partir da sua produção que se constrói a etnicidade simbólica reivindicada pelo movimento e que se atribui um teor separatista às múltiplas formas de descontentamento. É, portanto, a partir da produção de Deucher que o discurso sobre o caráter étnico minoritário do povo sulista se constitui como o “pacote pronto”, isto é, como o produto final que é amplamente veiculado pelo movimento a fim de angariar adeptos à causa secessionista.

Além disto, o trabalho desta modalidade estratégica justifica-se no próprio teor do conteúdo produzido. Em outras palavras, elementos que compõem as dimensões étnicas são mobilizados na própria lógica de justificação das atividades de estudo e planejamento do movimento:

---

<sup>55</sup> Ver: <https://www.sullivre.org/nota-de-esclarecimento-gesul/> <Acessado em 11 de janeiro de 2021>.

Tudo o que propomos e discutimos está sendo divulgado *por nossos combatentes pacíficos que levantam bandeiras ao amanhecer de nossas serras e litorais*. Os estudos que construímos para conhecer *os anseios do nosso povo estão cada vez mais claros para exalarmos ao mundo uma justiça que reivindicamos* (SUL LIVRE, 2016, DOC 67, GRIFOS MEUS).

Aos poucos é possível materializarmos a separação Sul-brasileira. O sucesso da caminhada está nas *tantas vitórias separatistas conquistadas ao longo dos últimos 100 anos. A lógica é que temos um plano*, é que temos amor pelo povo sul-brasileiro e que queremos a nossa emancipação política (SUL LIVRE, 2016, DOC 75, GRIFOS MEUS).

Nota-se como elementos da geografia física, a moralização da identidade sulista e a dimensão simbólica da historicidade do sentimento de autoderminação, analisados de forma minuciosa ao longo deste capítulo, aparecem nos trechos acima selecionados e grifados, com o objetivo de legitimar o próprio trabalho da modalidade de estudos e planejamento. Nos trechos selecionados, é possível também identificar o imbricamento de duas modalidades estratégicas da frente de integração e cooperação: a modalidade de estudos e planejamento e a modalidade de expansão.

A modalidade estratégica de expansão do movimento só é passível de ser concretizada com êxito a partir dos trabalhos da modalidade de estudos e planejamento. A “campanha para informar”, como denominada por Dal Sotto (SUL LIVRE, 2016, DOC 80), é dependente das articulações internas do conteúdo étnico mobilizado para angariar a maior quantidade de adeptos à causa sulista. No momento em que determinado indivíduo acessa discursos que versam sobre os elementos constituintes da categoria de descontentamento, por exemplo, são as categorias históricas e étnicas que irão agir na transposição de um descontentamento político ordinário a um descontentamento étnico, no qual Brasília aparece como figura simbólica da frustração histórica do povo sulista. Assim, não há como expandir o movimento, isto é, difundi-lo e buscar novos adeptos à causa separatista, sem o amplo trabalho de construção discursiva sobre a identidade sulista, realizado, majoritariamente, por Deucher.

Tormena (2018) e Ogliari (2019), tangenciaram o tema das redes sociais, identificando a sua importância para a agenda estratégia de expansão do OSMP, analisando casos de Comissões Municipais específicas. Os dados aqui analisados apontam que as Comissões Municipais e as redes sociais são dois ambientes chave para o movimento difundir seus ideais:

A orientação do movimento é para que possamos divulgar a ideia, no sentido de alertar as pessoas. O que queremos é pessoas que conhecem falando sobre o movimento e os que não conhecem, que se manifestem após terminarem de ler no mínimo um artigo que seja sobre o movimento [...] A convocação sulista é para que os municípios sem comissão, entrem em contato com a diretoria

nacional e solicitem uma reunião. Nos locais em que a comissão está instalada, é mais do que preciso uma luta intensa pela divulgação do movimento em todas as estruturas humanas desinformadas da sociedade. Alguns locais terão mais adeptos e outros um trabalho mais forte precisa ser feito, em qualquer local é fundamental que cada membro deposite o seu melhor, até que o hino da nova nação seja cantado nos corredores da liberdade (SUL LIVRE, 2016, DOC 77).

Neste sentido é importante que tão logo formada a Comissão Municipal já comece a trabalhar na criação de meios alternativos próprios de divulgação local, como por exemplo a criação de um Blog, adesão as Fanpages nacional e regional, grupo municipal de debate no Facebook, criação de uma conta de divulgação no Twitter e a criação imediata de um grupo de encontro e debate no *Wattzapp* (SUL LIVRE, 2015, DOC 61).

Com o conteúdo étnico produzido pelo movimento e uma rede eficiente de veiculação deste material, o movimento possui, por fim, tudo o que é necessário para planejar o pleito pela construção de um ambiente propício para a separação, isto é, para planejar e executar políticas de secessão. Nessa esfera, a importância de Dal Sotto já foi sublinhada: da totalidade dos artigos publicados em seu nome, 54% compõem o quadro de políticas étnicas e separatistas, sendo, em números absolutos, 23 artigos, o que corresponde a 67% dos artigos assim categorizados. Há, portanto, uma mudança de agente protagonista do discurso. Na dimensão da frente estratégica de legitimação e, conseqüentemente, na modalidade de estudos e planejamento, Deucher possui centralidade na emissão e orientação do discurso, enquanto na modalidade de políticas de secessão da frente estratégica de cooperação e integração, Dal Sotto assume o protagonismo.

Na literatura especializada, é possível identificar que na primeira fase de maior mobilização do movimento (1992-2002), as políticas do movimento se restringiam as modalidades de estudo e planejamento e de expansão. De Paula (2001), ao realizar uma análise minuciosa das estratégias do OSMP em sua primeira década de existência formal, sistematizou três grandes eixos de atuação: Primeiramente, o movimento investiu na consolidação das Comissões Municipais e na realização de palestras, debates, congressos e seminários, chamados de congressos nacionais e seminários para lideranças, com o intuito de propagar a ideia separatista e consolidar uma articulação ampla do movimento. Em segundo lugar, resultante dos congressos, fundou-se o Jornal do movimento, sendo esta a principal política de propagação dos ideais separatistas sulistas utilizada pelo movimento. Por fim, o movimento buscava construir pontes com outros grupos separatistas, retomando, múltiplas vezes, o caso do Quebec, de Açores e da Chechênia (DE PAULA, 2001).

Por parte do movimento, houve a tentativa de participar ativamente das eleições de 1998, com o objetivo de eleger deputados representantes do movimento, o que, segundo Ogliari (2019), não teve êxito. Assim, entre 1992 e 2002, as políticas do movimento centraram-se na realização e promoção de debates, palestras, congressos e seminários, circunscrevendo-se às modalidades *a* e *b* da frente estratégica de cooperação e integração. Entre 2003 e 2010, foi realizado apenas um congresso nacional, no ano de 2006, o que indica uma baixa nas atividades do movimento. Essa redução no fluxo de congressos demarca o período de estagnação do movimento, o que se manteve, em grande medida, até 2012.

Em 2012 comemorou-se, na cidade de Balneário Camboriú (SC) os vinte anos de existência do movimento, evento no qual a estratégia de realização de uma consulta informal (PLEBISUL) começou a ganhar força. Em 2014, o XXII congresso nacional, realizado em Passo Fundo (RS), também foi destinado a planejar a consolidação da consulta popular por meio de urnas. Por fim, em 2016, no congresso nacional realizado em Curitiba (PR), o PLEBISUL foi oficialmente lançado e, em outubro do mesmo ano, materializou-se o início de uma frente estratégica distinta da que vinha sido desenvolvida desde 1992. Segundo os dados<sup>56</sup> disponibilizados pelo movimento, o PLEBISUL logrou uma ampla participação nas urnas contando, em 2016 e 2017, com mais de 11.000 voluntários e 981.173 votantes.

Na história do movimento, a realização do PLEBISUL em 2016 e 2017 tem um papel importante no discurso estratégico do movimento de mensurar a adesão do discurso separatista. A partir do número de voluntários engajados e com o número de indivíduos que se mobilizaram para ir até uma urna votar pela secessão do Sul, o movimento fortaleceu a noção de que a causa separatista, o sentimento hereditário de autodeterminação, está sim, incrustado no povo sulista. Deucher, em 2015, já buscava mensurar a adesão que o discurso do movimento tinha na sociedade sulista, por meio de pesquisas pontuais elaboradas pelo GESUL (SUL LIVRE, 2015, DOC 61). O PLEBISUL é, portanto, a busca por uma mensuração mais ampla da eficácia dos anos de trabalho dispensados na frente estratégica de legitimação. Ora, se foi possível mobilizar em média meio milhão de indivíduos em cada realização do PLEBISUL, na visão do movimento, há o indicativo de que existe aderência social à pauta secessionista (SUL LIVRE, 2016, DOC 80; SUL LIVRE, 2016, DOC 82).

---

<sup>56</sup> Ver: <https://www.sullivre.org/plebisul/> <acessado em 12 de janeiro de 2021>.

Tormena (2018, p. 51), destaca que após a realização do PLEBISUL de 2016, o movimento começou a se reorganizar politicamente, buscando construir candidaturas para as eleições nacionais, de modo que “possíveis pesquisas com essa temática poderão se deparar com uma possível bancada separatista no congresso nacional”. Não temos evidências empíricas suficientes para a verificação do fortalecimento político-eleitoral do movimento. Assim, como o próprio autor afirmou, a verificação da capacidade do movimento de angariar votos formais para representantes próprios dependerá de elaborações de pesquisas futuras. Contudo, a tendência de uma maior organização política do movimento após 2016 é passível de verificação.

Em 2017, o movimento passou a organizar o Bloco Sul Brasileiro de Integração e Cooperação, que busca atuar na área cultural, política, social, administrativa, científica e tributária, a fim de consolidar uma rede de integração e cooperação entre os três estados da Região Sul do Brasil. Na página oficial do movimento<sup>57</sup>, o Bloco Sul Brasileiro é descrito como a formalização de algo que já existe, isto é, a cooperação entre povos irmãos:

Entendemos que esta região tem grande potencial em diversas e importantes áreas, seja do conhecimento humano, da economia, dos recursos naturais ou ainda cultural e que, o Estado brasileiro, tem trabalhado para nos desunir e muitas vezes explorar, tratando-nos como simples colônias estaduais (SUL LIVRE, 2017).

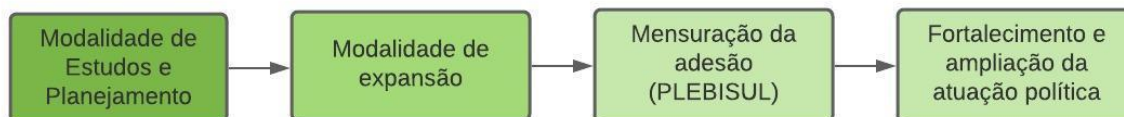
Assim, o projeto de lei de iniciativa popular do Bloco Sul Brasileiro serve como um projeto de longo prazo, uma estratégia de consolidação formal de um ambiente propício para a separação da região, pressionando as assembleias legislativas dos três estados que compõem a região Sul para aprovarem o projeto de lei. Com a aprovação do Bloco nas três casas legislativas, o movimento visa conquistar a formalização de uma política de integração e cooperação de profundo teor secessionista, sem expor-se a uma disputa eleitoral pública que, como em 1998, poderia ser frustrada. Há, de fato, uma tendência de maior mobilização política do movimento a partir de 2016. Contudo, ao contrário do que afirmou Tormena (2018), o OSMP não tem se mobilizado para criar uma banca separatista no congresso nacional, mas sim tem buscado a aprovação de projetos de lei de iniciativa popular nas assembleias legislativas estaduais, o que, caso aprovado, possui uma expressiva relevância simbólica e política da capacidade do movimento de mobilizar estrategicamente seus princípios geradores de adesão.

---

<sup>57</sup> Acessar: <https://www.sullivre.org/blocosul/> <Acessado em 12 de janeiro de 2021>.

Em síntese, a modalidade *c* da frente estratégica de cooperação e integração tem girado em torno de duas políticas centrais: o PLEBISUL e o Bloco Sul Brasileiro de Integração e Cooperação. Enquanto o PLEBISUL visa mensurar a adesão social do discurso separatista, o Bloco Sul Brasileiro visa fortalecer formalmente a pauta separatista sulista e ampliar politicamente a atuação do movimento. Assim, é possível traçar uma sequência estratégica do movimento:

**Diagrama 2** – Sequência estratégica do movimento O Sul é o Meu País



Fonte: Autor, 2021.

Na modalidade de estudos e planejamento reside a função de construir e articular o discurso separatista sulista, o qual orientará as ações e estratégias do movimento. É a partir desta modalidade que o movimento fornece o seu “produto” pronto, isto é, a sua narrativa, que será veiculada no site oficial, nas redes sociais, nas Comissões Municipais e nos congressos nacionais, a fim de angariar novos adeptos, expandindo a atuação do movimento. Esse processo conjunto entre estudos e planejamento (A) e expansão (B) foi a base estratégica do movimento entre 1992 e 2016. Apenas a partir do PLEBISUL 2016 que a relação de mensuração da adesão (C- PLEBISUL) e ampliação da atuação política (D) se constituem como estratégia do movimento.

O fortalecimento e ampliação da atuação política do movimento depende diretamente da adesão social às dimensões simbólicas da etnicidade. Essa relação é lógica: não há capacidade de mobilização política do movimento sem o fortalecimento da adesão à percepção étnica da identidade sulista minoritária. As dimensões simbólicas da etnicidade, operando na legitimação do discurso étnico sulista, inferem diretamente sobre a capacidade do movimento de ampliar e fortalecer sua atuação política.

Desta maneira, sendo determinante na construção do discurso do OSMP, Deucher possui uma capacidade expressiva de inferir sobre a orientação das práticas separatistas do movimento. Ainda que os documentos de convocação à ação estejam, majoritariamente, ligados a Dal Sotto, os princípios basilares que orientam a ação são produtos da produção de Deucher. A orientação política do movimento depende diretamente da formulação étnica do caráter minoritário da identidade sulista. Nesta perspectiva, a análise qualitativa dos dados corrobora os indicativos preliminares

oriundos da categorização inicial dos documentos (ver seção 2.2): os discursos de legitimação têm preponderância frente aos discursos sobre políticas étnicas e separatistas, na medida em que são eles que fornecem os elementos discursivos que legitimam toda a percepção identitária do OSMP, que fundamenta as demais ações que visam a consolidação da secessão.

Por fim, a análise dos dados realizada ao longo deste capítulo nos permite identificar quais discursos são mobilizados, bem como a forma como são utilizados pelo movimento para adquirir legitimidade à pauta separatista do movimento. Na formulação inicial da pesquisa, partimos da hipótese de que os discursos mobilizados pelo OSMP correlacionam questões políticas, econômicas e étnicas a fim de construir uma identidade minoritária, a sulista, por meio da qual sustenta, articula e legitima a pauta separatista. De fato, verifica-se que é por meio dos elementos que constituem a identidade minoritária sulista que o movimento sustenta e legitima a pauta separatista. Contudo, a hipótese, em sua totalidade, não é nem verificada, tampouco nem negada, mas sim ressignificada. A distinção entre discursos políticos, econômicos e étnicos só pode ser traçada para fins analíticos-descritivos, que permitem uma maior compreensão das articulações internas do discurso separatista sulista. Contudo, no interior dessas articulações, identifica-se que a essência legitimadora do discurso reside, exclusivamente, em elementos étnicos simbólicos. Mesmo nos “discursos políticos” ou nos “discursos econômicos” os elementos mobilizados para legitimá-los são integralmente étnicos. A etnicidade, enquanto um conjunto de elementos simbólicos que constituem a fronteira de distinção entre o sulista e o não sulista, é a base de toda a legitimação do discurso do OSMP que, por sua vez, infere diretamente na orientação de todas as estratégias práticas que visam alcançar o objetivo final da separação.

#### **4. AS FRONTEIRAS DO SER SULISTA E A PRÁTICA DISCURSIVA DO MOVIMENTO**

Como exposto ao longo do terceiro capítulo, esta pesquisa identificou que para adquirir legitimidade à pauta separatista, o OSMP mobiliza seus recursos étnicos por meio de cinco dimensões simbólicas. Assim, apontou-se que a etnicidade exerce um papel central no interior do discurso e das estratégias do movimento. Resta-nos analisar os esquemas de oposição étnica que são operacionalizados, distinguindo o ser sulista do(s) não-sulista(s), a fim de identificar como esses esquemas são mobilizados na construção da legitimação e adesão à pauta separatista sulista, sendo este o objetivo deste capítulo. Portanto, objetiva-se responder o segundo problema postulado por esta pesquisa: de que forma os discursos mobilizados pelo OSMP produzem esquemas de oposição entre o ser sulista e o não ser sulista?

De mesmo modo, tem-se como finalidade discorrer sobre a segunda hipótese. Em sua etapa de formulação, a presente pesquisa tinha como objetivo testar a hipótese de que a relação entre crise política e econômica e a ascensão e potencialização do movimento indicavam a correlação entre o caráter minoritário do ser sulista e a característica diferencialista do OSMP. Em outras palavras, a hipótese era que a crise funcionava como elemento de fortalecimento do OSMP, na medida em que corroborava a percepção de que os sulistas eram historicamente oprimidos pelo pacto federativo brasileiro, o que recrudescia o caráter diferencialista do movimento. Esse recrudescimento seria pautado pelas ideias de superioridade econômica, cultural e social do ser sulista.

Entretanto, ao longo da pesquisa, a noção de crise foi se perdendo no horizonte analítico. Ainda no capítulo 3, ao identificar o papel simbólico atribuído a Brasília, como o elemento crônico que concentra todos os problemas do povo sulista, tornou-se perceptível que o que chamávamos de crise, na realidade, é uma agudização da ideia de ameaça. Em outras palavras, a noção de crise não está vinculada a fatores objetivos, ou seja, à indicadores de instabilidade política ou econômica. A então chamada “crise”, caracteriza-se como a escolha, por parte do movimento, de determinadas circunstâncias que recrudescem a noção de ameaça, isto é, que fortalecem a noção de que o povo sulista tem sido historicamente prejudicado, humilhado e ameaçado pelo pacto federativo brasileiro.

Dessa forma, a hipótese inicial perde sentido analítico, precisaria ser reformulada. Contudo, opta-se por mantê-la e apresentá-la, tendo em vista que as ponderações que

podem ser feitas sobre sua versão original são resultado do processo de análise do material empírico e, de mesmo modo, nos permitem analisar a relação entre as circunstâncias de agudização do movimento e a construção da adesão e legitimação ao discurso e estratégias do OSMP. Assim, ao refletir sobre a hipótese proposta, a seção 4.2 tem como objetivo discorrer sobre a legitimação e a construção da adesão a pauta separatista sulista, indagando-se: Como os esquemas de oposição étnica estão implicados no processo de construção da adesão e legitimação do discurso e das estratégias do movimento o Sul é o Meu País?

#### 4.1. AS FRONTEIRAS DO NÓS NO INTERIOR DAS DIMENSÕES SIMBÓLICAS DA ETNICIDADE

No interior de cada dimensão simbólica da etnicidade, a identidade do ser sulista é demarcada por características próprias que, quando relacionadas, compõem percepção sobre a identidade sulista postulada pelo OSMP. Nessa demarcação simbólica, define-se, por oposição, os não-sulistas que, como veremos a seguir, assumem características e definições variadas. Deste modo, para que seja possível compreender como o eu e o outro se distinguem no interior do discurso separatista do OSMP, faz-se necessário sistematizar os esquemas de oposição étnica estabelecidos no discurso do movimento, sendo este o objetivo desta seção.

Como descrito no capítulo 3, a dimensão do descontentamento é constituída a partir da mobilização do discurso de frustração do potencial de desenvolvimento regional e pela designação dos múltiplos prejuízos que a imposição do pacto federativo brasileiro causa aos sulistas. Assim, é definida por meio da relação entre o descontentamento político, fiscal e psicológico que, juntos, compõem o descontentamento social, ou seja, a percepção de que a separação é o único caminho possível para a superação dos problemas da sociedade sulista. No interior desta dimensão simbólica da etnicidade, há um oprimido e um opressor, sendo estes, respectivamente, os sulistas e Brasília.

A noção de “sulistas” está carregada de uma composição de arranjos simbólicos inerentes a sua própria nomenclatura. Há um sentido implícito no emprego da terminologia, a qual distingue-se de outras denominações como sulinos<sup>58</sup>, Brasil meridional<sup>59</sup>, etc. Os brasis sulinos de Ribeiro, por exemplo, não se consolidaram como

---

<sup>58</sup>A noção de brasis sulinos foi utilizada por Darcy Ribeiro (1995).

<sup>59</sup>A noção de Brasil meridional foi utilizada por Fernando H. Cardoso (2011).

“centros de lealdade étnica extranacionais” e, portanto, integraram-se com “ritmos e modos diferenciados” à comunidade nacional (RIBEIRO, 1995, p. 183). O sulista, por sua vez, opõe-se, de forma inerente, à Brasília, sendo esta a representação simbólica do pacto federativo do Brasil. Assim, o sulista, enquanto designação étnica, só existe em oposição à Brasília e é, em sua essência, separatista.

Brasília é o expoente da frustração do povo sulista; é o seu “novo colonizador” (SUL LIVRE, 2015, DOC 36). É a abstração culpabilizada sobre a qual se depositam todas as formas de descontentamento mobilizadas no discurso do OSMP. Nesta perspectiva, o sulista não é apenas o conjunto de habitantes do território mais ao Sul do Brasil, mas sim o conjunto de habitantes deste território que compartilham a percepção sobre a condição de oprimidos por Brasília. Portanto, os sulistas, enquanto designação étnica, são separatistas por excelência.

A dimensão histórica tem como produto a unificação dos povos que historicamente coabitaram a Região Sul do Brasil. Deste modo, é a dimensão responsável pela construção do sentimento de conterraneidade e pertencimento. Como detalhou-se ao longo do capítulo 3, na percepção do OSMP, o sentimento de bairrismo e de pertencimento ao território é conformado por meio da resistência contra ameaças externas. Nesse processo de resistência, os sulistas ganharam heróis históricos: líderes de povos originários, lanceiros negros que atuaram na Guerra de Farrapos e todos aqueles que historicamente lutam contra os que ameaçam o povo do sulista.

O esquema de oposição étnica balizado no interior da dimensão histórica refere-se à composição de heróis e ameaças externas<sup>60</sup>. Nessa perspectiva, os sentimentos de conterraneidade e de pertencimento ao território foram forjados na luta pelo direito a autodeterminação, sendo este um princípio transmitido hereditariamente pelo povo sulista. Assim, o “sangue derramado” é mobilizado como categoria simbólica da tradição de luta que historicamente une os povos da Região Sul em defesa do direito de autodeterminação (SUL LIVRE, 2017, DOC 27).

Em oposição aos heróis, as ameaças externas –ou “os invasores<sup>61</sup>”, assumem múltiplas identidades ao longo do tempo. Primeiro foram os colonizadores europeus, que oprimiram os povos originários- ancestrais do sentimento de autodeterminação dos

---

<sup>60</sup>As noções de “heróis” e de “ameaças externas” foram utilizadas por Celso Deucher, em 2018. Ver anexo 1, documento 23.

<sup>61</sup>A noção de invasores foi utilizada múltiplas vezes nos documentos analisados. Ver, a título de exemplificação, anexo 1, documentos 03, 04, 23, 28 e 55.

sulistas (SUL LIVRE, 2018, DOC 23). Posteriormente, o Império do Brasil assumiu o papel do colonizador europeu, sufocando as províncias do Sul e subjugando os negros que lá habitavam à escravidão (SUL LIVRE, 2019, DOC 28). Por fim, com o advir da República, os sulistas continuaram ameaçados, tendo em vista a continua supressão da autonomia regional: “(...) e tantos séculos depois, cá estamos, lutando pela mesma causa, em defesa da nossa terra e da nossa gente” (SUL LIVRE, 2018, DOC 23).

As ameaças externas marcam o sentido de pertencimento do sulista ao território. É por meio do bairrismo, oriundo da necessidade de unificação para proteção, que surge a singularidade, a essência, da identidade sulista. Neste sentido, adentra-se no terceiro esquema de oposição étnica, demarcado no interior da dimensão identitária. O “caldeirão cultural” do Sul funde-se por meio da ancestralidade da luta pelo direito a autodeterminação do povo sulista. Assim, o sulista é construído como uma identidade singular oriunda dos processos específicos de conformação do território. O arquétipo sulista<sup>62</sup> está profundamente relacionado com a ideia de construção social do território, na medida em que elementos da geografia física, quando atrelados a dimensão histórica, vinculam a construção social do território à construção simbólica do povo.

Em síntese, a fixação no território é conformada a partir da correlação entre o caldeirão de culturas europeias, herdadas dos fluxos imigratórios, e os elementos da geografia física da Região Sul. A noção de descendência cultural, ligada a imigração, majoritariamente de europeus, constitui o conteúdo de delimitação da parte “europeizada” da identidade sulista. Neste âmbito, por meio da análise dos documentos, identifica-se que se destacam, fundamentalmente, hábitos alimentares herdados ao longo do processo de migração. As massas dos italianos, os cafés coloniais dos alemães e o pierogue dos ucranianos e poloneses são apresentados como elementos culturais típicos e próprios do sulista (SUL LIVRE, 2020, DOC 10). Contudo, a identidade sulista é composta pela unificação destes elementos com a geografia física regional. Nesse sentido, a erva mate, o pinhão e o clima temperado também constituem a singularidade do povo sulista (SUL LIVRE, 2017, DOC 15).

Em suma, o terceiro esquema de oposição étnica refere-se à delimitação entre os congênitos (ou locais), isto é, aqueles que possuem um vínculo com o território, e os

---

<sup>62</sup>A noção de Arquétipo sulista foi utilizada por Alison Henrique Machado em 2017. Ver anexo 1, documento 15.

alienígenas<sup>63</sup>, alheios ao processo histórico de conformação social do território e do povo sulista. Na perspectiva do movimento, os alienígenas são exemplificados em três momentos: na colonização europeia, na campanha de nacionalização do Estado Novo e na figura de Brasília. Nos três casos, a noção de alienígenas- não pertencentes ao território- está profundamente vinculada à noção de invasores. Em um primeiro momento, os alienígenas foram os colonizadores europeus que “massacraram e assassinaram” os povos originários que habitavam o território meridional brasileiro (SUL LIVRE, 2020, DOC 10). No segundo caso, o massacre e o “genocídio cultural” (SUL LIVRE, 2017, DOC 4) foi vinculado ao Estado Novo, devido a “campanha de nacionalização”, sendo o próprio Exército brasileiro a expressão dos invasores. Por fim, a mesma lógica se aplica a Brasília, sendo esta a representação do pacto federativo “forçado”, que impõe um determinado sistema político, econômico e cultural aos sulistas (SUL LIVRE, 2017, DOC 9).

Sendo o regime político e econômico e as expressões culturais exteriores e impostas ao ser sulista, a análise dos documentos possibilita a identificação de um quarto esquema de oposição étnica, que opera no interior da dimensão cultural. Segundo o OSMP, há um processo de “deformação cultural”, por meio da desvalorização das tradições regionais e pela imposição de “uma enxurrada de obras estrangeiras de péssima qualidade” e de “contorções públicas de nádegas e pélvis ao som de música nacional vagabunda” (SUL LIVRE, 2017, DOC 9).

Desta maneira, o tradicionalismo regional sulista se opõe a expressões culturais inferiores, propagadas, em grande medida, pelo “eixo Rio-São Paulo”, traçando uma clara distinção entre o belo e o medíocre<sup>64</sup>. O tradicionalismo sulista, enquanto representação do belo, deve ser preservado e incentivado, em detrimento da propagação de um material cultural alheio à sociedade sulista. A imposição desse material cultural estrangeiro e vulgar, que “acabará por mutilar os mais antigos valores regionais” é discursivamente incorporada como uma ameaça à cultura e aos valores sulistas, sendo assim necessário opor-se a ela. O “belo, útil e necessário” deve prevalecer sobre “os baixos padrões morais”, “o medíocre”, e a “arte nacional vagabunda” (SUL LIVRE, 2017, DOC 9).

---

<sup>63</sup>A noção de alienígena aqui empregada remete-se ao texto de Seyferth (1997), no qual a autora designa como alienígenas os imigrantes europeus que, mesmo nacionalizados, não foram assimilados a nacionalidade brasileira, permanecendo alheios à conformação social da nação brasileira. No contexto aqui empregado, a noção de alienígenas refere-se àqueles que estiveram alheios ao processo de conformação simbólica do território e do povo sulista.

<sup>64</sup>Belo e medíocre são noções utilizadas por Ernesto Geisel e Celso Deucher em 2017. Ver anexo 1, documento 9.

Assim, o discurso do movimento caminha à uma definição do que é qualificado e desejável, bem como à definição do indesejável<sup>65</sup>. Esse esquema de oposição opera no interior da dimensão simbólica do diferencialismo, na qual vincula-se o caráter pejorativo do que é externo a tradição cultural sulista ao próprio corpo do(s) alienígenas(s) (neste caso, imigrantes). Nessa perspectiva, a presença de imigrantes externos e internos<sup>66</sup> fere o “curso natural de desenvolvimento do povo sulista”, que está determinado a prosperar. A presença daqueles que não pertencem ao território e ao povo sulista é vista como uma presença indesejada, que gera “estragos” e “problemas”<sup>67</sup> que afetam a sociedade sulista como um todo. De modo contrário, o sulista, por determinismo natural do seu próprio ser, está fadado ao status de qualificado, devendo este ser priorizado na ocupação do território, bem como na preservação de suas tradições e costumes.

Poder-se-ia alegar, com razão, que sulistas também migram para outras regiões e países. É verdade. Todavia é uma migração mais *qualificada*. Junto a ela vai empreendedorismo e capitais. *Onde ela chega o desenvolvimento surge*. Exporta, portanto, *o que tem de melhor, somente somando nas regiões onde chega* (SUL LIVRE, 2015, DOC 14, grifos meus).

Desta maneira, no interior da dimensão simbólica diferencialista baliza-se um esquema de oposição entre o desejável (ou qualificado) e o indesejável, sendo essas noções empregadas tanto da dimensão cultural quanto na própria materialização das fronteiras étnicas, delimitando quem deve ou não compor o território e a sociedade sulista.

Ainda que variem de acordo com a dimensão simbólica analisada e o marco temporal do conteúdo étnico mobilizado, a caracterização do(s) outro(s) como invasores perpassa todos os cinco marcadores de oposição identitária. Hora assumem a noção de ameaças, hora de indesejáveis, mas, em última instância, a caracterização do(s) outro(s) como invasor possui um papel central na delimitação da construção simbólica do território sulista e nas suas vinculações com a noção de povo, ao mesmo tempo em que delimita aqueles que não pertencem àquela comunidade étnica.

Em síntese, de acordo com os esquemas de oposição acima apresentados, é possível sistematizar a multidimensionalidade dos elementos que edificam as fronteiras da construção da etnicidade sulista em cinco blocos de marcadores identitários:

---

<sup>65</sup> As noções de desejável e indesejável remetem-se ao texto de Ramos (2007) que, ao tratar da racialização das políticas imigratórias brasileiras do início do século XX, mobilizou esses conceitos para distinguir “os que deveriam ser estimulados a imigrar para o Brasil daqueles que deveriam ter sua entrada proibida”. No contexto aqui empregado, as noções de desejável e indesejável referem-se àqueles que devem ou não compor o território e a sociedade sulista.

<sup>66</sup> Imigrantes oriundos da África são denominados de “imigrantes externos”, enquanto nordestinos são denominados de “imigrantes internos”. Ver anexo 1, documento 14.

<sup>67</sup> Estragos e problemas são as noções utilizadas pelo movimento no documento 14 (ver anexo 1).

**Quadro 5** - Multidimensionalidade dos esquemas de oposição étnica no interior das dimensões simbólicas

Dimensão simbólica da etnicidade	Marcadores de posição étnica	Marcadores de oposição étnica
Descontentamento	Sulista	Brasília
Histórica	Herói	Ameaça/invasores
Identitária	Congênito/locais	Alienígena
Cultural	Belo	Medíocre
Diferencialista	Desejável/qualificado	Indesejável

Fonte: Autor, 2021.

Assim, é possível identificar a multidimensionalidade em que operam os elementos que balizam os esquemas de oposição operacionalizados pelo movimento que, por meio de marcadores étnicos, delimitam e distinguem o ser sulista. Na próxima seção, discorreremos sobre como esses marcadores étnicos estão inseridos no processo de construção da adesão e legitimação do discurso e das estratégias do movimento.

#### 4.2. O ELO ENTRE O SIMBÓLICO E A PRÁTICA DISCURSIVA

Ao sintetizarmos os marcadores de posição e oposição étnica de cada dimensão simbólica da etnicidade, resta-nos responder: Como os esquemas de oposição estão inseridos no processo de construção da adesão e legitimação do discurso e das estratégias do movimento o Sul é o Meu País?

Como exposto no capítulo 3, as questões relativas à insatisfação política e econômica foram analisadas a partir das categorias de descontentamento político<sup>68</sup> e fiscal<sup>69</sup>. No primeiro caso, a incapacidade do Estado brasileiro de gerir tão vasto território, a corrupção e a má administração pública apareceram como elementos discursivos mobilizados para legitimar a percepção de que o povo sulista é um “refém” do pacto federativo brasileiro (SUL LIVRE, 2019, DOC 47). O descontentamento fiscal, por sua vez, apareceu por meio da veiculação de planilhas com os valores totais arrecadados e repassados dos estados e municípios para a União, comparando com o valor devolvido pela União aos entes federados, na busca pela articulação de uma argumentação objetiva da “injustiça fiscal” imposta aos sulistas pelo pacto federativo (SUL LIVRE, 2015, DOC 39).

<sup>68</sup> Como apresentado na seção 3.1, o descontentamento político-burocrático faz referência aos elementos discursivos que legitimam a perspectiva de que o povo sulista é “refém” de um pacto federativo colonizatório que, em última instância, dicotomiza o sulista -oprimido- e Brasília -opressor-.

<sup>69</sup> Como apresentado na seção 3.1, o descontentamento fiscal faz referência aos elementos discursivos que articulam a noção de uma “injustiça fiscal” praticada pela União em relação aos entes federados da Região Sul.

De mesmo modo, a partir dos elementos discursivos que constituem o descontentamento psicológico<sup>70</sup>, foi possível identificar que o movimento atribui à Brasília a culpa pelo aumento do contrabando, da violência, do tráfico de armas, por problemas de infraestrutura, como as filas no Sistema Único de Saúde, pela greve de funcionários públicos (em especial dos professores), pela volatilidade da legislação, isto é, pela mudança na obrigatoriedade de uso de extintores no interior de veículos automotivos e pela incorporação do padrão do MERCOSUL para as placas dos carros (SUL LIVRE, 2015, DOC 39; SUL LIVRE, 2015, DOC 40). Nesse sentido, questões ordinárias são vinculadas à causa separatista do movimento, sendo mobilizadas como indicadores da frustração do potencial do desenvolvimento sulista.

Entretanto, todas as demandas e “problemas” articulados como elementos de descontentamento podem aparecer em múltiplos contextos, ligados a múltiplas pautas e reivindicações políticas. O que faz com que, na visão do movimento, essas questões se tornem fundamentos do separatismo? Há na definição de “Brasília” uma dimensão circunstancial, ou seja, a possibilidade de atribuir à esta figura simbólica a multiplicidade de problemas e insatisfações que podem acometer a sociedade sulista. “Brasília” é concebida como o polo crônico ao qual a o ser sulista se opõe diretamente.

Deste modo, a transposição de uma insatisfação política, econômica e social para uma categoria de descontentamento separatista depende da sua vinculação com as dimensões simbólicas da etnicidade sulista mobilizadas no interior do discurso do OSMP. Nesse sentido, apenas assumem um caráter separatista na medida em que são vinculadas aos esquemas de oposição apresentados no quadro 5.

A dimensão simbólica do descontentamento fornece os elementos circunstanciais potencializadores da pauta separatista sulista. Ou seja, é a partir do esquema de oposição balizado no interior da dimensão simbólica do descontentamento que as insatisfações políticas, fiscais e sociais assumem um caráter separatista. Deste modo, as circunstâncias que denunciam a opressão sofrida pelos sulistas demarcam, por oposição, a percepção da essência do sulista, isto é, quem esse povo é, mas está em estado vegetativo, sob os grilhões do pacto federativo brasileiro, representado por Brasília. Funda-se, assim, uma nova essência, que enquanto não for reconhecida, impossibilitará que a sociedade sulista alcance o seu potencial político, econômico e social. Em suma, a dimensão simbólica do

---

<sup>70</sup> Como apresentado na seção 3.1, o descontentamento psicológico refere-se aos elementos discursivos que subsidiam a noção de frustração do potencial de desenvolvimento do povo sulista.

discurso é uma tentativa de nomeação, de fundar uma nova essência, de tentar fazê-la existir em uma dimensão prática, organizacionalmente pertinente.

A relação aqui estabelecida entre o caráter circunstancial e a essência do discurso sulista aproxima-se da noção de Barth (1998, p. 129) sobre o processo de seleção e apoderamento de aspectos políticos, econômicos e culturais “para transformá-los em critérios de consignação ou de identificação com um grupo étnico”. Para Barth (1998), há uma relação entre a substancialidade e a situação na forma como etnicidade é mobilizada:

O quadro de análise proposto por Barth não leva, portanto, a encarar os membros dos grupos étnicos como frios estrategistas determinados unicamente pela realização de seus interesses materiais, ou como atores criando e recriando ao sabor das situações de interação das culturas indefinidamente maleáveis e manipuláveis. Os valores culturais ocupam, ao contrário, um lugar importante em sua teoria, não porque definem substancialmente entidades étnicas, mas porque coagem situacionalmente os papéis as interações étnicas (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 133).

A essência (ou substancialidade, nos termos de Barth) do sulista é caracterizada a partir dos pares de oposição descritos no quadro 5, podendo ser sistematizada em 4 eixos, sendo eles:

- a) O heroísmo intrínseco ao povo sulista, forjado na resistência aos múltiplos invasores/ameaças externas. Nesse eixo, a categoria simbólica do sangue derramado possui um papel importante na articulação da hereditariedade do caráter heroico do sulista (SUL LIVRE, 2018, DOC 23; SUL LIVRE, 2019, DOC 28; SUL LIVRO, 2017, DOC 27; SUL LIVRE, 2017, DOC 9);
- b) A singularidade da conformação histórica e social do povo e do território sulista, formada a partir da relação entre aspectos históricos de ocupação e colonização das terras e dos elementos da geografia física. Em outras palavras, a relação entre o “caldeirão de culturas europeias” e os elementos naturais do território compõem a singularidade étnica do ser sulista (SUL LIVRE, 2020, DOC 10; SUL LIVRE, 2017, DOC 4);
- c) O conteúdo regional sulista que, em oposição a cultura “estrangeira”, destaca-se por sua beleza, moralidade e utilidade (SUL LIVRE, 2017, DOC 9);
- d) A qualificação intrínseca do ser sulista que “onde ele chega, o desenvolvimento surge” (SUL LIVRE, 2015, DOC 14).

As múltiplas propriedades que constituem cada um dos eixos acima elencados foram descritas ao longo da pesquisa e dispostas no diagrama 1 e nos quadros 4 e 5. Aqui, foram resumidas a fim de sistematizar a essência do ser sulista: heroica, única/singular, bela e qualificada. Essa essência é definida em oposição à figura simbólica de Brasília. A

partir de circunstâncias escolhidas pelo OSMP, demarca-se Brasília como o polo crônico que frustra, limita e controla<sup>71</sup> o povo sulista de expressar-se em sua essência heroica, única/singular, bela e qualificada.

As noções de circunstância e de essência podem ser identificadas a partir da análise dos sentidos simbólicos mobilizados no interior do discurso do OSMP. Contudo, elas impactam as estratégias do movimento, na medida em que, como afirmado por Fairclough (2001, p. 91), a prática discursiva pressupõe uma relação dialética entre o discurso e o grupo social que o produz e emite. Em outras palavras, o discurso é uma prática de significação do mundo, sendo “moldado e restringido por relações sociais”. Ao mesmo tempo, o discurso restringe, molda e orienta o grupo social que o produz e emite. Assim, a noção de prática discursiva nos permite identificar um elo entre a dimensão simbólica (de construção da essência étnica do movimento) e a dimensão prática (as estratégias do movimento para a secessão) do discurso.

Nesse sentido, as categorias de descontentamento são circunstancialmente mobilizadas como práticas estratégicas de potencialização da adesão do movimento. O caráter circunstancial reside justamente na escolha de determinadas situações que possuem potencial de angariar simpatizantes à determinadas insatisfações políticas, econômicas ou sociais. Contudo, essas insatisfações apenas assumem um sentido separatista na medida em que são vinculadas à dimensão simbólica do discurso, ou seja, às dimensões simbólicas da etnicidade sulista (ver quadro 4). O simpatizante da insatisfação se torna um sulista –enquanto designação étnica separatista- apenas a partir da vinculação da circunstância à essência sulista.

Deste modo, torna-se pertinente retomar os dados e indicativos da descrição do material analisado ao longo da pesquisa, apresentados na seção 2.2. Demonstrou-se que a produção de Dal Sotto está majoritariamente ligada aos discursos da frente estratégica de cooperação e integração<sup>72</sup> (ver tabela 2), enquanto a produção de Deucher está majoritariamente ligada à frente estratégica de legitimação<sup>73</sup> (ver tabela 1). Nesse sentido,

---

<sup>71</sup> As categorias “frusta”, “limita” e “controla” são nativas. Foram utilizadas por Joacir Dal Sotto, em 2019. Ver: SUL LIVRE, 2019, DOC 47

<sup>72</sup> Como demonstrado ao longo da pesquisa, a estratégia de cooperação e integração faz referência ao Bloco Sul Brasileiro de Integração e Cooperação. No interior dos discursos vinculados à esta frente estratégica, predominam textos de caráter convocatório à ação para secessão (ver quadro 2).

<sup>73</sup> Como demonstrado ao longo da pesquisa, a estratégia de legitimação faz referência à propagação dos ideais separatistas, a fim de conscientizar a população do Sul sobre o caráter minoritário da identidade sulista. Optou-se por designar como “estratégia de legitimação”, tendo em vista que os trabalhos estratégicos de propagação e conscientização tem como objetivo final legitimar a percepção do movimento sobre a identidade étnica sulista, fortalecendo a capacidade de promover adesão a causa separatista (ver quadro 2).

indicou-se que os discursos veiculados por Deucher teriam maior peso relativo frente aos discursos de cooperação e integração, mobilizados por Dal Sotto, na medida em que os discursos veiculados por Deucher são os que fornecem os elementos discursivos que legitimam toda a percepção do movimento sobre a etnicidade sulista, sendo esta o pilar que legitima a própria existência do OSMP.

A análise qualitativa realizada ao longo da pesquisa corrobora os indicativos descritivos elencados na seção 2.2, na medida em que se identificou que os elementos discursivos mobilizados por Deucher compõem os pares de oposição que constituem as fronteiras étnicas entre o ser sulista e os não sulistas, sem as quais, o movimento não conseguiria transformar a insatisfação política, econômica e social em categorias de descontentamento político, fiscal, psicológico e social.

Em suma, os discursos de cooperação e integração, mobilizados por Dal Sotto, são fundamentais para a construção da adesão à insatisfação política, econômica e social. São discursos marcados por um caráter circunstancial, mobilizados a fim de potencializar e fortalecer a adesão de novos simpatizantes e membros ao movimento. Contudo, sem os discursos étnicos, mobilizados por Deucher, o OSMP não seria capaz de transformar essas insatisfações em categorias separatistas. São os discursos étnicos que constituem a percepção sobre a essência sulista, sem a qual a pauta separatista do movimento não se legitima. Para legitimar-se enquanto movimento separatista, o OSMP ancora-se nas dimensões simbólicas da etnicidade.

Deste modo, como anunciado na abertura do capítulo 4, a segunda hipótese orientadora da pesquisa perde sentido analítico. Ao não estar vinculada à fatores e indicadores mensuráveis e/ou relacionais, a noção de crise é pouco assertiva para designar os processos de descontentamento que potencializam a adesão ao movimento. Por sua vez, ao ponderarmos sobre a hipótese proposta, foi possível identificar o caráter circunstancial de agudização da insatisfação política, econômica e social, bem como o processo de transformação das insatisfações em categorias separatistas de descontentamento. Esse processo só acontece por meio da vinculação entre as dimensões práticas e simbólicas do discurso mobilizado pelo OSMP. Deste modo, o caráter circunstancial vincula-se ao processo de construção da adesão e, por sua vez, a essência do discurso, ancorada nas dimensões simbólicas da etnicidade, vincula-se à legitimação do discurso, das estratégias e da própria existência do movimento o Sul é o Meu País.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa, ao propor compreender quais discursos são mobilizados e de que forma são utilizados com o objetivo de adquirir legitimidade à pauta separatista do movimento o Sul é o Meu País, teve como objetivo possibilitar uma análise correlacionada das múltiplas categorias discursivas, mobilizadas no interior do discurso separatista sulista, que legitimam o discurso e as estratégias do movimento. Nesse sentido, por meio das escolhas e procedimentos metodológicos, foi possível identificar os múltiplos recursos étnicos mobilizados no interior de cada uma das categorias próprias de análise, construídas na seção 2.1 (ver quadro 1).

Nesse sentido, observou-se que as categorias de discursos políticos de ingovernabilidade e descontentamento e de discursos sobre desenvolvimento socioeconômico constituem-se por meio das categorias de descontentamento político, fiscal e psicológico. Quando atreladas, as múltiplas dimensões do descontentamento viabilizam a percepção do movimento sobre o processo de humilhação histórica imposto aos sulistas por meio do pacto federativo brasileiro. Deste modo, os elementos que compõem o descontentamento político, fiscal e psicológico, articulam-se no sentido de legitimar a tese do descontentamento social, qual seja, de que a secessão é a única alternativa ao povo sulista; não há outro caminho: “pau que nasce torto, não tem jeito, morre torto” (SUL LIVRE, 2015, DOC 50). Por sua vez, a moralização do crescimento aparece como categoria fundamental para a percepção de que o Sul, ao se libertar de Brasília, teria um sentido natural de sucesso e desenvolvimento econômico, político e social. Por esta razão, busca-se legitimar a existência do movimento, advogado do Sul, que defende o povo sulista das mazelas oriundas de Brasília.

A categoria de discursos históricos e de unificação nacional mobiliza recursos que ratificam a percepção de humilhação histórica, fornecendo os elementos de “origem dos descontentamentos”. Nesse âmbito, a unicidade do território e do povo sulista é simbolicamente construída por meio da categoria “ameaça”. As ameaças ao povo sulista variam de acordo com o período histórico resgatado e de acordo com o caráter circunstancial do discurso. Dentre elas, destaca-se o colonizador português, inimigo dos “heróis sulistas” que habitavam a Região Sul antes da chegada do homem branco. Posteriormente, o Império e a República brasileira assumem o papel de ameaça, até que, por fim, a figura simbólica de Brasília assume o papel do polo crônico ao qual a o ser sulista se opõe diretamente.

No interior da categoria de discursos étnicos e diferencialistas, as categorias de valorização dos elementos naturais e os processos históricos e sociais de formação do território vinculam-se no sentido de construir uma percepção de singularidade da identidade étnica sulista. O povo sulista é descrito como um ser único, histórico e socialmente ligado ao território, forjado na resistência contra as ameaças acima descritas. Deste modo, os elementos da geografia física e os elementos históricos de ocupação e colonização de território unem-se na articulação de um senso de identidade único, que distingue a etnicidade sulista dos outros não-sulistas.

Por sua vez, a categoria de discursos sobre políticas étnicas e separatistas aparece como a junção dos múltiplos recursos étnicos mobilizados nas demais categorias de análise, integrando e articulando os diversos elementos discursivos, a fim de legitimar a pauta separatista do movimento. Constituem-se como discursos que tem o imperativo da ação como base argumentativa: não há outro caminho para o ser sulista engajado, a não ser unir-se a ancestral luta por autodeterminação.

À luz da análise do discurso do movimento, foi possível identificar como as interfaces e articulações internas do discurso separatista se interrelacionam na legitimação da identidade étnica sulista. Como resultado, obteve-se o quadro 4, no qual sistematizaram-se cinco dimensões simbólicas da etnicidade, a saber, a dimensão do descontentamento, histórica, identitária, cultural e diferencialista.

De mesmo modo, identificou-se que estas dimensões simbólicas da etnicidade, quando correlacionadas, compõem a totalidade do discurso étnico do movimento, o qual buscar legitimar e orientar as ações práticas de secessão, na medida em que é a partir da legitimação da representação étnica minoritária da identidade sulista que o OSMP fortalece a sua capacidade de promover estratégias práticas de secessão.

Assim, a noção de prática discursiva, mobilizada pela pesquisa à luz de Fairclough (2001), permitiu estabelecer um elo entre a dimensão simbólica e prática do discurso. Esse elo foi estabelecido por meio dos esquemas e marcadores de oposição étnica sistematizados no quadro 5, na tentativa de responder a segunda pergunta orientadora da pesquisa: de que forma os discursos produzem esquemas de oposição entre o ser sulista e o não ser sulista?

A dimensão prática foi identificada por meio do caráter circunstancial do discurso do OSMP. Em outras palavras, o caráter circunstancial reside na escolha de determinadas situações que possuem potencial de angariar simpatizantes à determinadas insatisfações

políticas, econômicas ou sociais. Consequentemente, a dimensão circunstancial do discurso vincula-se a potencialidade do movimento de gerar adesão.

Por sua vez, a dimensão simbólica do discurso foi identificada a partir da noção de “essência”, sendo esta caracterizada por meio das dimensões simbólicas da etnicidade, descritas no quadro 4. A “essência” do ser sulista, definida como heroica, bela, única e qualificada (ver seção 4.2), só existe em oposição à Brasília, que representa o polo crônico que concentra todos os problemas que acometem o povo sulista. Brasília concentra o caráter circunstancial do discurso, que potencializa a adesão, enquanto as dimensões simbólicas legitimam os pares de oposição étnica (ver quadro 5), que conformam a “essência” do movimento. Deste modo, a “essência” configura-se como o material étnico responsável por transformar as insatisfações políticas, econômicas e sociais circunstanciais em categorias de descontentamento separatista.

As concepções de teóricas de Barth (1998) foram mobilizadas ao longo de toda a pesquisa, de forma transversal, e possibilitaram a compreensão da construção da identidade sulista por meio da noção de fronteira étnica. Assim, identificou-se que o relevante para a análise não era a substancialidade ou a objetividade dos recursos e argumentos mobilizados pelo movimento, mas sim o processo de codificação das diferenças entre o ser sulista e o não-sulista, que transformavam os conteúdos políticos, culturais, fiscais e psicológicos em categorias étnicas organizacionalmente pertinentes. Em outras palavras, a noção de fronteira étnica foi a concepção teórica que direcionou a pesquisa no sentido de analisar o processo de busca e construção da legitimidade, ancorada nas dimensões simbólicas da etnicidade, bem como seus efeitos nas práticas estratégicas e na organização do movimento.

Nessa perspectiva, a noção de fronteira tornou possível assinalar o emaranhado das contradições e ambiguidades do discurso do movimento, identificando a operacionalização dos recursos discursivos em uma dimensão puramente simbólica e situacional, mobilizados não no sentido de definir substancialmente a identidade étnica sulista, mas sim de orientar e articular situacionalmente as estratégias do movimento analisado.

Como qualquer proposta metodológica, a presente pesquisa possui limitações, dentre as quais, sublinhamos duas. Primeiramente, ao trabalhar exclusivamente com a análise de documentos, a pesquisa fornece um panorama detalhado da construção do discurso oficial veiculado pelo OSMP em seu site, bem como dos impactos do discurso na organização estratégica do movimento, mas não permite compreender os efeitos

práticos deste discurso entre os simpatizantes e membros. Em outras palavras, a pesquisa revela os fundamentos da busca pela construção da adesão e legitimidade no interior do discurso formal, mas não possibilita compreender a capilaridade, os efeitos práticos e as formas como este discurso é aceito e reproduzido entre os membros e simpatizantes.

Além disso, a pesquisa optou por não utilizar recursos iconográficos na análise. Optou-se por focar no texto escrito, desconsiderando as imagens e recursos gráficos utilizados nos documentos analisados, tendo em vista que Menezes e Martins (2017) já buscaram analisar as imagens veiculadas pelo movimento, tanto no site oficial como em suas redes sociais. Mesmo que se reconheça que o *paper* dos autores poderia ser explorado, aprofundado, atualizado e relacionado com a análise desenvolvida ao longo da pesquisa, julgou-se que tal trabalho não seria feito com a profundidade e qualidade adequada, devido a limitação de tempo e recursos da dissertação, optando assim, por deixar essa possibilidade para pesquisas futuras.

Assim, em diálogo com a produção já existente sobre o separatismo sulista, a presente pesquisa possibilita a compreensão sobre a correlação entre as interfaces e articulações internas do discurso oficial veiculado pelo movimento o Sul é o Meu País, contribuindo para a análise da busca pela construção da adesão e legitimidade do discurso, revelando os efeitos deste na organização estratégica do movimento.

**REFERÊNCIAS**

- ALBA, R; NEE, V. Remaking the american mainstream: Assimilation and contemporary Immigration. Harvard University Press, 2003.
- ANDRADE, de C.M. As raízes do separatismo no Brasil. Editora UNESP. Bauru, São Paulo: 1998.
- BACHELARD, G. A epistemologia. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BARROS, P. L. D. A identidade intolerante no discurso separatista. Filol linguistic port. n. 9, p. 147-167, 2007.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. IN: Poutignat, P.; Streiff-fenart, J. Teorias da etnicidade. Editora UNESP, São Paulo, 1998.
- BUENO, E. Náufragos, traficantes e degradados. Estação Brasil, 1ª edição, São Paulo: 2016.
- BOGARDUS, E. S. Immigration and race attitudes. Heath. Boston, 1928.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. Coisas Ditas. Editora Brasiliense, 1ª edição, São Paulo- SP, 2004.
- BOMFIM, M. O Brasil nação: realidade da soberania brasileira. TopBooks, 2ª edição, 1996 [1931].
- CARDOSO, F. H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Civilização Brasileira, 3ª edição, 2011 [1962].
- COULON, A. A escola de Chicago. Editora Paparius. Campinas, 1995.
- DEUCHER, C. O Sul é meu país. 2ª edição, Brusque: Gesul, 2016.
- DE PAULA, P. R. Contestações à nação: Um estudo do movimento separatista o Sul é o Meu País (1990-1997). Dissertação [Programa de Pós-Graduação em História]. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Assis, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Editora Universidade de Brasília, Unb, Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. Analysing discourse: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FALCÃO, L. F. Entre o ontem e o amanhã: diferenças culturais, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Editora Univali: Itajaí (SC), 1º Ed. 2000.
- GLAZER, N. e MOYNIHAN, D. P. Beyond the Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians and Irish of New York. Cambridge, MIT Press, 1963.
- GORDON, M. Assimilation in american life. New York: Oxford University Press, 1964.

HERTZOG, B. W. Nacionalismos do sul: uma análise antropológica dos debates sobre nacionalismos e regionalismos promovidos por dois grupos separatistas da região Sul do Brasil. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

HOBSBAWM, E. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1990.

LACERDA, B. J. The métis, or half-breeds, of Brazil. Congresso Universal das Raças, Universidade de Londres, 1911.

LIMA, L. A. S. Movimento O Sul é Meu País: O discurso separatista e seus efeitos de sentido. Dissertação (Pós-Graduação em Letras)- Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2017.

LUVIZOTTO, K. C. Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MARTINS, W. Um Brasil diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. T. A. Queiroz, Editor. 2ª Edição: São Paulo, 1989.

MARX, I. Vai nascer um novo país – República do Pampa Gaúcho. Santa Cruz do Sul, Excelsior, 1990.

MELO, M. O mito é uma fala: O uso da figura do cacique Guaicará no discurso separatista do Movimento o Sul é Meu País. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), Belém: 2019.

MENDES, S. Nacionalismo e assimilação étnica alemã em Santa Catarina. Revista Santa Catarina em História (UFSC). V. 1, n. 1, Florianópolis, 2009.

MENEZES, P. P. C; MARTINS, P. D. M. As veias abertas do Movimento o Sul é meu país: as novas tonalidades do discurso de ódio no Brasil. 4º Congresso internacional de direito e contemporaneidade. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Editora Vozes: Petrópolis, 1999.

NASCIMENTO, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo massacrado. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1978.

NEUMANN, M. R. “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”: As colônias germânicas e a campanha de nacionalização. Dissertação (mestrado em história) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

OLIVEIRA, L. L. A questão nacional na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, M de. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.22, n. 43, 2009.

OGLIARI, L. A. Movimento Sul é o Meu País: Análise da forma de organização e ação. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.

PARK, R; BURGUESS, E. Introduction to the science of sociology. University of Chicago Press, 3ª ed, 1969 [1921].

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. Editora UNESP, São Paulo, 1998.

RAMOS, S. J. Como classificar os indesejáveis?: tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

RECH, L. F. Políticas identitárias e os usos do passado no Movimento separatista o Sul é Meu País. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Editora Global, 3ª edição, São Paulo, 2015 [1995].

RODRIGUES, R. N. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011 [1894].

ROMERO, S. Prefácio a Tito Lívio da Costa (O Brasil e o negro). Vol. 106, p. 410, 1914.

SCHULTZ, A. J; JUNIOR, S. E. E. Território simbólico e território funcional: Fatores Geográficos que motivam o movimento separatista “O Sul é o Meu País”. Revista Di@logus, v.8, n.3, 2019.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e Identidade Étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SEYFERTH, G. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. MANA, n. 3, 1997.

SEYFERTH, G. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. Horizontes Antropológicos, n. 14. Porto Alegre: 2000.

SEYFERTH, G. A imigração no Brasil: Comentários sobre a contribuição das ciências sociais. BIB, n. 57, 2004.

SEYFERTH, G. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008.

SEYFERTH, G. As ciências sociais no Brasil e a questão racial. IN: Silva, Jaime da; Patrícia e Wanderley, Regina (orgs.). Cativo e Liberdade. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1989.

SMITH, A. Towards a theory of ethnic separatism. *Ethnic and Racial Studies*, v.2, n.1, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.1979.9993249>. Acessado em 31 de maio de 2020.

SOUZA, B. N; PEREIRA, B. A; SILVEIRA, L. É. O enunciado na construção de um ideal separatista: uma análise arquegenealógica do movimento O Sul é o Meu País. *Revista Interfaces*, v. 10, n. 4, p. 133-144, 2019.

SOUZA, M. G. P. L. Violência Simbólica e ideologia: diálogos entre Bourdieu e Fairclough. *Entretextos*, Londrina, v. 17, n.1, p. 361-377, 2017.

SUL LIVRE. Sobre Nós: Estatuto, 2018. Disponível em: <https://www.sullivre.org/carta-de-principios/>. Acessado em: 23 de mar. de 2020.

SUL LIVRE. Organização: Comissões Municipais. Disponível em: <https://www.sullivre.org/comissoes/>. Acessado em 26 de mar. de 2020.

SUL LIVRE. Sobre Nós: Sobre o Movimento, 2018. Disponível em: <https://www.sullivre.org/sobre-o-movimento/> Acessado em: 23 de mar. de 2020.

SUL LIVRE. Manifesto Libertário, 2000. Disponível em: <https://www.sullivre.org/manifesto-libertario/> Acessado em: 07 de outubro de 2020.

TORMENA, A. Redes e agenda política: Uma análise do movimento O Sul é o Meu País. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

TRUZZI, O. Assimilação resignificada: novas interpretações de um velho conceito. *Dados- Revista de Ciências Sociais*, v. 55, Rio de Janeiro, 2012.

THOMAS, W; ZNANIECKI, F. The polish peasant in Europe and America. Boston, Badger, v.5, 1918.

VIANA, O. Raça e assimilação. Biblioteca Pedagógica Brasileira, V. 5, Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1934.

## ANEXO

## ANEXO 01- BANCO DE DADOS DA PESQUISA \*

ID	Autoria	Data de publicação	Categoria de referência	Link para acesso público
01	Eduardo Creuz	23/10/2015	Desenvolvimento Socioeconômico	<a href="https://www.sullivre.org/mas-como-o-sul-sobreviveria-sem-o-brasil-muito-bem-obrigado/">https://www.sullivre.org/mas-como-o-sul-sobreviveria-sem-o-brasil-muito-bem-obrigado/</a>
02	Próprio movimento	21/01/2016	Desenvolvimento Socioeconômico	<a href="https://www.sullivre.org/em-2015-a-regiao-sul-recebeu-apenas-20-dos-impostos-federais-que-recolheu/">https://www.sullivre.org/em-2015-a-regiao-sul-recebeu-apenas-20-dos-impostos-federais-que-recolheu/</a>
03	Celso Deucher	01/03/2017	Desenvolvimento Socioeconômico	<a href="https://www.sullivre.org/o-que-vai-melhorar-para-o-povo-com-a-independencia-do-sul/">https://www.sullivre.org/o-que-vai-melhorar-para-o-povo-com-a-independencia-do-sul/</a>
04	Celso Deucher	28/09/2017	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/breve-historia-do-sentimento-emancipatorio-do-povo-sulista/">https://www.sullivre.org/breve-historia-do-sentimento-emancipatorio-do-povo-sulista/</a>
05	Celso Deucher	13/11/2016	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/conhecendo-o-parana-a-miscigenacao-paranaense/">https://www.sullivre.org/conhecendo-o-parana-a-miscigenacao-paranaense/</a>
06	Joacir Dal Sotto	02/03/2019	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/o-velho-brasil/">https://www.sullivre.org/o-velho-brasil/</a>
07	Verônica Marin e Celso Deucher	08/09/2017	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/precisamos-aprender-a-falar-sobre-separatismo-no-brasil/">https://www.sullivre.org/precisamos-aprender-a-falar-sobre-separatismo-no-brasil/</a>
08	Celso Deucher	29/06/2020	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/regiao-sul-apresenta-uma-das-menores-taxas-de-mortalidade-de-covid-19-do-mundo/">https://www.sullivre.org/regiao-sul-apresenta-uma-das-menores-taxas-de-mortalidade-de-covid-19-do-mundo/</a>
09	Jorge Ernesto Geisel e Celso Deucher	05/04/2017	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/tolerancia-cultural/">https://www.sullivre.org/tolerancia-cultural/</a>
10	Thiago Berka	28/02/2020	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/as-principais-tradicoes-do-parana/">https://www.sullivre.org/as-principais-tradicoes-do-parana/</a>
11	Joacir Dal Sotto	30/05/2016	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/a-liberdade-ao-sul-do-mundo/">https://www.sullivre.org/a-liberdade-ao-sul-do-mundo/</a>
12	Flávio Leão Gama e Celso Deucher	23/09/2017	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/de-um-pais-de-presente-para-seus-filhos-no-dia-7-de-outubro/">https://www.sullivre.org/de-um-pais-de-presente-para-seus-filhos-no-dia-7-de-outubro/</a>
13	Joacir Dal Sotto	07/03/2016	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/a-razao-do-sul-em-ser-um-pais/">https://www.sullivre.org/a-razao-do-sul-em-ser-um-pais/</a>
14	Sérgio Alves de Oliveira	07/06/2015	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/distribuindo-a-miseria/">https://www.sullivre.org/distribuindo-a-miseria/</a>
15	Alison Henrique Machado	18/01/2017	Étnico e diferencialista	<a href="https://www.sullivre.org/o-proverbial-mate-amargo/">https://www.sullivre.org/o-proverbial-mate-amargo/</a>
16	Próprio movimento	26/06/2015	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/80-votam-por-independencia-em-consulta-informal-na-catalunha/">https://www.sullivre.org/80-votam-por-independencia-em-consulta-informal-na-catalunha/</a>
17	Joacir Dal Sotto	24/06/2016	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/reino-unido-e-o-sul-do-mundo/">https://www.sullivre.org/reino-unido-e-o-sul-do-mundo/</a>
18	Celso Deucher e Odacir Deters	19/11/2015	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/separatismo-em-tempos-modernos/">https://www.sullivre.org/separatismo-em-tempos-modernos/</a>
19	Eduardo Creuz	13/06/2016	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/tamanho-e-documento-para-suica-nao/">https://www.sullivre.org/tamanho-e-documento-para-suica-nao/</a>
20	Joacir Dal Sotto	16/03/2017	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/um-canto-sulista/">https://www.sullivre.org/um-canto-sulista/</a>
21	Joacir Dal Sotto	25/02/2016	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/um-povo-livre-ao-sul/">https://www.sullivre.org/um-povo-livre-ao-sul/</a>
22	Celso Deucher	25/07/2016	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/uma-resposta-ao-historiador-tau-golin/">https://www.sullivre.org/uma-resposta-ao-historiador-tau-golin/</a>

23	Celso Deucher	07/02/2018	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/262-anos-da-morte-de-sepe-tiaraju/">https://www.sullivre.org/262-anos-da-morte-de-sepe-tiaraju/</a>
24	Joacir Dal Sotto	10/06/2016	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/a-historia-ao-sul-do-mundo/">https://www.sullivre.org/a-historia-ao-sul-do-mundo/</a>
25	Próprio movimento	28/12/2015	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/as-lico-es-de-singapura-para-tornar-o-estado-mais-eficiente/">https://www.sullivre.org/as-lico-es-de-singapura-para-tornar-o-estado-mais-eficiente/</a>
26	Celso Deucher	02/10/2017	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/espanha-assassinou-a-liberdade-qual-a-lica-o-para-o-brasil/">https://www.sullivre.org/espanha-assassinou-a-liberdade-qual-a-lica-o-para-o-brasil/</a>
27	Celso Deucher	04/03/2017	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/uma-revolucao-separatista/">https://www.sullivre.org/uma-revolucao-separatista/</a>
28	Próprio movimento	20/11/2019	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/neste-dia-prestamos-nossa-homenagem-aos-herois-negros-que-lutaram-pela-independencia-do-sul/">https://www.sullivre.org/neste-dia-prestamos-nossa-homenagem-aos-herois-negros-que-lutaram-pela-independencia-do-sul/</a>
29	Celso Deucher	07/06/2015	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/porque-alguns-ainda-tem-medo-de-dizer-que-sao-separatistas/">https://www.sullivre.org/porque-alguns-ainda-tem-medo-de-dizer-que-sao-separatistas/</a>
30	Joacir Dal Sotto	15/05/2016	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/o-ciclo-de-novos-paises/">https://www.sullivre.org/o-ciclo-de-novos-paises/</a>
31	Celso Deucher	02/07/2020	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/movimento-nordeste-independente-lanca-carta/">https://www.sullivre.org/movimento-nordeste-independente-lanca-carta/</a>
32	Celso Deucher	31/08/2015	Histórico e de unificação nacional	<a href="https://www.sullivre.org/diga-sim-ao-kosovo-brasil/">https://www.sullivre.org/diga-sim-ao-kosovo-brasil/</a>
33	Celso Deucher	05/08/2015	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/a-grave-cri-se-que-assola-o-rio-grande-do-sul/">https://www.sullivre.org/a-grave-cri-se-que-assola-o-rio-grande-do-sul/</a>
34	Joacir Dal Sotto	28/09/2018	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/federalismo-debate-democracia-e-propostas/">https://www.sullivre.org/federalismo-debate-democracia-e-propostas/</a>
35	Joacir Dal Sotto	13/12/2018	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/o-brasil-salvacionista-aos-olhos-sulistas/">https://www.sullivre.org/o-brasil-salvacionista-aos-olhos-sulistas/</a>
36	Celso Deucher	12/08/2015	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/o-rio-grande-precisa-dar-um-basta-a-brasilia/">https://www.sullivre.org/o-rio-grande-precisa-dar-um-basta-a-brasilia/</a>
37	Douglas Aimoré	13/03/2017	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/ruptura-da-cri-se/">https://www.sullivre.org/ruptura-da-cri-se/</a>
38	Celso Deucher	03/11/2015	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/sul-livre-basta-de-exploracao-do-empregado-e-do-empregador/">https://www.sullivre.org/sul-livre-basta-de-exploracao-do-empregado-e-do-empregador/</a>
39	Celso Deucher	09/05/2016	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/saudade-do-quinto-dos-infernos/">https://www.sullivre.org/saudade-do-quinto-dos-infernos/</a>
40	Celso Deucher	19/06/2016	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/sul-e-sudeste-bem-estruturados/">https://www.sullivre.org/sul-e-sudeste-bem-estruturados/</a>
41	Joacir Dal Sotto	03/02/2020	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/um-brasil-de-2020/">https://www.sullivre.org/um-brasil-de-2020/</a>
42	Próprio movimento	07/06/2015	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/uma-nacao-com-selecao-e-municipios-fortes/">https://www.sullivre.org/uma-nacao-com-selecao-e-municipios-fortes/</a>
43	Joacir Dal Sotto	27/08/2019	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/uma-nova-consciencia-politica/">https://www.sullivre.org/uma-nova-consciencia-politica/</a>
44	Celso Deucher	18/08/2015	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/a-integracao-que-interessa/">https://www.sullivre.org/a-integracao-que-interessa/</a>
45	Joacir Dal Sotto	16/10/2016	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/a-voz-do-povo-sulista/">https://www.sullivre.org/a-voz-do-povo-sulista/</a>
46	Joacir Dal Sotto	20/07/2018	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/brasil-federalista/">https://www.sullivre.org/brasil-federalista/</a>
47	Joacir Dal Sotto	17/02/2019	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/brasil-para-brasileiros/">https://www.sullivre.org/brasil-para-brasileiros/</a>
48	Joacir Dal Sotto	20/08/2019	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/campos-libertarios/">https://www.sullivre.org/campos-libertarios/</a>

49	Celso Deucher	22/12/2015	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/em-busca-de-um-futuro-2/">https://www.sullivre.org/em-busca-de-um-futuro-2/</a>
50	Próprio movimento	29/01/2019	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/pacto-federativo-a-sede-insaciavel-da-uniao-empobrece-estados-e-municipios/">https://www.sullivre.org/pacto-federativo-a-sede-insaciavel-da-uniao-empobrece-estados-e-municipios/</a>
51	Celso Deucher	29/10/2015	Ingovernabilidade e descontentamento	<a href="https://www.sullivre.org/industria-da-corrupcao-e-a-mais-nova-criacao-do-brazil/">https://www.sullivre.org/industria-da-corrupcao-e-a-mais-nova-criacao-do-brazil/</a>
52	Eduardo Creuz	05/02/2016	Não se aplica	<a href="https://www.sullivre.org/triangulum-australe-e-perola-aos-porcoss/">https://www.sullivre.org/triangulum-australe-e-perola-aos-porcoss/</a>
53	Jeferson Candido	02/06/2016	Não se aplica	<a href="https://www.sullivre.org/dia-11-07-16-as-2000-estaremos-com-o-prof-jose-eduardo-kury-de-oliveira-coelho-advogado-especializado-em-direito-internacional/">https://www.sullivre.org/dia-11-07-16-as-2000-estaremos-com-o-prof-jose-eduardo-kury-de-oliveira-coelho-advogado-especializado-em-direito-internacional/</a>
54	Próprio movimento	Sem especificação de data de publicação	Não se aplica	<a href="https://www.sullivre.org/comissao-municipal/">https://www.sullivre.org/comissao-municipal/</a>
55	Celso Deucher	03/08/2015	Não se aplica	<a href="https://www.sullivre.org/chico-xavier-previu-a-separacao-do-sul-em-2019/">https://www.sullivre.org/chico-xavier-previu-a-separacao-do-sul-em-2019/</a>
56	Celso Deucher	09/10/2016	Não se aplica	<a href="https://www.sullivre.org/intolerancia-politica-a-bandidagem-anti-sulista-esta-de-volta/">https://www.sullivre.org/intolerancia-politica-a-bandidagem-anti-sulista-esta-de-volta/</a>
57	Celso Deucher	29/06/2016	Não se aplica	<a href="https://www.sullivre.org/que-nome-devera-ter-o-nosso-futuro-pais/">https://www.sullivre.org/que-nome-devera-ter-o-nosso-futuro-pais/</a>
58	Próprio movimento	22/11/2017	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/plebisul/">https://www.sullivre.org/plebisul/</a>
59	Celso Deucher	05/11/2015	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/pesquisa-revela-que-7332-dos-sulistas-apoiam-separacao-da-regiao/">https://www.sullivre.org/pesquisa-revela-que-7332-dos-sulistas-apoiam-separacao-da-regiao/</a>
60	Joacir Dal Sotto	03/10/2017	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/um-dia-historico-para-os-sulistas/">https://www.sullivre.org/um-dia-historico-para-os-sulistas/</a>
61	Celso Deucher	27/08/2015	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/o-papel-dos-ativistas-e-das-comissoes-municipais-na-luta-pela-independencia-do-sul/">https://www.sullivre.org/o-papel-dos-ativistas-e-das-comissoes-municipais-na-luta-pela-independencia-do-sul/</a>
62	Carlos Zatti	30/06/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/inconstitucional-issimamente/">https://www.sullivre.org/inconstitucional-issimamente/</a>
63	Joacir Dal Sotto	15/05/2018	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/contribuicoes-politicas-e-eticas-ao-movimento/">https://www.sullivre.org/contribuicoes-politicas-e-eticas-ao-movimento/</a>
64	Joacir Dal Sotto	23/09/2019	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/libertacao-brasileira/">https://www.sullivre.org/libertacao-brasileira/</a>
65	Joacir Dal Sotto	02/09/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/a-constituicao-brasileira/">https://www.sullivre.org/a-constituicao-brasileira/</a>
66	Próprio movimento	Data de publicação não especificada. Data de escrita do documento: 13/10/2007	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/declaracao-de-direitos-do-povo-sul-brasileiro/">https://www.sullivre.org/declaracao-de-direitos-do-povo-sul-brasileiro/</a>
67	Joacir Dal Sotto	01/03/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/o-sul-e-o-brasil-corrupto/">https://www.sullivre.org/o-sul-e-o-brasil-corrupto/</a>
68	Joacir Dal Sotto	13/08/2019	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/transformacao-do-pacto-federativo/">https://www.sullivre.org/transformacao-do-pacto-federativo/</a>
69	Joacir Dal Sotto	31/08/2018	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/uma-reflexao-politica/">https://www.sullivre.org/uma-reflexao-politica/</a>
70	Joacir Dal Sotto	04/10/2019	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/crise-etica/">https://www.sullivre.org/crise-etica/</a>
71	Joacir Dal Sotto	11/05/2017	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/o-fim-da-america-portuguesa/">https://www.sullivre.org/o-fim-da-america-portuguesa/</a>

72	J. Nascimento Franco	06/06/2015	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/separatismo-nao-e-crime/">https://www.sullivre.org/separatismo-nao-e-crime/</a>
73	Joacir Dal Sotto	20/01/2018	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/o-brasil-centralizador/">https://www.sullivre.org/o-brasil-centralizador/</a>
74	Joacir Dal Sotto	17/01/2017	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/o-descontrole-do-estado-brasileiro/">https://www.sullivre.org/o-descontrole-do-estado-brasileiro/</a>
75	Joacir Dal Sotto	19/08/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/a-crise-de-representatividade-e-o-sul-brasileiro/">https://www.sullivre.org/a-crise-de-representatividade-e-o-sul-brasileiro/</a>
76	Joacir Dal Sotto	10/01/2020	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/liberdade-de-expressao/">https://www.sullivre.org/liberdade-de-expressao/</a>
77	Joacir Dal Sotto	03/02/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/a-materializacao-da-nacao-sulista/">https://www.sullivre.org/a-materializacao-da-nacao-sulista/</a>
78	Joacir Dal Sotto	01/08/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/os-passos-da-libertacao-sul-brasileira/">https://www.sullivre.org/os-passos-da-libertacao-sul-brasileira/</a>
79	Joacir Dal Sotto	05/09/2019	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/autodeterminacao-dos-povos/">https://www.sullivre.org/autodeterminacao-dos-povos/</a>
80	Joacir Dal Sotto	28/09/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/a-marcha-dos-pacificos-e-separatistas/">https://www.sullivre.org/a-marcha-dos-pacificos-e-separatistas/</a>
81	Douglas Aimoré	09/12/2015	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/o-pior-cego-e-aquele-que-ve/">https://www.sullivre.org/o-pior-cego-e-aquele-que-ve/</a>
82	Joacir Dal Sotto	21/02/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/ao-sul-do-ate-hoje-brasil/">https://www.sullivre.org/ao-sul-do-ate-hoje-brasil/</a>
83	Daian Douglas Souza	30/05/2018	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/os-visionarios-e-as-grandes-mudancas/">https://www.sullivre.org/os-visionarios-e-as-grandes-mudancas/</a>
84	Joacir Dal Sotto	22/12/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/o-poema-da-libertacao-sulista/">https://www.sullivre.org/o-poema-da-libertacao-sulista/</a>
85	Emilio Mendonça da Silva	16/12/2015	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/a-formacao-composta-do-principio-de-autodeterminacao-dos-povos/">https://www.sullivre.org/a-formacao-composta-do-principio-de-autodeterminacao-dos-povos/</a>
86	Joacir Dal Sotto	10/05/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/o-liberalismo-no-sul-independente/">https://www.sullivre.org/o-liberalismo-no-sul-independente/</a>
87	Joacir Dal Sotto	28/03/2018	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/espacos-da-democracia-e-o-novo-mapa-politico/">https://www.sullivre.org/espacos-da-democracia-e-o-novo-mapa-politico/</a>
88	Joacir Dal Sotto	09/07/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/o-pensamento-livre-dos-sulistas/">https://www.sullivre.org/o-pensamento-livre-dos-sulistas/</a>
89	Pedro Onysko Liss	10/05/2016	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/o-b-a-ba-da-causa-independentista/">https://www.sullivre.org/o-b-a-ba-da-causa-independentista/</a>
90	Joacir Dal Sotto	14/07/2018	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/brasil-cultura-e-federalismo/">https://www.sullivre.org/brasil-cultura-e-federalismo/</a>
91	Próprio movimento	07/06/2015	Políticas étnicas e separatistas	<a href="https://www.sullivre.org/autodeterminacao-do-povo-sul-brasileiro/">https://www.sullivre.org/autodeterminacao-do-povo-sul-brasileiro/</a>

\*Todos os documentos são de acesso público, disponíveis para consulta no site oficial do movimento, e foram acessados em 01 de julho de 2021 por meio dos hiperlinks disponibilizados na coluna 5.

Fonte: Autoria própria, 2021.